UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

PEDRO IVO MOREIRA GOMES RODRIGUES

PORTO SEGURO COMO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO NACIONAL: COMEÇOS E RECOMEÇOS DA MEMÓRIA INDÍGENA

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
JUNHO DE 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

PEDRO IVO MOREIRA GOMES RODRIGUES

PORTO SEGURO COMO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO NACIONAL: COMEÇOS E RECOMEÇOS DA MEMÓRIA INDÍGENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Moreira.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
JUNHO DE 2019

Rodrigues, Pedro Ivo Moreira Gomes.

R615p Porto Seguro como território identitário nacional: começos e recomeços da memória indígena. / Pedro Ivo Moreira Gomes Rodrigues – Vitória da Conquista, 2019.
154 f.

Orientador: Marcello Moreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referência F. 117 – 123.

1. Descobrimento do Brasil - Quinhentos anos – Memória Indígena. 2. Cruz de Mário Cravo. 3. Porto Seguro – Coroa Vermelha. 4. Missa – Memória. I. Moreira, Marcello. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 981.03

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Porto Seguro as a national identity territory: beginnings and releases of the indigenous memory

Palavras-chave em inglês: Discovery of Brasil. Indigenous memory. National identity territory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Marcello Moreira (presidente), Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (titular), Prof. Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz (titular).

Data da Defesa: 10 de junho de 2019.

Programa de Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

PEDRO IVO MOREIRA GOMES RODRIGUES

PORTO SEGURO COMO TERRITÓRIO IDENTITÁRIO NACIONAL: COMEÇOS E RECOMEÇOS DA MEMÓRIA INDÍGENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 10 de junho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcello Moreira (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.:

Profª. Drª. Edvania Gomes da Silva
Instituição: UESB

Ass.:

Prof. Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz
Instituição: UFBA

Ass.:

Dedico aos meus queridos
pais, à minha esposa e ao
meu amado filho, Guilherme,
a maior de todas as minhas
inspirações.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio ao longo do curso.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), pela oportunidade de qualificação acadêmica/profissional.

Às respectivas bancas de Qualificação e de Defesa, formadas pelos professores doutores Marcello Moreira, Edvania Gomes da Silva, Maria da Conceição Fonseca Silva e Márcio Ricardo Coelho Muniz e, em especial, aos professores Marcello Moreira, orientador e incentivador do meu trabalho, e Edvania Gomes da Silva, pela boa vontade em me prestar informações referentes ao Programa de Pós-Graduação.

Aos meus pais, Edvaldo Celino Rodrigues e Sandra Maria Moreira Gomes Rodrigues, pelo exemplo de vida que me transmitiram e por todo o apoio ao longo da vida e durante esta jornada que foi o curso de Pós-Graduação.

A minha esposa Alexandra Oliveira Soares Rodrigues, companheira na estrada da vida e inestimável em todos os momentos, por quem nutro grande amor e admiração; ao meu filho Guilherme Soares Rodrigues, que me ensina todos os dias o significado das palavras PAI e AMOR.

A minha avó materna Nair Ivonne Moreira Gomes e aos meus avós paternos Irene Celino Rodrigues e José Rodrigues dos Santos (*In memorian*).

Ao meu irmão Edvaldo Celino Rodrigues Filho.

Aos colegas do curso Marinês, Evandra, Ramom e Roberto, aos quais desejo sucesso em suas caminhadas pela vida e deles levarei boas recordações.

RESUMO

Propõe-se análise simbólica do monumento que comemora os quinhentos anos do Descobrimento do Brasil pelos portugueses, a cruz erguida pelo artista Mário Cravo, no ano 2000, em Coroa Vermelha (distrito do município de Santa Cruz Cabrália-BA), supostamente no mesmo local onde foi rezada a Primeira Missa do Brasil. Leva-se a termo, quando da análise do monumento, a interpretação de dois momentos históricos que são articulados por sua ereção e inauguração oficial: aquele em que se oficiou a Primeira Missa no Brasil e o da inauguração do monumento que a comemora, tornado o primeiro evento novamente presente por um ato de memoração. O pano de fundo da análise é a memória indígena, poética e retoricamente agenciada pelo colonizador europeu ao longo dos séculos. O questionamento acerca de quais valores o monumento reatualiza e ressignifica durante e após as comemorações em Cabrália e Porto Seguro. Afinal, qual o sentido de festejar a origem europeia e católica de uma nação miscigenada e multicultural, no local onde supostamente ocorreu o encontro entre povos em que os nativos da terra saíram perdendo? Considerando todas as polêmicas que envolvem essa relação colonizador/colonizado, o trabalho não tem a pretensão de aprofundar na abordagem de todas as questões dela decorrentes, nem haveria espaço suficiente ou tempo hábil para tanto, mas, sim, de analisar os significado místico e político do monumento comemorativo de Coroa Vermelha, especialmente no contexto da festa realizada em Porto Seguro no limiar do terceiro milênio, quando a mídia nacional e internacional estava voltada para os acontecimentos na localidade onde, segundo a carta de Pero Vaz de Caminha, “nasceu o Brasil”. O primeiro capítulo trata da análise simbólica do monumento, abordando os seus significados e a questão identitária indígena, pano de fundo da análise desse trabalho, com base em autores como Mircea Eliade (1907-1986), François Dosse, Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), entre outros. Para tanto, é analisado o simbolismo da cruz, enquanto ícone do cristianismo e da expansão transoceânica portuguesa, seu significado simbólico e político no momento da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500, e 500 anos depois nas comemorações desse histórico evento, que resultou na fundação de uma nova nação num território habitado por aborígenes. Abordamos neste trabalho a forma como a memória desses povos originários foi tratada pela historiografia pátria, esta inaugurada em solo americano pelo colonizador europeu, que para o outro ladro do Oceano Atlântico trouxe as suas instituições, valores, crenças religiosas e tabus. No segundo capítulo, é abordada a festa dos 500 anos do Brasil, em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Coroa Vermelha), com

entrevistas feitas com pessoas que participaram do evento e também análise da cobertura jornalística das comemorações, feita por um jornal local, o Jornal do Sol, e veículos da imprensa nacional. Também são tratados aspectos culturais do povo Pataxó, a etnia indígena predominante atualmente em Porto Seguro e região.

PALAVRAS-CHAVE: Cruz de Mário Cravo. Porto Seguro. Descobrimento do Brasil. Memória. Memória indígena.

ABSTRACT

It proposes a symbolic analysis of the monument that celebrates the five hundred years of the discovery of Brazil by the Portuguese, the cross erected by the artist Mário Cravo in the year 2000, in Coroa Vermelha (district of the municipality of Santa Cruz Cabrália-BA), supposedly in the same place where the First Mass of Brazil was recited. During the analysis of the monument, the interpretation of two historical moments is articulated by its erection and official inauguration: the one in which the First Mass was celebrated in Brazil and the inauguration of the monument that commemorates it, first event again present by an act of memorization. The background of analysis is the indigenous memory, poetically and rhetorically agitated by the European colonizer over the centuries. The questioning about which values the monument re-updates and resigns during and after the celebrations in Cabrália and Porto Seguro. After all, what is the point of celebrating the European and Catholic origin of a mixed and multicultural nation in the place where the encounter between people in which the natives of the earth were supposed to have lost? Considering all the controversies surrounding this colonized / colonized relationship, the work does not pretend to deepen the approach to all the issues arising from it, nor would there be enough space or time to do so, but rather to analyze the mystical and political meaning of the commemoration of Coroa Vermelha, especially in the context of the feast held in Porto Seguro on the threshold of the third millennium, when the national and international media was focused on the events in the locality where, according to Pero Vaz de Caminha's letter, “Brazil was born”. The first chapter deals with the symbolic analysis of the monument, addressing its meanings and the indigenous identity question, the background of the analysis of this work, based on authors such as Mircea Eliade (1907-1986), François Dosse, Francisco Adolpho de Varnhagen (1816 -1878), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), among others. The symbolism of the cross as an icon of Christianity and Portuguese transoceanic expansion, symbolic and political significance at the time of the arrival of Pedro Álvares Cabral's fleet in 1500, and 500 years later at the commemorations of this historic event, was analyzed. resulted in the founding of a new nation in a territory inhabited by aborigines. We approach in this work the way in which the memory of these original peoples was treated by the homeland historiography, it was inaugurated on American soil by the European colonizer, who for the other thorn of the Atlantic Ocean brought their institutions, values, religious beliefs and taboos.

In the second chapter, the celebration of the 500 years of Brazil, in Porto Seguro and Santa Cruz Cabrália (Coroa Vermelha), is approached with interviews with people who participated

in the event and also analysis of the journalistic coverage of the celebrations by a local newspaper, the Jornal do Sol, and national press vehicles. Also discussed are cultural aspects of the Pataxó people, the indigenous ethnicity currently dominant in Porto Seguro and the region.

KEYWORDS: Cross of Mario Cravo. Porto Seguro. Discovery of Brazil. Memory. Indigenous memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inscrição no monumento de Coroa Vermelha.....58
Figura 2 – Inscrição com nomes das autoridades presentes no evento 59
Figura 3 – Ocupação desordenada no entorno da cruz de Mário Cravo 61
Figura 4 – Encontro entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio.....92
Figura 5 – Autoridades presentes em evento na Cidade Histórica de Porto Seguro 93
Figura 6 – Autoridades na Cidade Histórica, com ator caracterizado como Cabral 96
Figura 7 – Bispos presentes na celebração do dia 26 de abril em Coroa Vermelha.....99
Figura 8 – Protesto de índios contra versão oficial do descobrimento.....101
Figura 9 – Réplica de caravela feita para as comemorações 102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 O NASCIMENTO DO BRASIL SOB O SIGNO DA CRUZ 20

2.1 Imaginação e criatividade **45**

3 HISTÓRIA ORAL E SUA CONCEITUAÇÃO 69

3.1 Entrevistas com pessoas que participaram da Festa dos 500 anos do Brasil **75**

3.2 Análise das entrevistas **77**

3.2.1 Fontes orais como método de pesquisa 81

3.3 Cruz de Mário Cravo **82**

3.4 Pedro Álvares Cabral **84**

3.5 Papel da Igreja Católica na Colonização **85**

3.6 Memória indígena **87**

3.7 Presença pataxó na Coroa Vermelha **88**

3.8 Importância do 22 de abril **90**

3.9 Contexto das comemorações dos 500 anos do Brasil **90**

3.9.1 O povo Pataxó e seu histórico de resistência 106

3.9.2 Cultura pataxó 110

3.9.3 Casamento 111

3.9.4 Ritual do Awê 112

3.9.5 Festas 113

4 CONCLUSÃO 114

REFERÊNCIAS 117

APÊNDICES 124

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista realizada com José Ubaldino Alves Pinto Júnior – ex-prefeito de Porto Seguro 124

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista realizada com Wilson Cruz - ex-secretário municipal de Turismo e diretor do Memorial da Epopeia do Descobrimento 128

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista realizada com Romeu Fontana – ex-secretário de Turismo de Porto Seguro 132
APÊNDICE D – Transcrição da entrevista realizada com Karkaju Pataxó - representante indígena nas comemorações dos 500 anos do Brasil 137
APÊNDICE E – Transcrição da entrevista realizada com Dom José Edson Santana Oliveira – bispo da Diocese de Eunápolis 142
APÊNDICE F – Transcrição da entrevista realizada com o professor Francisco Cancela **.... 146**

ANEXOS 152
ANEXO A – Entrevista de Eduardo Bueno concedida ao Jornal do Sol **..... 152**

1 INTRODUÇÃO

O trabalho visa a discutir a fundação do Brasil a partir do seu acontecimento-chave na historiografia pátria, ou seja, a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro, no dia 22 de abril de 1500, e de um acontecimento específico ao referido evento, mas revestido de outros significados: a celebração da Primeira Missa, no dia 26, na localidade conhecida como Coroa Vermelha, situada no atual município de Santa Cruz Cabrália. Abordamos dois momentos que remetem àquele ato fundante da nação brasileira, quais sejam, o próprio ato, celebrado por Frei Henrique de Coimbra, e a reencenação dessa cerimônia durante as Comemorações dos 500 anos do Brasil, realizadas no ano 2000, supostamente no mesmo lugar onde ocorreu a primeira, ocasião em que um monumento foi erigido, uma grande cruz de aço e base de mármore, de autoria do artista Mário Cravo, representando a cruz sob a qual foi rezada a Primeira Missa meio milênio antes.

A escolha do tema se deu pelo fato de a questão do descobrimento ser bastante explorada em Porto Seguro e em Santa Cruz Cabrália (Coroa Vermelha), especialmente em virtude do apelo turístico dos municípios, além de que os povos indígenas da região e a problemática social que os envolve, como a questão da titulação das terras por eles ocupadas e conflitos fundiários decorrentes, é parte da realidade local.

Embora o município de Santa Cruz Cabrália seja mencionado ao longo da dissertação, o título do trabalho enfatiza Porto Seguro, uma vez que a Vila de Santa Cruz integrava a antiga Capitania de Porto Seguro e só passou a se chamar Santa Cruz Cabrália em 1933, sendo emancipada em 1938, por força do Decreto-Lei estadual n.°10.724, quando a vila ganhou autonomia política e passou à categoria de cidade. Além disso, o nome Porto Seguro dado à cidade deriva de um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, onde ele diz: “acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro”.

A nossa hipótese é de que a fundação do Brasil, e, portanto o modo como a sociedade brasileira foi construída ao longo dos séculos, representaram a subsunção de uma memória na outra, ou seja, a diluição da memória indígena numa memória mais ampla, construída a partir daquele evento fundante, porque tornada hegemônica, tendo como ponto de partida o território do atual município de Porto Seguro, “onde tudo começou”, segundo a nossa historiografia.

O trabalho tem como objetivo geral discorrer sobre o significado desse ato fundante e da sua importância para o conceito de Estado-Nação brasileiro, bem como sobre a maneira como a memória indígena foi tratada ao longo dos séculos, usando como exemplo o povo

Pataxó, a etnia predominante na região da Costa do Descobrimento (nome dado à região na qual estão situados os atuais municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, devido aos acontecimentos históricos a eles relacionados). Entre os objetivos específicos está demonstrar um pouco da riqueza cultural desse povo, que muitas vezes é ignorada pelo conjunto da sociedade, devido ao processo histórico de silenciamento de que foi alvo e também dos tabus e preconceitos dele derivados.

Temos a cerimônia da Primeira Missa como ponto de partida da nossa análise, porque ato fundante da nação como a conhecemos, tendo a memória indígena sofrido a influência da historiografia e da etnografia produzidas a partir do olhar do colonizador, que para cá trouxe a sua cultura e suas instituições.

Como metodologia, faremos a análise, no primeiro capítulo, do tema a partir de material teórico produzido por autores como Nelson Werneck Sodré (1963), Mircea Eliade (1972; 1992), Henri Lefebvre (2000), Francisco Adolpho de Varnhagen (1979), Pero de Magalhães Gândavo (1980), François Dosse (1994), Ronaldo Vainfas (1989), Sérgio Buarque de Holanda (2000), dentre outros. No segundo capítulo, analisaremos entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam as comemorações dos 500 anos do Brasil, bem como matérias jornalísticas sobre esse evento, além de textos sobre a cultura do povo Pataxó.

No primeiro capítulo, abordamos essas duas questões, o ato fundante e suas implicações para a formação da nacionalidade brasileira, sua rememoração no limiar do século XXI e a memória indígena a partir do olhar do outro, do “de fora”, daquele que, tendo se apossado do território hoje conhecido como Brasil, produziu uma cultura hegemônica, cuja leitura ainda se mantém, apesar de novos olhares que a desconstroem à luz da contemporaneidade.

No segundo capítulo, trataremos dos festejos dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, quando uma extensa programação envolveu os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, com a presença de autoridades nacionais e estrangeiras. A partir desse evento, podemos entender o que aconteceu na região durante aquele acontecimento, suas razões e objetivos, além de abordar aspectos culturais do povo Pataxó.

É importante que se compreenda a questão do descobrimento, e especialmente do seu ato solene, a Primeira Missa, como um evento carregado de significado simbólico. A tomada de posse de uma terra supostamente desconhecida pelos membros da esquadra cabralina, a realização de um ato religioso e a ereção de uma cruz num território habitado por silvícolas e a narração deste episódio num manuscrito, que imortalizou esses acontecimentos a partir de um único testemunho: o dos portugueses. Essa narrativa é a que serviu de alicerce para a

construção da historiografia oficial, esta inaugurada pela colonização portuguesa e que subsistiu após a Independência, em 1822, chegando à atualidade. Não se trata de tentar invalidá-la, mas de questionar a sua leitura sob uma perspectiva que exclui outros olhares, outros atores sociais na construção da brasilidade, especialmente os povos originários, testemunhas silenciadas desse episódio fundador.

Na obra "Como se deve escrever a história" (2009), Luciano de Samósata (120-192 d.C) menciona o célebre tratado "Sobre a dança", no qual fala de um certo dançarino famoso no tempo de Nero, que se destacava sobre todos os demais pela "memória das histórias e beleza dos movimentos" (BRANDÃO, 2009, p.133). Essas histórias eram o que ele representava ao dançar, os amores de Afrodite e Ares, e tão bem expressou toda a história que recebeu este elogio: "Eu ouço, ó homem, o que você faz, não apenas vejo, mas parece-me que você fala com as mãos".

> Como se vê, a história enquanto "tema" pode ser tanto a história propriamente dita, quanto o mito. Com efeito, afirmando ainda Sobre a dança, que os recursos para o trabalho do dançarino são fornecidos pela história antiga, pela fácil memorização da mesma e por sua exibição por verossimilhança. Luciano apresenta dela um resumo, na forma dum catálogo de histórias, desde a origem do mundo, com o Caos. Essa história antiga é, portanto, construída pelos mitos, os ciclos que o dançarino deve representar com sua arte, em suma, o tema que ele dança (BRANDÃO, 2009, p. 134).

O termo história pode designar o conteúdo transmitido pela pintura, pela ourivesaria ou pelos movimentos da dança, do mesmo modo que pelo discurso. A história enquanto tema é complemento (sempre em genitivo) de nomes como *ophélimon* (utilidade, proveito), *mnéme* (memória), *akribés* (exatidão) e *kallos* (beleza). Citando o exemplo de uma taça de ouro, Luciano (2009) afirma que se pode distinguir três níveis: o da matéria (o ouro), sobre a qual se inscreve uma história; o da história, que, em face da matéria, deve ser *akribés*, e, em face da arte, deve estar voltada para o *ophélimon* e a *mnéme;* o nível da arte, que, no que diz respeito à história, deve associar-se ao *akribés* e ao *kallos*, mantendo também relações com a matéria cujo valor essa ressalta.

> Entretanto, seria necessário ajuntar ainda, tendo-se em conta Sobre a dança, que a *mnéme prókheiros* (fácil memorização) se relaciona com a história, enquanto a epideixis met´euprepeias (exibição com verossimilhança), com os movimentos do dançarino: de fato, declara que este deve receber os favores de Mnemósine e de sua filha Polímnia, pois, como o advinho Calcas em Homero, precisa conhecer o que é, o que será e o que foi (BRANDÃO, 2009, p. 134).

Introduzindo o catálogo de mitos em Sobre a dança, Luciano afirma que o dançarino "deve, partindo do Caos e da primeira origem do mundo, conhecer tudo (isto é, toda a história antiga)", ou seja, essa história antiga de que se fala inclui tanto o "mito" quanto a "história". (BRANDÃO, 2009, p. 135).

O que podemos inferir com base no exposto acima, fazendo uma analogia com o objeto do nosso trabalho? O nascimento do Brasil enquanto nação se deve a uma construção social a partir do mito fundador, de uma saga de marujos que aportaram numa espécie de "paraíso terrestre" do outro lado do Atlântico e fundaram uma civilização, a partir de uma cerimônia em que um símbolo importante de outra civilização (a cruz) foi fincado no solo americano, cruz que é símbolo de morte e ressurreição de uma divindade, portanto de uma religião que seria imposta a partir daquele momento aos habitantes originais do território conquistado, porque "pagãos", porque "precisavam ser salvos", como afirma Caminha em sua carta, porque a terra passaria a ter dono e nela seria escrita uma nova história, a história dos que chegaram e trouxeram as suas instituições e visões de mundo.

O território, que passaria a ser chamado de Brasil, entra então na historiografia, que produzirá "heróis", "vultos célebres" e que deixará à margem os primeiros habitantes e sua cultura, reduzindo-os a expectadores ou coadjuvantes da história que estava sendo escrita, quando não a inimigos, que precisavam ser aniquilados.

O mito em torno do descobrimento fundamenta o ideal de sociedade que foi celebrado no ano 2000, quando esse ato fundante foi reencenado ao pé do monumento erigido pelo governo federal em Coroa Vermelha. Estamos diante, portanto, de um trabalho encomendado a um artista consagrado, que contem em si não apenas um apelo imagético, mas um discurso, uma narrativa sobre a origem de uma nação, de uma memória que remete a essa origem e que precisava ser reatualizada. Aqui, como no exemplo exposto por Luciano, temos uma matéria sobre a qual se inscreve uma história: o aço inoxidável e o granito que serviram para a confecção da cruz; a história, que em face da matéria deve ser "exata" (pelo ponto de vista de quem a conta) e em face da arte deve estar voltada para a utilidade e para a memória, e o nível da arte, que deve associar-se à exatidão e à beleza.

Beleza e plasticidade eram necessárias àquela reencenação do mito fundante de uma nação, nação miscigenada, mas que não era celebrada em sua diversidade, pois o mito em questão não comporta essa ideia, visto que é o mito de um único povo fundador, não da soma de povos que se misturaram e que resultaram no produto final da civilização que foi construída a partir daquele ato distante no tempo e reificado pela solenidade. Era essa a

memória que precisava ser evocada e ressignificada, posto que a própria cruz, em sua exaltação, é um símbolo cristão/católico, que exclui outras confissões religiosas, inclusive as crenças ancestrais dos povos indígenas.

Ainda fazendo uma analogia da obra de Luciano (2009) com o nosso trabalho, podemos interpretar como o "homem que fala com as mãos", de que trata o filósofo clássico, a Pero Vaz de Caminha, que produziu o manuscrito que é entendido como sendo a "certidão de nascimento do Brasil", um documento que produziu a história, e uma memória, a partir do silenciamento das outras testemunhas do evento narrado, os índios. Povo ágrafo, que foi posto à margem do discurso contido no documento manuscrito e em noutro documento, a cruz fincada no solo americano, inicialmente a de madeira sob a qual foi rezada a Primeira Missa, e depois a de aço inoxidável, quando esse ato foi reencenado.

Aristóteles (384-322 a.C *apud* RICOEUR 2007), trata da problemática da imagem e da memória. Esse filósofo grego propõe que a afecção produzida na alma e na parte que a conduz seja considerada uma espécie de pintura (*zoographema*), da qual se diz ser a memória. Para demonstrar essa relação, utiliza-se então a metáfora do carimbo e do sinete.

> Diferentemente do *Teeteto* - que situava a impressão nas "almas", com o risco de tratá-las como entidades impregnáveis – Aristóteles associa o corpo à alma e elabora, sobre essa dupla base, uma rápida tipologia dos efeitos variados de impressões. Mas, nosso autor não esgotou essa metáfora. Surge uma nova aporia: se o caso é esse, pergunta, de que nos lembramos então? Da afecção ou da coisa que ela procede? Se é da afecção, não é de uma coisa ausente que nos lembramos; se é da coisa, como, mesmo percebendo a impressão, poderíamos lembrar-nos da coisa ausente que não estamos percebendo? Em outras palavras: como podemos, ao perceber uma imagem, lembrar-nos de alguma coisa distinta dela? (RICOEUR, 2007, p. 34).

A solução a essa poria, afirma Ricoeur (2007), reside na introdução da categoria de alteridade, herdada da dialética platônica. A associação da noção de desenho, de inscrição, à noção de impressão (*graphé*) aponta para a solução. Segundo Ricoeur, cabe à noção de inscrição comportar referência ao outro; o outro que não a afecção enquanto tal. A ausência, como o outro da presença.

> Tomemos um exemplo, diz Aristóteles: a figura pintada de um animal. Pode-se fazer uma dupla leitura desse quadro: considerá-lo quer em si mesmo, como simples desenho num suporte, quer como uma *eikon* ("uma cópia", dizem nossos tradutores). É possível, porque a inscrição consiste nas duas coisas ao mesmo tempo: é ela mesma e a representação de outra coisa (*allou phantasma*); aqui, o vocabulário de Aristóteles é preciso: ele reserva o termo

> *phantasma* à inscrição enquanto ela mesma, o termo *eikon* para a referência à outra coisa que não a inscrição (RICOEUR, 2007, p. 34).

Podemos deduzir das considerações feitas por Ricoeur (2007), citando Aristóteles, aplicado ao caso do nosso trabalho, que o apelo imagético do monumento comemorativo da Primeira Missa no Brasil é necessário para a rememoração de um ato supostamente ocorrido naquela localidade num passado longínquo. A cruz de Mário Cravo é ela mesma e também é a representação de outra, ausente, qual seja, aquela que foi erigida naquele mesmo local 500 anos antes para a celebração do ato fundante, rememorado na solenidade do ano 2000. Ela também é a representação de valores, de instituições e ideologias, conforme iremos demonstrar ao longo desta dissertação. A cruz também é um documento, que se soma a outro, a carta de Pero Vaz de Caminha, a qual narra o acontecimento a ser representado e rememorado.

O que está ausente neste caso? A cruz original, perdida no tempo, assim como a cruz verdadeira onde Jesus Cristo foi crucificado. As originais de ambos os episódios não existem mais, mas subsistem as representações, entre as quais o monumento analisado. Ele é importante porque é uma cópia (*eikon)* e evoca uma memória, a memória de um acontecimento fundador de uma nação. Também podemos inferir que estão ausentes os outros protagonistas do evento trazido à recordação através do monumento, os índios. Estão ausentes, se entendermos que a cruz não é um símbolo indígena, nem tampouco evoca a lembrança de algo relacionado a esses povos. A cruz é um símbolo que remete à antiguidade, tendo inúmeros significados, mas no caso analisado o do cristianismo, religião trazido ao Novo Mundo pelos colonizadores europeus. A lembrança é a de um ato solene, ocorrido num tempo distante, mas que é o tempo do "início" de uma civilização, que seria construída a partir daquele episódio. Por isso, a importância de um apelo imagético, de um "sinete" que "grave na alma" a impressão que se quer transmitir, isto é, da lembrança do acontecimento fundador e também dos valores ali representados.

Ricoeur (2007) indaga: "é a lembrança uma espécie de imagem e, caso afirmativo, qual?". Ele questiona ainda que, se por uma análise eidética apropriada, se verificasse ser possível dar conta da diferença essencial entre imagem e lembrança, como explicar seu entrelaçamento, e mesmo a confusão entre ambas, não só ao nível da linguagem, mas no plano da experiência viva:

> Não falamos da lembrança-imagem, e até da lembrança como de uma imagem que fazemos do passado? O problema não é novo: a filosofia

> ocidental herdou-o dos gregos e de suas variações em torno do termo *eikon*... Certamente, dissemos e repetimos que a imaginação e a memória tinham como traço comum a presença do ausente, e como traço diferencial, de um lado, a suspensão de toda posição de realidade e a visão de um irreal, do outro, a posição de um real anterior (RICOEUR, 2007, p. 61).

Como expusemos, a nossa problemática gira em torno de uma imagem, que substitui outra perdida no tempo, eivada de simbolismo. Tratamos de uma representação, de uma imagem que evoca uma memória, a memória de um acontecimento fundador, de um tempo da origem de um povo. Temos então a "cópia", de que fala Ricoeur, a posição de um real anterior ou a representação desse real, se aceitarmos que o ato reencenado ao pé do monumento aconteceu naquela exata localização 500 anos antes. Trataremos mais disto nos capítulos a seguir.

2 O NASCIMENTO DO BRASIL SOB O SIGNO DA CRUZ

Como explica Nelson Werneck Sodré (1963), nos fins do século XV estava Portugal de posse das técnicas de navegação que lhe permitiriam dar o grande salto para as grandes navegações, quebrando dessa forma o monopólio das cidades-estados italianas, Gênova e Veneza, sobre o comércio na Europa das especiarias asiáticas, tendo em vista que a rota terrestre entre os dois continentes era controlada pelos árabes. A descoberta da América, em 1492, por Cristóvão Colombo, um genovês a serviço da Espanha, ilustra a atração que a Península Ibérica exercia sobre os recursos humanos que, antes, se concentravam na Itália. Todavia, cinco anos antes, em 1487, Bartolomeu Dias dobrara o Cabo das Tormentas.

Descortinavam-se, então, as condições para a ocorrência de transformações no mercado global. Em 1494, era celebrado o Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, e os limites das terras pertencentes a esses dois países. E, como ressalta Sodré (1963), o problema do meridiano que as definisse, discutido em Tordesilhas, giraria muito mais em torno da posse das Molucas, fonte de especiarias, isto é, das mercadorias que eram objeto de troca e de procura, do que da posse de terras americanas. Ao findar-se o século, em 1497 e 1498, Vasco da Gama estabeleceu a ponte com as fontes produtoras de especiarias no oriente.

> O esquema antigo, quanto ao comércio de especiarias, apresentava os seguintes elementos: suseranos orientais, intermediários árabes (mouros), intermediários venezianos, distribuidores e redistribuidores, consumidores, na fase em que provinham elas do Oriente por via terrestre, até o fundo do Mediterrâneo. Depois da abertura das rotas marítimas pelos portugueses, o esquema passou a apresentar-se da maneira seguinte: suseranos orientais, intermediários portugueses, distribuidores e redistribuidores, consumidores. Estavam excluídos os intermediários árabes, que continuariam disputando com os lusos, à mão armada, nas Índias, a preferência dos suseranos, e estava quebrado o monopólio veneziano na distribuição. Lisboa, já empório do açúcar, tomava-se empório das especiarias (SODRÉ, 1963, p. 36-37).

Em 22 de abril de 1500, como ensina a história pátria, a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, com destino às Índias, chega ao Brasil, mais especificamente no território entre os atuais municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. A 26 de abril é celebrada a Primeira Missa no Brasil, supostamente na atual localidade de Coroa Vermelha, onde, a 26 de abril de 2000, foi erguida uma cruz de aço, montada numa base de mármore, em substituição a que hipoteticamente fora erguida ali 500 anos antes por portugueses e índios.

> Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. E mandou a todos os capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual o padre Frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. Ali estava com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho. Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vida, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção (Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, narrando a celebração da Primeira Missa no Brasil).

Esse ato solene consistiu, assim o defendemos, no ato fundante da nação brasileira como a conhecemos. Uma nação que nasceu sob o signo da cruz, num ato não apenas religioso, mas também político, uma vez que naquele momento a terra era reivindicada pela Coroa Portuguesa, tendo em vista a divisão do mundo entre as coroas de Portugal e de Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, assinado pelas duas potências seis anos antes na cidade espanhola desse nome. O Brasil, inicialmente denominado Terra de Vera Cruz, nasceu assim sob duas potestas (MOTA, 2000, p. 6), quais sejam o poder espiritual da Igreja, representada na Ordem de Cristo, cujo emblema estava estampado na bandeira trazida por Cabral desde a partida da esquadra em Belém e naquela cruz fincada no solo onde se deu a consagração da terra “descoberta” pelos europeus, e o poder terreno, o poder do Príncipe, no caso, o rei Dom Manuel I.

A cruz de Mário Cravo, feita em aço inoxidável e base de granito, foi encomendada pelo então ministro do Esporte e Turismo do governo Fernando Henrique Cardoso, Rafael Greca, que na ocasião declarou ao jornal O Globo, em matéria assinada pela jornalista Paula Autran e intitulada “Os índios vão ficar fora da “pajelança de brancos”, de 1º de janeiro de 2000, que não acreditava que os índios fossem contrários à ereção da cruz. “A princípio, eles discutiram, pois ela é construída com o material da espada dos conquistadores. Mas, o que parecia impossível aconteceu: as famílias de Coroa Vermelha ficaram satisfeitas”, disse o ministro. Contudo, a matéria informa que os índios ficaram “revoltados por não terem sido ouvidos antes da instalação da obra”. O texto diz ainda que o indígena José Carlos, líder dos Macuxis, protestou contra a obra do Governo Federal. “A construção da cruz mostra o desrespeito que eles têm com a gente. Isto teria que ser discutido”, denunciou o indígena. A matéria completa pode ser acessada no link:

https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/indios-vao-ficar-fora-da-pajelanca-dos-brancos-275340.html.

Outra matéria jornalística, com o título “Cruz de Mário Cravo causa polêmica na BA”, publicada na Folha de S. Paulo, no dia 23 de março de 2000 e assinada pela jornalista Cynara Menezes, informa que a cruz mede 16 metros de altura e pesa três toneladas, montada numa base de granito de 60 toneladas, tendo custado ao governo federal R$ 500 mil, segundo Ivan Cravo, filho do artista Mário Cravo. O periódico, a exemplo de O Globo, ressalta que a obra motivou protestos de índios e entidades ligadas à causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na pessoa do seu então assessor político, Paulo Maldos. “Os índios nem foram consultados, nem sabiam o que era a cruz”, afirmou Maldos, ressaltando que a montagem da cruz, com guindastes, parecia reviver os quadros pintados sobre a Primeira Missa, “com os índios ao fundo, de coadjuvantes”.

Na ocasião, o filho de Mário Cravo reconheceu a indignação dos índios. “Aquilo é feito na terra deles, né? E eles acham que o aço representa o conquistador, a espada, o que descaracterizaria o local”, afirmou Ivan Cravo, que, apesar desse posicionamento, defendeu a obra do pai. “Toda essa polêmica é bobagem, descaracterizado o índio daqui já está. A cruz pequena (de madeira, próximo à de aço) servirá como comparação, mostra o passado, enquanto a de aço representa a modernidade, os novos tempos”, enfatizou Cravo. A matéria está disponível no link: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2303200018.htm.

O cerne do nosso trabalho é a defesa da hipótese/tese de que o monumento erguido em Coroa Vermelha, quando das Comemorações dos 500 anos do Descobrimento, reatualiza e ressignifica os valores sob os quais o país foi fundado, representados hodiernamente nos poderes da Igreja e do Estado, não mais o Estado monárquico, mas o republicano, tendo em vista a República Federativa do Brasil, anfitriã do evento, e a República Portuguesa, antiga metrópole do Brasil, homenageada. Se o Brasil foi fundado sob essas duas potestas, como fica a memória indígena, sendo os índios os habitantes originários das Américas e que assistiram aquele ato fundante longínquo no tempo?

Defendemos que a memória desses povos foi agenciada pelos europeus, que em terras americanas inauguram uma historiografia e uma etnografia poética e retoricamente defendidas, nas quais o elemento autóctone é referido como de menos valia na construção da nacionalidade, sendo-lhes reputados afetos negativos, como a indolência, a cupidez, o gosto pela carne humana etc., visão que predominou ainda no século XIX, quando foram lançadas as bases da moderna historiografia e que só começou a mudar a partir do século XX, sob a contemporaneidade, em que ganharam terreno conceitos de valorização das minorias e da

formação da nacionalidade brasileira sob um prisma multiétnico (MOTA, 2000, p. 65-67) e multicultural, haja vista a contribuição não só de brancos portugueses, índios e negros, mas também de diversos outros povos e nacionalidades que engendraram esse amálgama cultural que é o Brasil.

> O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) - *produção* (da organização espacial própria a cada sociedade) - *criação* (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o *décor*). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se *produz* a simultaneidade [...] (LEFEBVRE, 2000, p. 6).

Pode-se produzir uma apropriação da proposição de Lefebvre sobre o "espaço", pensando-se o quadrinômio, que, segundo o filósofo francês, deveria articular o seu entendimento, de forma sequencial, ou seja, falando-se da relação entre espaço e elemento mental, entre espaço e elemento cultural etc., para, ao fim, em uma espécie de síntese, articular, sob a rubrica "simultaneidade", os elementos constituintes do quadrinômio: mental, cultural, social e histórico. Essa, é claro, é apenas uma das formas possíveis de uso da proposição acima excertada. Caso pensemos o monumento comemorativo do descobrimento do Brasil, erigido em Porto Seguro ao tempo das comemorações dos quinhentos anos de descobrimento, a partir de sua articulação com o espaço em que é instalado, o *locum* de ereção e de implantação é supostamente lugar de atualização de um ato inaugural, que é aquele de tomada de posse da terra pelos portugueses no ato fundante de rezar missa.

A primeira missa pode ser entendida como evidência da articulação, ao tempo em que é rezada, da *potestas* espiritual da Igreja e daquela que lhe é correlata no mundo, o poder do príncipe (FAUSTO, 1994, p. 59-62); representaria a subsunção de todo poder mundano, para que seja legítimo, ao poder do representante de Deus no mundo. Se o monumento comemorativo dos quinhentos anos de descobrimento do Brasil atualiza algo e se esse algo que ele atualiza é justamente um ato em que está implicada a ideia de religião, o monumento erigido em 2000 também visaria a ratificar a união de Igreja e Estado, da fé e poder mundano, de catolicidade e de, paradoxalmente, Estado laico?

Esse dado de mentalidade, a conjunção de Igreja e Estado, de *fides* e *potestas*, não seria ao mesmo tempo um dado cultural, próprio da cultura brasileira, em que, a despeito da separação oficial de Estado e Igreja, tornada pública ainda no século XIX, patenteia-se como

inseparável na inscrição “Deus seja louvado”, impressa nas cédulas do Estado brasileiro, sabendo-se que, em sociedades capitalistas como a nossa, o dinheiro é o único valor universal, por meio do qual todos os outros valores e coisas podem ser liquidados e transformados em outros valores e coisas.

Poderíamos compreender, de forma figurativa, como a ideia de transubstanciação, tornada mercantil, sem que se tome ciência efetiva disso, ao passo que podemos pensar, no que concerne ao monumento de comemoração dos quinhentos anos de descobrimento, a articulação entre este, o espaço e a história, uma vez que o monumento parece tornar sempre presente, em seu gesto de memorar novamente, de tornar o passado sempre memorável ao se ver o monumento, o ato inaugural; o torna presente no suposto local em que ele se deu, articulando desse modo as duas categorias fundamentais de organização da realidade, tempo e espaço.

A história que o monumento nos conta é história quase circular em sua reatualização; é quase mítica em sua circularidade, lembrando a circularidade do tempo da refundação no presente de atos passados *in illo tempore* de que nos fala Eliade (1972). Mas podemos nos questionar qual a necessidade que temos de nos dias de hoje, enquanto Estado, enquanto sociedade que se quer laica, tornar presente o que foi e o que significa esse tornar presente, considerando a carência de sentido que visamos preencher por meio dessa ereção ou que sentido é preciso não deixar ser esquecido. Podemos dizer que o espaço em que se erigiu o monumento, se é espaço suposto em que se deu um ato fundante, atualiza no tempo presente, mas no mesmíssimo espaço, o ato pretérito, imorredouro, inesquecível, inextinguível pelo ato e pelo monumento que o comemora.

O espaço é outro, porque a topografia mudou – já não é a mesma a paisagem de hoje frente àquela do descobrimento -, mas é ao mesmo tempo a mesma, porque assim no-lo ensina o monumento, assim ele o declara. Ele quer a todo custo atualizá-lo, sobretudo porque, quando de sua inauguração, o gesto inaugural se repete, o *sacrum* tremendo da missa, que presentifica a *potestas* eterna do Eterno. É da irrupção da eternidade na ordem do mundo que fala a missa, que a missa instaura, que ela medeia ou propicia; é da ordem atemporal na ordem do tempo que o *sacrum* torna presente.

Em *Mito e Realidade*, Eliade (1972, p. 6) enfatiza que o judeu-cristianismo relegou para o campo da “falsidade” ou “ilusão” tudo o que não fosse justificado ou validado por um dos dois Testamentos. O achamento do Brasil, solenizado na cerimônia da Primeira Missa em Coroa Vermelha, “sacralizou” o território a ser ocupado por Portugal, onde antes os nativos “pagãos” cultuavam os seus deuses e vivenciavam as suas tradições ancestrais, para algumas

décadas depois ser consideradas como “idolatria” pelos religiosos católicos, como afirma Sodré (1963, p. 112-113).

O monumento nesse caso inaugura o “sagrado” em terras “pagãs”, ele serve como o marco referencial de uma nova civilização que surge nos trópicos sob os signos da cruz e da espada, isto é, da Igreja e do Estado. A Europa estava, em algumas nações, sob a égide do Santo Ofício, e o poder da Igreja era praticamente incontestável. As Grandes Navegações, operadas pelas monarquias ibéricas nesse período, eram financiadas com participação de ordens religiosas e com expressivo apoio da Igreja em geral, que enxergava nessa movimentação transatlântica uma oportunidade de “converter povos pagãos”, através da evangelização levada a cabo por missionários.

O objetivo religioso casava com o objetivo mercantil, que era explorar o comércio de especiarias asiáticas, de produtos africanos buscados na Europa e de bens americanos variados. O simbolismo da cruz estava presente nas velas das caravelas dos navegadores e também no dinheiro, pois algumas moedas do período eram cunhadas com a imagem da Cruz da Ordem de Cristo, com o dístico *In Hoc Signo Vinces*, expressão latina que representa uma alegada visão que o imperador Constantino O Grande teve durante a Batalha da Ponte Mílvia, em que teria visto uma cruz no céu, com os dizeres mencionados (“com esse sinal vencerás”), acontecimento que marcou o fim das perseguições aos cristãos em Roma e a transformação do culto a Cristo em religião de Estado (CESAREIA, 1994).

É escusado dizer que a partir do século IV, com o Concílio de Níceia (325), as crenças não cristãs passaram a ser reputadas como heréticas pelas lideranças da Igreja que emergia no Império Romano, tendo a figura do próprio imperador como o seu máximo expoente terreno, representante de todo o poder humano e divino, o que mais tarde serviria de inspiração para monarcas europeus, como D. Manuel I, o Venturoso, em sua pretensão de construir um império universal como o grande representante da cristandade. Como frisamos anteriormente, o simbolismo da cruz era uma marca da expansão transoceânica portuguesa, e, em solo americano, a ereção de uma cruz no ato inaugural em Porto Seguro significou a posse da terra para Portugal e o início da pregação cristã nessa parte do assim chamado Novo Mundo.

O monumento, erguido no mesmo local onde supostamente aconteceu o ato fundante, atualiza valores de um povo que se impôs a outro, de uma cultura exógena que se tornou endógena, suplantando, portanto, a anterior, e estabelecendo padrões civilizatórios numa porção continental dista milhares de quilômetros além-mar. Como também já foi pontuado, a cruz representou não apenas a fé em Jesus Cristo, mas também foi um importante símbolo das navegações lusitanas nos séculos XV e XVI.

Não custa lembrar que nas primeiras armadas enviadas à Índia, os navegadores levavam consigo estoques consideráveis de moedas de ouro, não quaisquer moedas desse metal, mas uma moeda de aproximadamente 35 gramas, denominada "Português", com a cruz da Ordem de Cristo num verso e o dístico *In Hoc Signo Vinces*, e, em outro verso, a expressão "Manuel I, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e além mar em África, Senhor da Guiné, da conquista e navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia" (GÓIS, 1749). A cruz, símbolo religioso, figurava em destaque no dinheiro, pois trata-se de um valor universal, o ouro, cobiçado por todos os povos desde a mais remota antiguidade.

O monumento erguido por Mário Cravo em 2000 é a celebração no presente de um ato passado, ressignificando-o. Entretanto, podemos perguntar: o monumento não seria também mais uma jogada política, de promoção turística do destino Porto Seguro e das autoridades políticas locais, regionais e nacionais? Esse questionamento, por óbvio, não invalida o caráter de exaltação das duas *potestas*, Igreja e Estado, já mencionada, mas serve como fonte de reflexão. Podemos questionar, ainda, onde o conceito de nação entra nessa celebração, diferentemente do conceito de país, um espaço geográfico? Quem foi celebrado nessas comemorações? O povo brasileiro, verdadeiro anfitrião do evento, ou apenas o Brasil enquanto um território cuja historiografia e etnografia foram inauguradas por um evento cujo maior protagonista foi Portugal?

Para Nilo Odália, organizador da obra Varnhagen – História (1979), a justificativa histórica deve demonstrar que a opção é fruto de uma inevitabilidade histórica; ela surge não somente em razão do fato central de que a ex-colônia é o produto de um descobrimento relacionado ao ciclo das grandes navegações, mas essencialmente pelo fato de que a formação da colônia resulta sempre de um confronto de civilizações diferentes, no interior de um processo contínuo de conquista, reconquista e expansão da terra descoberta. Esse processo legitima a posse e dá aos conquistadores, o povo português, o poder e o direito de moldar ao seu talento a nova sociedade" (VARNHAGEN, 1979, p. 19).

No caso do Brasil, estamos tratando de um país que começou a partir de um ato fundante, que tem uma "certidão de nascimento", que é a carta de Pero Vaz de Caminha, e que é representado pela ereção de um monumento que ressignifica e reatualiza mais de cinco séculos depois esse ato fundante, testemunhado por silvícolas que não conheciam a escrita e que por isso mesmo não puderam transmitir à posteridade as impressões desse encontro entre povos. Em sua carta, o escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral descreve os nativos como dóceis, que "precisavam ser salvos", isto é, catequizados, e narra também momentos de

descontração entre índios e marujos, sendo que os primeiros teriam até ajudado os navegadores a erguer a cruz onde foi rezada a Primeira Missa e participado da celebração.

A ideia do índio como "dócil" e/ou "ingênuo" é um dos mitos que persistem até hoje no imaginário popular, se considerarmos expressões do senso comum no sentido de que os índios são facilmente esbulhados do que lhes pertence, que "trocam coisas de valor por bugigangas" ou que para serem índios de verdade devem viver como viviam os índios na época do Descobrimento, ou seja, nus e vivendo da caça e da coleta. Assim, o mito em torno do "Descobrimento", cuja complexidade não nos cabe desnudar nesse trabalho, pois que é eivado de polêmicas várias que não haveria espaço nem tempo hábil para abordá-lo, permanece vivo na cultura brasileira e fornece modelos de conduta, embora hoje menos presentes, haja vista a valorização nas últimas décadas das minorias e, portanto da natureza multiétnica e multicultural de nossa sociedade.

Temos que vislumbrar o monumento, portanto, sob essa dicotomia, pois se por um lado ele atualiza um ato fundante e o ressignifica, por outro, para quais fins se prestariam essa atualização, se o que o monumento rememora é tão pouco valorizado nos dias de hoje? Ao abordarmos as comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses nesta porção da América, o que exatamente estava sendo celebrado, ainda mais levando-se em conta que a "festa" teve um caráter restrito às autoridades nacionais e estrangeiras, deixando literalmente o povo de fora, principalmente aqueles que deveriam ser os verdadeiros anfitriões, os índios, cujo protesto foi reprimido pelas forças de ordem pública, como informa matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, do dia 23/04/2000, intitulada "Protesto do Descobrimento deixa 141 detidos na Bahia?"

Eliade (1972) enfatiza que o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio". Em outros termos, segundo ele, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma "criação": ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente.

> Os personagens dos mitos são os Entes Sobrenaturais. Eles são conhecidos sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos "primórdios". Os mitos revelam, portanto, sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a "sobrenaturalidade") de suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do "sobrenatural") no Mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente

> fundamenta o Mundo e o converte no que é hoje. E mais: é em razão das intervenções dos Entes Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural" (ELIADE, 1972, p. 9).

A cerimônia da Primeira Missa foi a manifestação do sagrado em terras americanas, até então desconhecidas e "pagãs" (HOLANDA, 1976, p. 41-42). O ente sobrenatural nesse caso é o Deus cristão, católico, representado pelo simbolismo da cruz. A cruz, instrumento de redenção e ressurreição na tradição cristã, sacralizou o solo a ser ocupado, legitimou aos olhos dos europeus a posse da terra onde já viviam os povos que "precisavam ser salvos" pelos seus religiosos. A criação, nesse caso, é a criação do Brasil a partir do ato fundador. É mister ressaltar que essa irrupção do sagrado em terras americanas, em 1500, também trouxe a povos que viviam nus uma série de tabus próprios da cultura repressora judaico-cristã no que concerne à sexualidade e demais hábitos humanos.

Com a cruz também veio a "culpa", o que está expresso na carta de Caminha onde ele diz que os índios "mostravam suas vergonhas", o mito do pecado original, segundo o qual a humanidade se tornou mortal após desobedecer a Deus e comer do fruto proibido. O Brasil então poderia ser pensado como um paraíso tropical, com habitantes nus e "inocentes", que careciam de salvação, embora essa salvação trouxesse em seu bojo justamente a noção de pecado, vergonha e abominação. O homem, nesse contexto, precisa conhecer a "sujidade" da vida para alcançar a salvação, negando-se aos prazeres agora imorais, antes vivenciados com naturalidade dentro dos seus próprios mitos e crenças religiosas.

O mito presente no ato fundante então fundamenta esse novo mundo que é construído, sepultando o velho ao ocupar o seu espaço, e precisa, de tempos em tempos, ser reatualizado, reificando os valores presentes na sua fundação, os quais podem ser compreendidos na sociedade atual, não com referência expressa a tal ato, que com a educação deficitária no país é até desconhecido de muitos ou pouco entendido, mas com ênfase nos valores das potestas sacralizadas nas cerimônias de 1500 e de 2000. Igreja e Estado (ABREU, 1982, p. 51-52) como lados de uma mesma moeda, o poder sacro e o poder mundano que controlam as vidas dos cidadãos, súditos desses poderes.

O monumento pode celebrar exatamente isso, o poder, poder da posse da terra, poder do clero, poder do príncipe/governo, como se a própria nação estivesse fundamentada nas relações de poder e não nos usos e costumes da sua gente. Por que não celebrar concomitantemente o elemento indígena na formação da cultura brasileira, ao invés de apenas valorizar a chegada dos europeus e dos símbolos trazidos por eles? Essa pergunta pode ser respondida a partir de posicionamentos dominantes na sociedade brasileira já no século XIX, por parte de autores como Francisco Adolpho de Varnhagen (1816 – 1878), o Visconde de

Porto Seguro e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 e considerado um marco da historiografia brasileira. Segundo Nilo Odália, organizador da obra Varnhagen (1979), a ideia do Brasil como uma nação branca e europeia consistia num projeto político de nação naquele tempo, quando reinava nos trópicos um membro da dinastia portuguesa de Bragança (VARNHAGEN, 1979, p. 14-15).

No caso do descobrimento, o ente sobrenatural só é invocado na solenidade da missa, sacralizando a posse da terra para a coroa de Portugal e "abençoando" os marujos, que voltariam a enfrentar o "mar bravio" rumo às Índias. O descobrimento do Brasil e a primeira missa na América portuguesa são fatos irreversíveis para a historiografia e, acredita-se, nenhum povo indígena os têm em conta como mitos sagrados a serem reatualizados. Todavia, o monumento em Coroa Vermelha reatualiza velhos valores, valores de um Brasil branco, eurocêntrico, que celebra a lusitanidade e a cristandade, bem como o poder. O monumento, erguido em pleno território indígena, ignora as tradições desses povos, bem como de outros que formaram a sociedade brasileira (MOTA, 2000, p. 121-122), como os afrodescendentes e seus cultos originários.

O Brasil das comemorações dos 500 anos é um Brasil católico, elitizado, distante do povo em sua verdadeira concepção e suas demandas sociais, tanto que manifestantes, entre eles indígenas, negros e movimentos sociais de luta pela terra, que objetivavam contestar a versão oficial do Descobrimento, foram duramente reprimidos pelas autoridades, fato que foi noticiado nacional e internacionalmente. Uma festa que comemora e relembra um ato fundante de uma nação e que exclui o próprio povo não tem sentido de ser numa nação democrática, em que a participação popular é um dos seus princípios basilares. Todavia, ainda de acordo com Nilo Odália, o problema da organização social da sociedade brasileira envolve a clarificação dos papeis a serem desempenhados não pelos grupos étnicos, mas sim pelos grupos sociais, como também o problema da constituição do povo e do homem brasileiro.

> A imensidão da tarefa a ser enfrentada e a fraqueza dos grupos sociais indicavam como uma solução possível a estruturação de um poder político, de um Estado, que não deveria limitar-se aos encargos normais de um Estado soberano, numa Nação soberana. Esse Estado deveria representar, também, o instrumento mais importante e decisivo no processo de realização do projeto político da Nação (VARNHAGEN, 1979, p. 17).

Odália assevera que é em função desses três elementos Nação, Estado e Homem branco brasileiro que se pode compreender a obra de Varnhagen e que é no livro História Geral do Brasil (1857) que essa visão política do mundo atinge sua plena maturidade e

coerência, uma vez que nessa ótica o Brasil é apresentado como uma nação branca e europeia, fruto de um processo de legitimação da posse do conquistador ao longo dos séculos, através de guerras e expansão dos seus domínios (VARNHAGEN, 1979, p. 19).

Quando se fala que o homem das sociedades modernas não se sente obrigado a conhecer o curso da história em sua totalidade, podemos aplicar esse raciocínio ao objeto do nosso trabalho. Como já foi indicado, a data do 22 de abril não é relevante no contexto nacional a ponto de ser comemorada periodicamente. Podemos perguntar: quem ainda hoje lê a carta de Caminha e se interessa pelos acontecimentos ali descritos? Se o monumento reatualiza algo, o que esse algo tem a ver com a contemporaneidade? A exaltação da Igreja e do Estado, num país onde o catolicismo tem perdido cada vez mais terreno para as denominações evangélicas e outros tipos de crença religiosa, ou mesmo ao ateísmo, e um Estado pretensamente laico, onde a forma de governo adotada, a democracia, em seu sentido pleno ainda é um ideal distante da realidade da população?

Se questionarmos se o monumento reatualiza os antigos laços entre Brasil e Portugal, entre Europa e América, podemos também nos perguntar quais desses laços estão presente em nosso dia a dia, com exceção da língua falada no país. Em um país predominantemente negro e mestiço, qual a abrangência da cultura portuguesa nos dias de hoje? Quem se interessa pela primazia de Portugal nos descobrimentos e na chegada ao Brasil, levando em conta a carta do escrivão da armada de Cabral e o monumento que está exposto em Coroa Vermelha celebrando esse acontecimento longínquo no tempo?

De acordo com Eliade (1972), conhecer os mitos é aprender o segredo da origem das coisas; os mitos em torno do Descobrimento do Brasil ajudam a entender o Brasil como é hoje, isto é, com forte desigualdade social, racismo, exclusão de índios e negros e patrimonialismo da classe governante. Basta retrocedermos no tempo e analisar o que foi o sistema de Capitanias Hereditárias, o Governo Geral, a vinda de escravos africanos e o combate e mesmo extermínio de índios que resistiam ao avanço da colonização. O que temos hoje, e de longa data, é um Brasil segregado, com déficit de participação popular nas decisões políticas, uma democracia questionável sob diversos pontos de vista, uma grande concentração de riqueza, entre outros fatores que nos remetem a uma antiga colônia de exploração, cujo objetivo maior da metrópole era extrair ao máximo a lucratividade (pau-brasil, açúcar, ouro, diamantes etc.) que poderia proporcionar, com poucos investimentos diretos na colônia.

O tempo da origem no que concerne ao nosso objeto é o descobrimento, o “marco zero” do Brasil. Pode ser entendido como um “tempo forte”, porque significa o começo da

nação brasileira, o primeiro encontro entre povos nesta porção do mundo e que resultou no que o país é hoje, sob os pontos de vista étnico, cultural, econômico e sociopolítico. Podemos dizer que, sim, esse tempo da origem foi o receptáculo da nova criação, que é o Brasil, um país de dimensões continentais, colonizado por um país geograficamente diminuto, num contexto de expansão marítima por razões comerciais e religiosas, em pleno Renascimento europeu.

Em 1500, não havia chefes de estado em Porto Seguro quando do desembarque de Cabral. Nobres, sim, como o próprio comandante da esquadra, Sancho de Tovar e outros, mas não um representante direto da monarquia ou do Papado, como sucedeu em 2000. Argumentou-se durante muito tempo que essa descoberta foi acidental, que os portugueses chegaram a América por acaso, mas há controvérsias a esse respeito. Sem entrar nesse mérito, não custa lembrar que no Tratado de Tordesilhas, em 1494, a localização da porção continental correspondente ao Brasil já estava delimitada e, especula-se, o território nacional já havia sido visitado pelo navegador espanhol Vicente Yanez Pinzón, em janeiro de 1500, ou pelo português Duarte Pacheco Pereira, por volta de 1498.

Como não interessa nos aprofundarmos nessas polêmicas em torno da primazia cabralina, falar de um tempo primeiro no contexto de que tratamos é falar do que o monumento representa, isto é, um ato fundante, ritualizado numa celebração religiosa, sob os auspícios do Ente Sobrenatural, como nos fala Eliade (1972). Era, naquela circunstância, necessário a sacralidade daquele ritual para a tomada de posse da terra.

Os portugueses tinham o costume de erigir em seus domínios um padrão de pedra de cantaria com a cruz da Ordem de Cristo de um lado e as armas da Coroa Portuguesa de outro. Esse padrão não foi erguido no solo de Porto Seguro em 1500, já que Pero Vaz de Caminha não faz menção a ele em sua carta. O padrão existente na Cidade Histórica do município é posterior. A sua data é desconhecida. Pode ter sido trazido em 1503, quando da vinda da armada de Gonçalo Coelho e a fundação do povoado de Santa Cruz; em 1526, por Cristóvão Jacques, durante as chamadas Expedições Guarda-Costas e com fundação da Feitoria de Porto Seguro, ou em 1535, quando da chegada do donatário Pero do Campo Tourinho e a fundação da Vila de Nossa Senhora da Pena, na atual Cidade Histórica.

Contudo, têm-se notícias de padrões erguidos em outras localidades do litoral brasileiro, como na região na cidade de Touros/RN, por volta de 1501 (CÂMARA CASCUDO, 1930). Se os portugueses não erigiram um padrão em Porto Seguro, como já tinham feito na Costa da África algumas décadas antes, qual a razão disso? Não despertar interesse de outras potências marítimas da época, como a Espanha e a França? Não levantar

suspeitas e/ou hostilidades entre os nativos, já que poderia haver naquela altura um plano em curso de exploração do território? Os portugueses não ergueram um padrão em Porto Seguro, mas levantaram uma cruz improvisada em Coroa Vermelha, onde celebraram a Primeira Missa. Não é difícil fazer uma analogia entre o significado de um padrão e da cruz naquela circunstância, não obstante que o padrão tinha um sentido mais político e militar (demarcar posse para o Reino de Portugal frente outras nações), ao passo que a cruz é mais imbuída de um sentido religioso.

A cruz representa o *sacrum*, a presença do sagrado numa sociedade profundamente religiosa, como era o Portugal de quinhentos, num local "profano", habitado por "pagãos". A cruz também pode ser entendida como um marco de posse se pensarmos que ela sacraliza a posse da terra, ela legitima aos olhos da sociedade europeia daquele tempo a tomada de um território, pois o monarca era o representante de Deus na terra, o defensor da cristandade e encarregado de levar aos povos "pagãos" a evangelização por meio de seus exércitos e missionários.

O monumento de Coroa Vermelha é a reedição dessa cruz que foi perdida no tempo. Tendo substituído uma anterior, de madeira, ele pode ser entendido, até pelas suas dimensões, como a exaltação daquele momento tão distante no tempo e que ele reatualiza, a exaltação da simbologia que carrega.

Para Eliade (1972), o fato de os mitos de origem dependerem do mito cosmogônico é melhor compreendido quando se considera que, em ambos os casos, existe um "começo" e que o "começo" absoluto é a Criação do Mundo. Ele ressalta que não se trata, evidentemente, de uma simples curiosidade teórica, pois não basta conhecer a "origem", mas é preciso reintegrar o momento em que tal ou tal coisa foi criada.

> Ora, isso se traduz num "voltar atrás" até a recuperação do Tempo original, forte, sagrado. E, conforme já vimos e tornaremos a ver ainda mais claramente a seguir, a recuperação do Tempo primordial, indispensável para assegurar a renovação total do Cosmo, da vida e da sociedade, é obtida sobretudo através da reatualização do "começo absoluto", isto é, da Criação do Mundo (ELIADE, 1972, p. 30).

No contexto do nosso trabalho, esse "começo" de que fala Eliade é o Descobrimento do Brasil, que teve lugar em Porto Seguro, com o ato fundante/sacralizado sendo celebrado, supostamente, na atual localidade de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, antiga Capitania de Porto Seguro. Esse começo representou a criação do Brasil como

conhecemos, pois com os portugueses vieram a historiografia, a etnografia e a topografia. A partir desse ato fundante iniciou-se a História no território nacional.

Como assevera Varnhagen (1979), os índios brasileiros não atingiram um grau de sofisticação semelhante aos maias, astecas e incas, de forma que recontar a história desses povos antes do Descobrimento é sempre problemático, principalmente se adotarmos critérios positivistas como método de verificação do verdadeiro. Isso não quer dizer, por óbvio, que esses povos não têm memória, mas que a historiografia atual não permite recontar com precisão a sua história antes da chegada dos europeus, dado que os vestígios são escassos e que, como já foi pontuado, eram povos ágrafos.

O momento da "criação do Brasil" foi reintegrado na cerimônia dos seus 500 anos, ou pelos menos, foi isso que se tentou. Como já enfatizamos, a reatualização pode ser entendida como a exaltação de poderes envolvidos no ato fundante e presentes na atualidade, ainda que sob formas diferentes. Nem Portugal é mais uma monarquia, nem o Brasil é uma colônia; tampouco a Igreja Católica é a religião oficial de ambos, reconhecida como um poder divino inconteste e representada, também, no chefe de estado. Apesar disso, os poderes estatal e religioso permanecem bem presentes na realidade social dos dois países, tendo em vista que a laicidade do estado é relativa tanto no Brasil como em Portugal e que o Estado é o fundamento de qualquer país moderno.

Não existe país sem estado e esse estado é um poder que governa e disciplina as vidas dos cidadãos, poder que autoriza, que valida, que legitima, que reconhece algo, seja em nome do governante ou grupo que o controla, seja em nome da coletividade, como sucede nos estados considerados democráticos. Portanto, o monumento pode ser entendido como a representação desse poder validador, de que a "terra tem dono" e que esse dono é o Estado que governa a vida de todos e determina o que é legítimo ou não, bem como o poder espiritual, a Igreja, que confere à terra ocupada os valores da civilização ocidental, valores cristãos, europeus/latinos, a transcendência que diviniza o ato fundante, tornando-o não apenas um ato humano como outro qualquer, mas um ato sagrado, logo incontestável, pois a divindade está acima de qualquer contestação, exceto no âmbito atual do ateísmo/laicidade.

Podemos pensar que a incômoda realidade social do lugar onde se encontra o monumento comemorativo da Primeira Missa, de muita pobreza e favelização, foi "maquiada" para dar lugar ao esplendor de uma festa apoteótica para chefes de estado do Brasil e do mundo. Interesses políticos, religiosos, diplomáticos, mas qual o significado desse evento isolado num lugar esquecido pelas esferas superiores de governo e pela grande mídia antes e após o evento?

Se o monumento reatualiza algo, se ele reatualiza velhos valores, valores de um Brasil Colônia, de um Brasil onde o índio era esbulhado de suas terras, onde os africanos vieram trazidos como escravos e onde a Igreja controlava a vida de todos e também, por outro lado, se ele reforça esses valores numa roupagem moderna, de um Brasil "democrático", onde o Estado, e não mais a Igreja, controla a vida de todos e onde cultos religiosos minoritários (cultos autenticamente indígenas ou de matriz africana) são marginalizados em face da religião dominante, que é a cristã, não mais unicamente católica, mas dessa e de outras denominações, que transformação pode advir para a população local, predominantemente mestiça, pobre e pouco escolarizada? Não é difícil pensar na Festa dos 500 anos como uma festa "para inglês ver", nesse caso, "português". Uma festa para chefes de estado do Brasil e de Portugal, uma oportunidade para "estreitamento de laços", acordos diplomáticos etc.

Se o monumento reatualiza algo, podemos conceber, é o "velho" que se torna "novo", as raízes do que o Brasil é hoje numa nova apresentação. Quem de fato quer conhecer a origem do Brasil a partir desse "ato sagrado" rememorado num ato eminentemente político 500 anos depois? Se o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem uma "certidão de nascimento" e que passou por um "batismo" para sacralizar a tomada de posse de seu solo por uma potência marítima da Europa de Quinhentos, qual a importância disso nos dias de hoje para um Brasil de maioria negra ou parda, excluída em grande parte da sua vida política e das benesses do seu crescimento econômico? Em que importa celebrar essa lusitanidade e esse catolicismo ancestral? Celebrar o quê? Celebrar quem?

O entendimento sobre esse parágrafo é o que já foi exposto ao contextualizar as ideias de Eliade a esse respeito na nossa abordagem. A criação do Brasil a partir de um ato fundante em Porto Seguro, revestido de um caráter sobrenatural, em que dois poderes se manifestaram, o divino e o terreno, o poder da Igreja e o poder do rei. Ato fundante reatualizado 500 anos depois, expresso na simbologia do monumento de Coroa Vermelha, em que tais poderes são reificados sob nova roupagem.

Eliade enfatiza a ideia da "perfeição dos primórdios", expressão de uma experiência religiosa mais íntima e mais profunda, nutrida pela recordação imaginária de um "Paraíso Perdido", de uma beatitude que precedeu a atual condição humana (ELIADE, 1972, p. 39).

> A ideia de que a perfeição estava no princípio parece ser muito antiga. Ela é, em todo caso, extremamente difundida. É uma ideia, por outro lado, que pode ser indefinidamente reinterpretada e integrada nas inumeráveis concepções religiosas. Teremos oportunidade de discutir algumas dessas apreciações. Mas podemos adiantar desde já que a ideia da perfeição dos primórdios desempenhou um importante papel na elaboração sistemática dos

> ciclos cósmicos cada vez mais amplos. O "Ano" comum foi consideravelmente dilatado, dando nascimento a um "Grande Ano" ou a ciclos cósmicos de uma duração incalculável (ELIADE, 1972, p. 40).

O Brasil foi oficialmente descoberto em 1500, último ano do século XV. Sobre a ideia da "perfeição dos primórdios", podemos pensar no contexto daqueles homens católicos, oprimidos por tabus e proibições religiosas, num ferrenho moralismo judaico-cristão, se depararem com índios nus, tal como Adão e Eva, num paraíso tropical; "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!", como descreveu a terra Pero Vaz de Caminha em sua histórica carta. Assim, não é difícil associar àquela terra recém-descoberta, povoada por homens e mulheres nus, sob o calor e abundância dos trópicos, uma noção de "paraíso", ou "perfeição dos primórdios".

Entretanto, dirá Caminha logo em seguida: "Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente". Salvar índios "pagãos" significava convertê-los ao catolicismo. O termo salvar também pode dar a entender a ideia de "ingenuidade" atribuída a esses povos, que não ocultavam "suas vergonhas" porque desconheciam os códigos morais em voga na Europa, em grande parte produto do judaico-cristianismo.

Os primórdios do Brasil também têm uma aura de "beatitude", como nos fala Eliade (1972), se levarmos em conta uma visão que enxerga uma espécie de beleza plástica nesse encontro de povos, atribuindo aos índios valores adâmicos, como se sua "inocência" fosse corrompida pelo homem branco, que aliás se imbuía da missão de "salvá-los" e que essa "corrupção" explica o que o brasileiro é hoje, sua condição humana de povo latino-americano, num país marcado por profunda desigualdade social, em que estouram sucessivos escândalos políticos na mídia, pois se trata de uma sociedade dirigida por elites políticas. Assim, a "perfeição" estaria naqueles índios de 1500 anos, nus numa espécie de Éden tropical, corrompidos pelo homem branco, que aqui lançou as bases do que o Brasil viria a se tornar na atualidade.

As testemunhas da chegada da esquadra de Cabral foram os tupiniquins. É difícil precisar se a sua mitologia incluía mitos desse tipo, dado que eram ágrafos e não compreendiam a língua dos portugueses nem eram compreendidos por estes na altura do descobrimento. Mas como já foi pontuado, a noção de "paraíso" naquele Brasil descoberto na Era dos Descobrimentos atiçava a imaginação dos europeus. Basta mencionar a expressão de Américo Vespúcio, por volta de 1504, nas imediações do Rio de Janeiro: "Se haveria um paraíso na Terra, não estaria longe daqui" (KLINTOWINTZ, 2014). O paraíso tropical remete ao mito adâmico no imaginário do homem europeu de Quinhentos.

Em 1550, conforme informa Ferdinand Denis (1798-1890) (2007), índios brasileiros tupinambás, entre outros, foram levados para a França, na cidade de Rouen, onde participaram de encenações de batalhas entre eles para diversão da corte, que comemorava o aniversário do rei Henrique II. O índio como expressão da ingenuidade humana, o índio "sem pecado", oriundo de um paraíso tropical, onde as águas, as florestas, os animais e recursos minerais eram abundantes. Tudo isso remete à "perfeição dos primórdios", perfeição essa corrompida pelo homem branco, seus tabus e proibições, expressos no monumento de Coroa Vermelha, porque o monumento simboliza a fé cristã e seus preceitos e também a tomada de posse da terra por Portugal.

Questionamos: celebrar a chegada dos portugueses 500 anos depois não seria celebrar a "corrupção" trazida nas caravelas e que "maculou" esse "paraíso tropical"? Corrupção que ajuda a entender o que o Brasil é hoje, com seus conflitos e divisões sociais, onde o índio tem que lutar para retomar uma terra que um dia foi sua e que foi usurpada por aqueles que hoje fazem as leis, leis que o monumento representa, posto que é uma representação das instituições trazidas e aqui implantadas pelos europeus. Um povo autóctone cuja organização social não previa a existência de tais instituições a elas se submeteu e o monumento evoca essa submissão, até pela sua grandiosidade numa região pobre e esquecida das esferas superiores de governo, exceto quando das ditas comemorações dos 500 anos.

Comemorações que não tiveram como foco a "recriação" do ambiente do "paraíso adâmico", mas sim a ambientação da chegada do homem branco e suas instituições. Não há razão de ser no monumento se não for representação dessas instituições. Instituições que chancelam, que legitimam a posse da terra e a dominação dos povos nativos pelos conquistadores europeus do século XVI, sob o manto da religiosidade cristã que então imperava no velho continente e que definia até mesmo a vida privada das pessoas naquele período.

Eliade (1972) explana que o profeta ou o fundador do culto proclama o iminente "retorno às origens" e, consequentemente, a recuperação do estado "paradisíaco" inicial e que, certamente, esse estado paradisíaco "original" representa, em muitos casos, a imagem idealizada da situação cultural e econômica anterior à chegada dos brancos. Ele destaca que esse não é único exemplo de uma mitificação do "estado originário", da "história antiga" conhecida como uma Idade de Ouro e que o que interessa, contudo, ao objetivo proposto não é a realidade "histórica" que se chega algumas vezes a isolar e desembaraçar desse exuberante florescimento de imagens, mas o fato de que o Fim de um Mundo — o da colonização — e a expectativa de um Mundo Novo implicam um retorno às origens.

> A figura messiânica é identificada com o Herói cultural ou o Ancestral mítico cujo retorno era aguardado. Sua vinda equivale a uma reatualização dos Tempos míticos da origem, e, portanto, a uma recriação do Mundo. A independência política e a liberdade cultural proclamadas pelos movimentos milenaristas dos povos coloniais são concebidos como uma recuperação de um estado beatífico original. Em suma, mesmo sem uma destruição apocalíptica visível, este mundo, o velho mundo, é simbolicamente abolido e o Mundo paradisíaco da origem é instaurado em seu lugar (ELIADE, 1972, p. 53).

No que concerne ao nosso trabalho, como já dissemos, com os portugueses, a historiografia foi inaugurada no Brasil. A história do Brasil é uma história eurocêntrica, contada sob a perspectiva do colonizador branco, embora haja na atualidade releituras no sentido de valorizar as minorias, o multiculturalismo, a miscigenação, etc. O fato é que não se aplica ao objeto analisado em nosso trabalho a ideia de uma "Idade de Ouro" anterior aos portugueses. As culturas autóctones do nosso território não tinham essa característica de grandiosidade na arquitetura, conhecimentos astrológicos ou feitos militares, a exemplo dos seus congêneres peruanos ou mexicanos. Não se trata de um juízo de valor, mas de uma constatação acerca da consideração feita por Eliade (1972) nesse campo. Não houve um "período glorioso" anterior ao Descobrimento que pudesse ser "resgatado" por meio de uma reatualização ou uma figura messiânica, herói cultural ou "ancestral mítico".

A história do Brasil começa com a chegada dos portugueses, com a solenidade de um ato fundador que daria origem a uma nova civilização. O que aconteceu no Brasil foi o inverso do que diz Eliade nesse trecho. A "proclamação de um retorno às origens", de um "estado paradisíaco inicial" ocorreu exatamente pelos "brancos" nas comemorações do ano 2000, quando foi evocado esse passado primordial em que se deu a gênese do que o Brasil é hoje. O "retorno às origens", nesse caso, celebra a colonização, que impôs um "novo tempo" aos nativos que aqui estavam antes da chegada dos brancos. A atualização desse momento é feita através do monumento, seu símbolo, e da ritualização que reencena esse acontecimento fundador. É esse acontecimento que é reencenado por meio de uma missa rezada na Coroa Vermelha no ano 2000, na presença de autoridades nacionais e estrangeiras, reatualizando velhos valores, porque valores presentes na "fundação do Brasil".

O fim de um mundo, nesse caso, é o fim de um mundo da "inocência", em que viviam os nativos brasileiros antes da chegada dos portugueses e o início do novo mundo, é o início do Brasil até chegar ao que é hoje. Os primórdios de sua fundação é que foram celebrados 500 anos depois, numa exaltação do "retorno às origens", retorno esse que encontra no monumento o seu significado. Significado reificado, ressignificado, reinventado através da

ereção de uma enorme cruz de ferro e mármore no local de cruzes anteriores, de madeira, inclusive a cruz sob a qual foi rezada a missa presidida por Frei Henrique de Coimbra, diante dos mareantes portugueses e dos nativos que não deixaram nenhum registro desse encontro.

Podemos questionar se esse tempo primordial celebrado é, de fato, um épico "nosso" ou uma extensão dos feitos portugueses da época, até mesmo levando em conta a exclusão do povo dessas comemorações. Uma festa que celebra o encontro entre povos, em que signos do povo dominante são exaltados? Qual o tempo da origem que foi invocado? Trata-se, portanto, da origem do Brasil enquanto nação ou uma celebração das glórias quinhentistas de Portugal, para as quais o Brasil foi apenas mais uma conquista a se somar com outras na África e Ásia? Podemos pensar que o Brasil real, ou seja, o Brasil mestiço e excluído da participação política e da repartição do bolo das riquezas nacionais, foi aquele excluído das comemorações e reprimido pela polícia. O monumento não fala desse Brasil.

O monumento fala de um Brasil português e católico, cujos nomes das autoridades nacionais e estrangeiras, para quem a tal festa foi dirigida, nele estão gravados para a posteridade, pois não há sentido na existência de um monumento se não for para perpetuar a memória de um determinado acontecimento e nesse caso o acontecimento de 2000, este testemunhado, registrado e difundido por todos os tipos de mídia atuais, ao contrário daquele de 1500, cujo único testemunho que chegou aos nossos dias é a carta de Pero Vaz de Caminha.

Não há entre os índios brasileiros uma figura messiânica cujo retorno seja aguardado de forma significativa a ponto de impactar a realidade conhecida. Nesse caso teríamos que pensar em Jesus Cristo, cujo retorno é aguardado pelos cristãos, retorno esse que significa, para quem crê na ruptura do velho mundo e início de uma nova era, ou mesmo em um retorno a um "paraíso perdido". Como a Bíblia assinala: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus" (João 1:1). Cristo, na concepção cristã, existia antes da Criação do Mundo. Sua morte e ressurreição, por meio da cruz, representaram a remissão dos pecados e a esperança da salvação por meio desse sacrifício, assim como os antigos judeus tinham o costume de sacrificar um cordeiro para expiar os pecados das gentes.

Portanto, considerando as palavras de Eliade (1972), Cristo seria essa figura messiânica, esse herói cultural ou ancestral mítico, cujo retorno é aguardado e cuja vinda equivale a uma "reatualização dos tempos míticos da origem e da recriação do mundo". O monumento de Coroa Vermelha é uma de suas representações, não destituído, por óbvio, de seu significado político.

Para Eliade (1972), a memória desempenha um papel fundamental, pois através da rememoração, da *anamnesis*, há uma libertação da obra do Tempo. Em sua ótica, o essencial é recordar todos os acontecimentos testemunhados no curso da duração temporal; técnica que se relaciona, portanto, à concepção arcaica longamente discutida por ele, a saber, a importância de se conhecer a origem e a história de uma coisa para poder dominá-la.

> Certamente, percorrer o tempo em direção contrária implica uma experiência que depende da memória pessoal, ao passo que o conhecimento da origem se reduz à apreensão de uma história primordial exemplar, de um mito. Mas as estruturas são homologáveis: trata-se sempre de recordar, detalhada e precisamente, o que se passou no princípio e a partir de então (ELIADE, 1972, p. 65).

Adiante, ele frisa que as cerimônias religiosas são, por conseguinte, festas rememorativas e que "saber" significa aprender o mito central (o homicídio da divindade e suas consequências) e esforçar-se por jamais esquecê-lo. "O verdadeiro sacrilégio é o esquecimento do ato divino" (ELIADE, 1972, p. 78).

Já falamos sobre a história primordial e o mito nela envolvido, correlacionando-a ao objeto do nosso trabalho. Todavia ao conhecer a origem da história do Brasil, pode-se, como sugere Eliade (1972), dominá-la, isto é, ideologizá-la, como o foi durante muito tempo, em que prevaleceu uma ótica eurocêntrica na narração e leitura dessa história. Uma história em que se glorifica os feitos dos portugueses na Era dos Descobrimentos, onde apenas se incorpora o Brasil no rol de conquistas desse povo, ou seja, do rei de Portugal e da Santa Madre Igreja Católica, ignorando ou tratando como insignificante o fato de que o território já era habitado antes da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, é uma história, como já pontuamos, de um Brasil branco, católico, voltado às influências da Europa.

Uma história que foi marcada não só pela resistência indígena e africana à colonização e à escravização, bem como pelos movimentos nativistas e a própria dinâmica do Brasil Colônia, em que floresceram não apenas homens de negócios e militares, mas também artistas e oradores sacros, personalidades várias que ajudaram a compor a cultura brasileira.

Basta dizer que a carta de Caminha permaneceu inédita durante mais de dois séculos, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, só sendo encontrada oficialmente em 1773, pelo guarda-mor da Torre José de Seabra da Silva e publicada pelo historiador Manuel Aires de Casal na sua obra Corografia Brasílica (1817), dedicada ao D. João VI, que se encontrava no Brasil e que, dez anos antes, mudou-se para a América junto com toda a sua corte, fugindo das invasões napoleônicas. A obra tem o propósito óbvio de exaltar a monarquia, então domiciliada no Brasil, a partir dos "feitos heróicos" dos portugueses.

Em 1877, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro (IHGB) publicou a Carta de Caminha com um texto de Francisco Adolfo Varnhagem, o Visconde de Porto Seguro, intitulada "A cerca de como não foi na – Coroa Vermelha – na enseada de Santa Cruz: que Cabral desembarcou e em que fez dizer a primeira missa". De acordo com a mestranda em História da PUCRS, Roberta Ribeiro Prestes, em seu texto "Redescobrimento do Brasil: A Carta de Caminha (1971) de Glauco Rodrigues", apresentado no VII EHA Encontro de História da Arte – Unicamp, o principal objetivo dessa publicação era "divulgar a certidão de nascimento da nação brasileira". "Em pleno Romantismo, a exaltação da nação era uma das principais temáticas a que o Estado Imperial dava apoio para as publicações literárias e trabalhos artísticos", diz a autora em seu texto, complementando:

> Desta forma, houve um constante apoio do Governo Imperial e a Carta de Caminha tornou-se um elemento importantíssimo para a busca de homogeneidade da nação, pois ela representava, naquele momento, o primeiro contato dos brancos portugueses com os índios americanos. Esse acontecimento foi escrito em forma de narrativa de viagem e mostrava uma harmonia entre esses dois povos distintos (PRESTES, 2010, p. 430).

Destarte, como afirmou Eliade (1972), o conhecimento da origem se reduz à apreensão de uma história primordial exemplar, de um mito. O mito em torno do Descobrimento do Brasil ganhou força na época do Romantismo, em que o Brasil era governado por D. Pedro II, um monarca da Dinastia de Bragança, que via com muito bons olhos a exaltação da monarquia lusa, da qual ele próprio descendia. Exaltar Portugal era exaltar a Coroa Portuguesa e ao exaltá-la, exaltar-se-ia também a Coroa Imperial, sua ramificação na América. Num período em que ainda era institucionalizada a escravidão negra e os índios eram marginalizados, tidos como "selvagens", não haveria sentido uma História do Brasil em que esses elementos formadores do nosso povo tivessem algum protagonismo.

Ainda vigorava uma monarquia, que, apesar de constitucional, era uma extensão da que governava a antiga metrópole. Era própria para o contexto da época essa leitura eurocêntrica, em que os "heróis" eram os "descobridores". A origem do Brasil estava em Portugal e em sua expansão marítima nos séculos XV e XVI e não no desenvolvimento do seu povo ao longo dos séculos, resultante da miscigenação e do multiculturalismo, apesar de toda repressão do regime colonial às culturas autóctones e de matriz africana.

Quando Eliade (1972) fala das cerimônias religiosas, que são festas rememorativas, cujo conhecimento significa aprender o mito central (o homicídio da divindade e suas consequências) e que, ainda, "o verdadeiro sacrilégio é o esquecimento do ato divino", podemos pensar nas comemorações do ano 2000, com encenação da Primeira Missa, com esse

propósito. O monumento de Coroa Vermelha traz naturalmente em sua simbologia todo o drama cristão. A morte e ressurreição de uma deidade, cujas consequências forjaram a cultura ocidental como a conhecemos e que atingiram, na altura do Descobrimento, seu ápice, quando navios levando missionários singravam o oceano em sua missão de "ganhar almas para Cristo".

A cruz redentora de "pagãos" silvícolas era a mesma a perseguir os "hereges" da Europa da época e, mais tarde, dos territórios colonizados, a exemplo do Brasil. O monumento edificado em Coroa Vermelha não permite o esquecimento do ato divino, nesse caso, o ato fundante de uma nação. Ele, impregnado pelo drama cristão que traz como signo, também é o marco temporal de um processo que se iniciou em 1500, supostamente na localidade onde está erguido, além de ser também um meio de atualização dos valores principais que representa, como já expusemos.

Eliade (1972) hesita, contudo, em afirmar que o pensamento mítico tenha sido abolido. Para o referido autor, tal pensamento conseguiu sobreviver, embora radicalmente modificado (se não perfeitamente camuflado). "E o mais surpreendente é que, mais do que em qualquer outra parte, ele sobrevive na historiografia!" (ELIADE, 1972, p. 82).

> A recordação é para aqueles que esqueceram, escreveu Plotino (Enéadas, 4, 6, 7 ss.). A doutrina é platônica. Para aqueles que esqueceram, a rememoração é uma virtude; mas os perfeitos não perdem jamais a visão da verdade e não têm necessidade de rememorar (Fedro 250). Existe, portanto, uma diferença entre memória (mneme) e recordação (anamnesis). Os deuses de que fala Buda no Dîghanykâya, e que caíram dos céus quando sua memória se perturbou, reencarnaram-se como homens. Alguns deles praticaram a ascese e a meditação e, graças à sua disciplina iogue, conseguiram recordar-se de suas existências anteriores. Uma memória perfeita é superior, portanto, à faculdade de rememorar. De uma maneira ou de outra, a recordação implica um "esquecimento" e este, como vimos, equivale, na Índia, à ignorância, à escravidão (= cativeiro) e à morte (ELIADE, 1972, p. 86).

O mito em torno do Descobrimento sobrevive na historiografia brasileira, se pensarmos que pode haver alguma pretensão de exatidão acerca desse acontecimento tão somente a partir da carta de Pero Vaz de Caminha, único registro que chegou aos nossos dias, juntamente com a carta do Mestre João, também integrante da esquadra de Cabral, mas não tida em tamanha conta como a primeira. Não trataremos dela aqui, pois não faz parte do nosso objeto. No caso do mito em torno do Descobrimento, não podemos afirmar, como sugere Eliade, que foi radicalmente modificado ou camuflado, mas que persiste em nossa historiografia.

Quando Eliade (1972) cita Plotino, acerca da recordação, podemos dizer que o monumento tem essa finalidade, evitar o esquecimento acerca do mito do Descobrimento e o que ele representa, isso sim, é bastante atual. A rememoração através do monumento o torna virtuoso, porque ele é um símbolo icônico de valores que alicerçam uma nação, valores que não podem se perder no tempo nem serem relativizados, como é tendência na pós-modernidade com diversas outras coisas. O monumento representa, por sim, o nascimento de um país, de um povo, desde que fundamentado nos valores em questão. O Brasil, indígena em sua origem, foi concebido como um país português e católico e é esse Brasil português e católico que deve ser lembrado pelo monumento.

O monumento é perene. Ele está lá para perpetuar uma memória, ou duas memórias, a da Festa dos 500 anos e a do Descobrimento. Ele, por sua pretensa longevidade, marcará tais acontecimentos, assim como os padrões erguidos no litoral brasileiro pelos portugueses marcavam os locais de sua chegada e tomada de posse para a Coroa e a Igreja. Não obstante, ele traz o passado para o presente. Ele reatualiza os valores já mencionados e não permite que sejam esquecidos.

Eliade (1972) fala da diferença entre memória e recordação. No caso em tela, a memória do Descobrimento está presente em nossa cultura. Todos sabem da história oficial acerca desse evento de meio milênio, cujo único testemunho registrado foi pelos portugueses da esquadra de Cabral. O monumento serve a essa memória, um tanto imperfeita se pensada criticamente. Se a recordação implica o esquecimento, podemos dizer que a recordação, objeto da cerimônia dos 500 anos e da ereção do monumento, também traz essa consequência, pois, como já expusemos, a festa e o monumento foram rituais de rememoração de um passado longínquo, mas com forte significado para o que o Brasil é hoje, significado esse que, pela sua hegemonia, dispensa atualizações constantes, porque já consolidado na cultura nacional, no caso, na cultura dominante, invocada pelo monumento.

Podemos ainda fazer uma analogia com as palavras de Eliade quanto à ignorância, escravidão e morte, contextualizando tais expressões no processo de colonização brasileiro, que o monumento representa. Ignorância de quem? Do índio, reputado como “ingênuo”, “dócil” e que “trocava coisas de valor por espelhos e contas”? Escravidão e morte como processos de tomada de posse da terra e esbulho dos seus antigos habitantes, também vistos como força de trabalho em potencial a ser explorada.

Podemos pensar que o descobrimento, mesmo sendo um acontecimento histórico como outro qualquer, tem uma significação maior porque se trata de um ato fundante de uma nação, carregado de ritualismo e simbologia, simbologia essa perene, pois traz embutidos

valores que alicerçam essa mesma nação, quiçá a maioria das nações. Essa memória precisa ser preservada? Sem dúvida, tendo em vista que se "a história é contada pelos vencedores", como nos diz o senso comum, o descobrimento e as comemorações do seu quinto centenário remetem a hegemonia de um povo sobre outros e que, mesmo a nação sendo uma mescla de povos, é a história do povo dominante que é contada no descobrimento e é essa mesma história que é rememorada na Festa do Ano 2000.

O monumento evoca um ritual (a Primeira Missa) celebrado supostamente naquela mesma localidade quando do ato fundante. É essa memória que precisa ser atualizada, que não pode se perder no tempo, a memória de um ato fundante, do "nascimento" de um Estado/Nação. A memória dos atos "heróicos" dos portugueses que então "desbravavam o Mar Tenebroso" precisa estar gravada em pedra de uma grande cruz, que desponta numa localidade pobre e esquecida pelo restante do país, exceto durante as comemorações dos 500 anos.

Chama a atenção o fato de o descobrimento ser "tão importante" a ponto de se organizar uma festa com tantos investimentos e divulgação dentro e fora do país de uma data que sequer é feriado nacional, que quase nunca é lembrada, a não ser por menções em livros didáticos de História.

Quanto à historiografia, como já expusemos, ela foi introduzida no Brasil pelos portugueses e naturalmente tem como finalidade perpetuar a memória desse povo e suas façanhas pelos mares na Era dos Descobrimentos. É por meio dela que nomes como o do próprio Pedro Álvares Cabral, Tomé de Souza, Mem de Sá, Martim Afonso de Souza e outros estão eternizados nos nossos livros de história. Portanto o monumento de Coroa Vermelha pode representar um instrumento da historiografia luso-brasileira para eternizar os "heróis" lusitanos que estão na nossa gênese enquanto nação.

O monumento seria anti-histórico e historiográfico? Se a História pode ser entendida como esse processo de diluição de uma cultura dominante num todo que se formou, portanto, como nascimento e morte de uma cultura, e se a historiografia seria o processo oposto, de perenidade dessa cultura e de seus vultos, não seria essa conclusão mais lógica? O monumento é historiográfico, não histórico, porque é um signo que representa, entre outras coisas, a chegada da historiografia lusa em terras americanas, mas também representa o início do processo de formação de uma nação multiétnica e multicultural, apesar de não trazer em seu bojo a valorização desses aspectos secundários à colonização portuguesa sob a cruz da Ordem de Cristo.

Eliade (1972) defende que a *anamnesis* historiográfica do mundo ocidental está apenas começando e que será preciso aguardar pelo menos algumas gerações para julgar suas repercussões culturais. Ele enfatiza que essa *anamnesis* prolonga, embora em outro plano, a valorização religiosa da memória e da recordação e que não se trata mais de mitos nem de exercícios religiosos, mas que subsiste um elemento comum: a importância da rememoração exata e total do passado.

> Rememoração dos eventos míticos, nas sociedades tradicionais; rememoração de tudo o que se passou no Tempo histórico, no Ocidente moderno. A diferença é demasiadamente evidente para nela insistirmos. Ambos os tipos de *anamnesis*, porém, projetam o homem para fora de seu "momento histórico" (ELIADE, 1972, p. 99).

A Festa dos 500 anos evidentemente projetou o homem atual para fora do seu "momento histórico", ao comemorar e encenar um ato fundante de uma nação ocorrido num passado longínquo. Todavia afirmar, como sugere Eliade (1972), que esse ato fundante e suas representações podem gerar uma *anamnesis* historiográfica do Brasil é algo que precisa ser problematizado, considerando todas as variáveis envolvidas em sua análise, como, por exemplo, qual a leitura preponderante sobre o descobrimento e a Festa dos 500 anos na atualidade? Qual a diferença entre o que o monumento evoca e o ponto de vista mais aceito no presente sobre os acontecimentos de 1500 e de 2000? Pode-se afirmar, com segurança, hoje, que Cabral chegou ao Brasil por mero acaso, se já havia a localização da porção de terra por ele descoberta assinalada no Tratado de Tordesilhas, de 1494? Qual a *anamnesis* historiográfica brasileira pode resultar de qualquer desses acontecimentos históricos?

Se fizermos uma analogia com as palavras do autor e considerarmos que o descobrimento significa uma *anamnesis* que prolonga a valorização religiosa da memória e da recordação e que não se trata mais de mitos nem de exercícios religiosos, mas que subsiste um elemento comum: a importância da rememoração exata e total do passado, a qual conclusão vamos chegar? O descobrimento foi, por excelência, um evento carregado de religiosidade, cujo ápice foi a celebração da Primeira Missa em Coroa Vermelha. A ideia mítica em torno dele pode ser apreendida como a integração do elemento nativo com o corpo místico da Igreja por meio do ritual cujo monumento é o ícone moderno, a demarcar como "sagrado" o solo onde teria se dado esse ato fundante há mais de meio milênio, atualizando-o, posto que está erguido no local onde supostamente foi fincada uma cruz improvisada de madeira pelos membros da esquadra de Cabral, com a ajuda de índios.

Conforme já expusemos, todo o drama cristão foi significado e ressignificado pela missa presidida por Frei Henrique de Coimbra no “Ilhéu de Coroa Vermelha” e 500 anos depois com a ereção do monumento e a celebração de uma missa solene. Os mitos que envolvem o cristianismo, como paixão, morte e ressureição encenados numa terra estranha aos europeus de Quinhentos e diante de um povo “pagão”.

2.1 Imaginação e criatividade

Para Eliade (1972), os mitos, em suma, recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a Terra e que esse “passado glorioso” é em parte recuperável. Ele ressalta que a imitação dos gestos paradigmáticos tem igualmente um aspecto positivo: o rito força o homem a transcender os seus limites, obriga-o a situar-se ao lado dos Deuses e dos Heróis míticos, a fim de poder realizar os atos deles. “Direta ou indiretamente, o mito “eleva” o homem” (ELIADE, 1972, p. 104).

Ele acrescenta que a revolução efetuada pela escrita foi irreversível. “Doravante, a história da cultura tomará em consideração apenas os documentos arqueológicos e os textos escritos. Um povo desprovido dessa espécie de documentos é considerado um povo sem história” (ELIADE, 1972, p. 113).

Consideramos, com base nas palavras de Eliade (1972), que as comemorações do quinto centenário do Descobrimento recordam o evento fundador do país, ou do Brasil português segundo alguns, já que há quem considere que o Brasil enquanto país só passou a existir após a Independência, em 1822. O fato é que a Festa dos 500 anos teve esse propósito sugerido pelo autor, recuperar esse “passado glorioso”, que é mais de Portugal do que do Brasil, pois, o primeiro vivenciava o auge de suas descobertas transatlânticas, especialmente na África e Ásia, onde havia um rico comércio a ser explorado e que era objeto de cobiça de outras potências europeias da época.

Por meio da celebração ao pé do monumento de Coroa Vermelha, pode-se pensar na recuperação parcial desse passado, com a exaltação das armas portuguesas e presenças de autoridades desse país, enquanto uma cerimônia religiosa, assistida pelo legado papal, revivia a Primeira Missa. A “transcendência dos limites do homem”, por meio do rito católico diante do monumento, leva a rememoração desse passado de conquistas portuguesas e de seus “heróis”, como o próprio Cabral, Frei Henrique de Coimbra, Pero Vaz de Caminha, Bartolomeu Dias, entre outros, que representam a epopeia lusa dos quinhentos e que durante a

cerimônia “estavam” momentaneamente entre os presentes, sendo homenageados por suas conquistas além mar para o rei de Portugal e também pelo ato fundante da nação brasileira.

Se o mito “eleva” o homem nesse caso, também temos que pensar na dimensão sacra do ato fundante. A missa diante de uma cruz improvisada pela esquadra cabralina nas terras de Porto Seguro evocava a deidade, para que abençoasse a posse da terra para o príncipe e para Cristo e também os conduzisse após a partida em segurança rumo às Índias, onde, aliás, houve combate em que perdeu a vida o escrivão da armada e autor da carta que é a “certidão de nascimento” do Brasil. Assim, em 2000, quem assistiu a solenidade teve a oportunidade de estar, por meio do mito, entre a divindade evocada nos dois momentos e também entre os “heróis” da epopeia do Descobrimento.

Um rito religioso em que uma divindade é evocada diante de um povo estranho e 500 anos depois, novo rito religioso que rememora o primeiro, do qual trataremos com mais ênfase no capítulo seguinte, ao expor os relatos de pessoas que testemunharam esse evento, como o ex-prefeito de Porto Seguro, Ubaldino Júnior, os ex-secretários municipais de Turismo, Wilson Cruz e Romeu Fontana, o bispo diocesano, Dom José Edson Santana Oliveira, o índio Karkaju Pataxó, o professor doutor Francisco Cancela, além do escritor Eduardo Bueno.

Nas palavras de Adolpho de Varnhagen (1979), os indígenas aparecem como elementos secundários àquele ato celebrado por navegadores europeus, testemunhas “embevecidas” diante daquele *sacrum* tremendo, revestido, entretanto, de significado eminentemente político:

> No dia 26 do mencionado abril, que era domingo da Pascoela, foram todos os da armada assistir à missa que foi celebrada em um ilhéu ou restinga, que se acha à entrada do dito Porto Seguro. Presenciaram a solenidade, cheios de espanto (que alguns tomaram por devoção), muitos filhos da terra que ali vieram. Também cumpre fazer menção de que, no 1º de maio seguinte e no meio da solenidade de outra missa, se efetuou a cerimônia da tomada de posse da nova região para a Coroa de Portugal, levantando-se num morro vizinho uma grande cruz de madeira, com a divisa do venturoso rei D. Manuel (VARNHAGEN, 1979, p. 49).

Acerca da fala de Eliade (1972), no sentido de que a História da Cultura toma em consideração apenas os documentos arqueológicos e os textos escritos e que um povo desprovidos dessa espécie de documentos é considerado um “povo sem história”, aplicamos esse conceito no caso brasileiro em seus primórdios, pois, como já explanamos, os índios

eram povos ágrafos e não construíram uma civilização à semelhança dos antigos astecas ou incas, com grandes templos, cidades muradas, etc.

A história do Brasil começou com um texto escrito e a ereção de uma cruz, que posteriormente deu lugar ao monumento de Coroa Vermelha. Esta é a história que foi contada pelos conquistadores portugueses, que inauguraram nesta parte do assim chamado Novo Mundo a historiografia e a etnografia. A memória indígena foi, desde então, agenciada pelos europeus, que lhe atribuíam afetos conforme seu grau de cooperação com os colonizadores. Os índios que cooperavam, que eram catequizados, eram os "índios da doutrina", "dóceis". Os índios que resistiam por meio da negação ao trabalho imposto pelo branco ou mesmo pela guerra, eram "selvagens", "bárbaros", "indolentes", etc., e contra eles podiam ser movidas campanhas de extermínio, conhecidas como "guerra justa", para a qual a Igreja não fazia oposição, como fazia contra a escravização dos índios "mansos" (VARNHAGEN, 1979, p. 82).

A visão predominante sobre o índio no século XIX era enviesada por preconceitos étnicos e ideais supremacistas eurocêntricos, como constatamos no trecho da obra Varnhagen (1979):

> Foi a experiência e não o arbítrio nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, adotarem hábitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da tranquilidade do espírito e da segurança individual, à sombra de leis protetoras (VARNHAGEN, 1979, p. 71).

Varnhagen (1979) defende que de tais povos só há etnografia, enfatizando ainda a importância do cristianismo para sua "civilização", posto que, em sua ótica, os índios "foram encontrados em estado de barbárie e de atraso" (VARNHAGEN, 1979, p. 38). Não podemos perder de vista que a visão prevalecente no século XVI a respeito dos índios, período dos primórdios da colonização portuguesa na América, não era mais condescendente, como observamos nas palavras de Pero de Magalhães Gândavo (1540 – 1580):

> Finalmente que são estes índios muito desumanos e cruéis, não se movem a nenhuma piedade: vivem como brutos animais sem ordem nem conserto de homens, são muito desonestos e dado à sensualidade e entregar-se-ão aos vícios como se neles não houvera razão de humanos (GÂNDAVO, 1980, p. 52-58).

Gândavo (1980, p. 52-58) diz ainda que “ninguém os pode vender senão seus pais ou aqueles que em guerra justa os cativam”. Esse autor quinhentista defendia ainda que o território descoberto por Portugal em 1500 permanecesse com o nome de Terra de Santa Cruz, “porque assim como nestes reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insígnia da ordem e cavalaria de Cristo, assim prouve a ele que essa terra se descobrisse a tempo que o tal nome (de Santa Cruz) lhe pudesse ser dado neste santo dia (3 de maio, dia da Segunda Missa celebrada pela esquadra de Cabral), pois havia de ser possuída de portugueses e ficar por herança de patrimônio ao mestre da mesma ordem de Cristo” (GÂNDAVO, 1980, p. 80).

Em tal consideração, percebemos a importância da simbologia da cruz naquele universo católico que permeava as relações no século XVI, eivado de significado não apenas religioso, mas também político, tendo em vista que o Brasil “nasceu sob o signo da cruz”, ao passo que o autor critica o nome de Brasil, derivado do comércio do “pau de tinta”, e clama pela necessidade de “magoar o demônio”, que “tanto trabalhou e trabalha para extinguir a memória da Santa Cruz”. Não se pode olvidar que Gândavo escreveu ainda que os índios, diante da celebração da Primeira Missa, “ouviram tudo com muita quietação, usando de todos os atos e cerimônias que viam fazer aos nossos: e assim se punham de joelhos e batiam nos peitos como se tiveram lume de fé, ou que por alguma via lhes fora revelado aquele grande e inefável mistério do Santíssimo Sacramento” (GÂNDAVO, 1980, p. 78-80).

Podemos ressaltar que a língua tupi foi utilizada pelos missionários católicos no Brasil, sendo proibida em 1758, por decreto do Marquês de Pombal, pouco antes de decretar a expulsão dos jesuítas. Ainda em Gândavo, o autor menciona o uso da religião para “domesticação” dos índios, depreciando-os, como era de costume naquele tempo por parte de muitos cronistas que conviveram com esses povos.

> Estes índios têm sempre grandes guerras uns contra outros e assim nunca se acha neles paz nem será possível, segundo são vingativos e odiosos, vedarem-se entre eles estas discórdias por outra nenhuma via, senão for por meios da doutrina cristã, com que os padres da Companhia pouco a pouco os vão amansando (GÂNDAVO, 1980, p. 130).

Num território que era habitado por indígenas que desconheciam a escrita, é razoável supor que o mito em torno do descobrimento nos remeta a uma origem “grandiosa” de um país fundado por Portugal e pelos seus “heróis” que singravam os mares na aventura do expansionismo marítimo luso dos séculos XV e XVI. Podemos dizer ainda que essa “paixão pela história nacional” brasileira foi desencadeada no século XIX, quando da divulgação da

Carta de Pero Vaz de Caminha e durante o reinado de D. Pedro II, descendente direto da dinastia reinante em Portugal.

Obviamente, interessava ao Império, cujo monarca também era membro da Casa Real Portuguesa, enaltecer esse “passado glorioso” como origem da brasilidade, então marcada pela vigência da escravatura e pelo domínio político das oligarquias. Num país em que o índio foi esbulhado de suas terras e marginalizado e o negro estava reduzido à condição de escravo, exaltar os feitos de uma monarquia europeia, cuja ramificação estava entronizada na figura do imperador, atendia a um claro propósito político, qual seja a exaltação do ramo brasileiro da Casa de Bragança, através da exaltação da sua matriz lusitana.

Defendemos, no caso do monumento comemorativo dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, uma cruz erigida no limiar do século XXI e que comemora um ato pretérito, de meio milênio, ato esse fundador de uma nação, sacralizante e eivado de significado não apenas político, mas também religioso; a cruz de Coroa Vermelha não é uma cruz qualquer, um mero monumento que se distingue na paisagem, mas um objeto sagrado, que reside numa rememoração, posto que não é, obviamente, a cruz original fincada pelos portugueses quando da celebração da Primeira Missa. O objeto nesse caso transcende ao tempo, uma vez que se trata de um monumento do século XX que rememora um acontecimento do século XV e que foi edificado com a pretensão de gravar para a posteridade esses dois atos, o ato fundante e o ato comemorativo durante ao qual foi erigido.

O símbolo da cruz permanece porque a sua finalidade é exatamente essa: lembrar que naquele local hipoteticamente foi rezada a Primeira Missa na América Portuguesa e que 500 anos depois esse ato foi reencenado como parte das comemorações de caráter nacional e internacional. O propósito do monumento é não deixar que essa memória pereça, como se fosse, de fato, a memória de todo o povo brasileiro e não a memória das glórias de Portugal dos Quinhentos em sua aventura pelos mares do mundo, sendo o Brasil apenas uma porção do Império Português de então e seus habitantes e respectiva cultura considerados como de pouca monta perante os interesses e a cultura europeia.

Para Eliade (1992), o processo de povoação de uma nova região, não-cultivada e desconhecida, equivale a um verdadeiro ato de Criação. Ele pontua que, quando os colonizadores escandinavos tomaram posse da Islândia, que chamaram de Landnáma, e começaram a cultivar a terra, não consideraram esse ato como um projeto original, nem como trabalho humano e profano. Para eles, cita, o empreendimento era apenas a repetição do ato primordial: a transformação do caos em Cosmo, por meio do ato divino da Criação.

> Na verdade, através do cultivo do solo do deserto, eles repetiam o ato dos deuses, que tinham organizado o caos, atribuindo-lhe formas e normas. Melhor ainda, uma conquista territorial só é considerada real quando se realiza um ritual de tomada de posse — mais precisamente, através — da realização de um tal ritual, que representa apenas uma cópia do ato primordial da criação do mundo (ELIADE, 1992, p. 17).

Além do mais, ainda segundo Eliade (1992), qualquer sacrifício, por sua vez, é a repetição do ato da Criação, como afirmam de maneira explícita os textos indianos, pois foi em nome de Jesus Cristo que os conquistadores espanhóis e portugueses tomaram posse das ilhas e continentes que descobriram e conquistaram, tendo em vista que o levantamento de uma cruz era um ato considerado equivalente a uma justificação, e à consagração do novo território, isto é, a um "novo nascimento", repetindo dessa maneira o batismo (ato de Criação) (ELIADE, 1992, p. 18).

Isso vem de encontro ao que temos defendido. O próprio Pero Vaz de Caminha, em sua histórica carta, diz que: "alguém precisa salvar essa gente", ou seja, converter os nativos ao cristianismo. A cruz justificava a tomada da posse, pois a terra passava a ser "de Cristo", isto é, arrancada aos pagãos, que deveriam ser convertidos pela força, se necessário. Também havia o batismo (a missa inaugural), no qual a terra, através dos seus novos donos, se tornava "sagrada" e, consequentemente, poderia ter os seus recursos naturais extraídos e também povoada pelos seus novos senhores.

A conquista territorial no caso em tela foi precedida pelo ritual da tomada de posse, que por sua vez remete ao ato criador, nesse caso mais especificamente redentor, a morte e ressurreição de Jesus Cristo, simbolizada na cruz do calvário. Esse sacrifício na cruz do calvário era a promessa de renascimento para quem abraçasse a fé cristã, num território distante da Europa, cuja população sequer conhecia a escrita. E a fé Cristã, como é de conhecimento público, remete ao Deus Criador judaico-cristão. "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus" (João 1:1). Como diz o evangelista, Jesus está na origem do mundo. Por meio da sua morte na cruz, renasceu e desse renascimento resultou a promessa de igual renascimento, na vida eterna, para quem nele crê, ou seja, abraçar o credo cristão e seus dogmas.

Na cerimônia de 1500 se deu o ritual que evoca o Criador do mundo por meio do sacrifício e ressurreição do seu filho e também a sacralização da terra a ser apossada em nome do rei de Portugal.

Não tem sentido falar do Descobrimento do Brasil, de acordo com o narrado na historiografia pátria, sem mencionar a Primeira Missa e toda sua ritualística. É justamente na

dimensão do sagrado que encontramos a perenidade desse acontecimento representado pelo monumento de Coroa Vermelha e descrito na carta do escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral.

Navegadores, militares e seus religiosos, cruzaram o oceano para tomar posse de uma terra inculta e misteriosa, cujos habitantes, que viviam nus e desconheciam as necessidades e tabus do homem branco, lembravam a inocência adâmica, a pureza da criação divina, que precisava "ser resgatada" por meio da catequese. Vainfas (1989) enfatiza essa visão no início da colonização:

> Embora escassas, não faltaram impressões complacentes em relação aos ameríndios. Fernão Cardim viu na nudez em que todos andavam uma prova do "estado de inocência, honestidade e modéstia" que entre si guardavam, além de achá-los "pouco endemoniados e pacíficos". Nóbrega, em raro instante de paciência, julgou-os aptos à catequese, pois tudo neles era "papel branco" em que se podia "escrever à vontade". E foi ainda comum, entre os relatórios jesuíticos enviados à Lisboa e Roma, elogiar-se o progresso da catequese e a receptividade piedosa que os índios devotavam aos padres da Companhia (VAINFAS, 1989, p. 19).

Contudo o autor ressalta que essa ótica acerca do nativo logo iria mudar, mesmo por parte dos religiosos que se apresentavam como defensores dos índios, caso dos jesuítas. Anchieta, citado por Vainfas, descreveu os silvícolas como "de tal forma bárbaros e indômitos, que pareciam aproximar-se mais à natureza das feras que às dos homens", ao passo que Nóbrega, em seus Apontamentos, de 1558, recomendava castigo e sujeição dos aborígenes como único remédio para cessar o sofrimento da nação portuguesa no Brasil" (VAINFAS, 1989, p. 20).

E em pleno século XVII, ainda segundo Vainfas (1989), a imagem que o colonizador europeu tinha do índio pouco mudou; Vieira, citado por Vainfas, diria que Deus enviara Tomé, o Apóstolo, para evangelizar o Brasil, a fim de castigá-lo por sua incredulidade: "Porque a gente dessas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo". Sendo ainda para Nuno Marques Pereira (1652-1728), mencionado pelo mesmo autor, "pecaminosa a origem do gentio", que "não pronunciavam os letras F, L e R, por não terem fé, lei e rei" (VAINFAS, 1989, p. 20).

Para Holanda (2000), a visão do paraíso, se pensarmos no Brasil como um cenário edênico "descoberto" pelos portugueses, foi principalmente responsável pela grande ênfase atribuída na época do Renascimento à natureza como norma dos padrões estéticos, dos

padrões éticos e morais; do comportamento dos homens, de sua organização social e política. E ainda que é:

> quando muito à guisa de metáfora que o enlevo ante a vegetação sempre verde, o colorido, variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e inocência das gentes – tal lhes parece, a alguns, essa inocência que, dissera-o já Pero Vaz de Caminha, "a de Adão não seria maior quanto à vergonha"- pode sugerir-lhes a imagem do Paraíso Terrestre (HOLANDA, 2000, p. 7).

O Brasil edênico de que trata Holanda (2000) tem muito a ver com as expectativas dos colonizadores de encontrar pedras e metais preciosos no Novo Mundo, além da variedade de plantas e animais exóticos e crenças acerca da vitalidade dos índios, sua "resistência a doenças", etc. Não trataremos disto em nosso trabalho, embora possamos fazer um paralelo entre esse cenário hipotético descrito por Holanda (2000) com o do quadro da Primeira Missa, de Vitor Meirelles, obra do século XIX. Não estaria ali uma representação pictórica do suposto cenário idílico em que foi celebrado o ato fundante da nação brasileira? Apesar de que o quadro demonstra o protagonismo dos portugueses naquele ato, enquanto os índios são representados como "testemunhas", com alguns aparentando um certo ar de "espanto".

Não deixa de ser um paradoxo a ideia de que o Brasil pré-cabralino pudesse ser um Éden dos trópicos e que a vinda dos europeus tivesse o condão de corromper esse paraíso, justamente sob o manto da religião e seus missionários, que para cá vieram com o propósito de "converter o gentio". Questionamos: o gentio se tornou corrupto após conhecer os brancos, já que foram esses que inauguraram a historiografia na América portuguesa? Cremos que o próprio conceito de corrupção, tal qual concebido pelo branco, era estranho a essa gente, pois suas sociedades não eram hierarquizadas como as da Europa, tampouco sistematizadas em instituições e normas, além de desconhecerem tabus religiosos como os do judaico-cristianismo.

Holanda (2000) menciona que no Cancioneiro Geral, de Garcia de Resende, de 1516, em certas trovas que Dom João Manuel, filho do bispo de Guarda, neto de el-rei Dom Duarte, camareiro-mor de el-rei Dom Manuel, compusera a pedido do venturoso soberano, o poeta, afastado do mau caminho, se vê levado finalmente a ameno recesso nunca visto por olhos mortais, onde correm quatro rios caudalosos. Dali, diz o camareiro-mor:

> Dali eram desterrados
> todos os falleciementos,
> que todos quatro elementos

son em el mudo falados.
Es calor prymeramente
Templado syngularmente,
mas que se pode narrar
syn exceder ny mengoar
cosa q fuesse nocente

Era perpetuamente
el ayre clarefycado,
el sol em seteno grado
era ally mas prefulgente
era tanto resplandor
syn excessyvo calor,
y syn frio desmedido
mas el médio posseydo
co muy suave dulçor.

Toda la tierra criava
las plantas todas frutíferas
y las yervas odoryferas
solamente germinava.

Q muerte no gostaria
quien ali fuesseabitante.

El grande mar oceano
mostrava ser a tu mano
co sua rrypa sometido
ygran Pueblo covertydo
del ereje cristiano.

O autor esclarece que o poema se converte na exaltação da monarquia portuguesa e na sua ação guerreira e missionária, com destaque para os feitos memoráveis de um soberano, que pudera dar tamanho aumento aos reinos por ele herdados:

El grande mar oceano
mostrava ser a tu mano
co sua rrypa sometido
y gran Pueblo covertydo
del ereje cristiano.

O simbolismo do castelo, posto ao termo do deleitoso horto, e o da legenda que ostenta sobre a entrada, prendem-se, possivelmente aos motivos ditados pela santa fé cristã e, de outro lado, pela fidelidade e devoção a el-rei, já que sua obra de conquista de novas terras autoriza essa aliança, achando-se, como em verdade se acha, sob o signo da Vera Cruz. De qualquer forma, ao tema paradisíaco desenvolvido em todo o curso do poema unem-se, ainda que tomados em sentido literal, os poderes que haveriam de dar quem deles provasse, os pomos da árvore da vida (HOLANDA, 2000, p. 215-217).

O monumento, por meio do sagrado, reifica e reatualiza valores do ato fundante. A realidade do evento está atestada na carta de Caminha e também na cerimônia do *sacrum* da missa. A missa consagrou o evento, dignificou-o e tornou-o apto a ser perpetuado na historiografia. A realidade da tomada da posse da terra, em nome de Cristo e do rei de Portugal, está corporificada no monumento, expressão hodierna, e *a posteriori*, da consagração do território, supostamente no mesmo local, quinhentos anos antes da sua ereção. A carta de Caminha é um documento escrito, ao passo que o monumento é a presença física no mundo moderno daquele Brasil luso que começou em 1500 e se extinguiu, formalmente, em 1822.

É, digamos, o Brasil português do passado cravado na modernidade, por meio de uma intervenção arquitetônica num território, hoje terra indígena homologada. Uma lembrança de que aquele território, que se estende ao Brasil todo, um dia foi português, um dia foi reclamado às possessões da cristandade católica, representada no soberano ibérico e no Papado.

O princípio do Brasil como o conhecemos se deu com a realização de um ritual, com o fito pretenso de "unir" povos diferentes em torno de uma mesma deidade que estava ali sendo celebrada, isso sem mencionarmos os significados políticos e estratégicos óbvios daquela cerimônia. Mas podemos falar de um momento mítico que marcou o princípio do Brasil, que inseriu o até então desconhecido território na historiografia. O espaço profano, o solo brasileiro antes da chegada dos portugueses, foi convertido num espaço transcendental após a celebração da missa.

Consideramos que as comemorações do ano 2000 tiveram esse fito de transportar o público para o tempo mítico da fundação da nação e que a repetição do ato fundante, a reencenação da Primeira Missa ao pé do monumento de Coroa Vermelha, ressignifica a realidade e durabilidade da construção da nação brasileira dentro de uma visão lusocêntrica na qual as glórias do povo português de quinhentos são exaltadas, sendo o Brasil mais uma porção continental incorporada ao rol de conquistas do Império Português. Podemos questionar o porquê da ideia de nação como uma construção coletiva, considerada a sua diversidade étnica e subjacente miscigenação, bem como as contribuições de cada povo para essa construção, não terem sido o principal elemento a ser exaltado nas ditas comemorações, mas ao invés disso, a grandeza do colonizador, do conquistador.

O tempo concreto é transformado em tempo mítico através da reatualização do ato fundante, cujo monumento é um dos mais importantes ícones. Assim, os "feitos heróicos" dos navegadores portugueses, como o próprio Cabral, Bartolomeu Dias, dentre outros, além de

religiosos como Frei Henrique de Coimbra, que oficiou a missa em Coroa Vermelha, são reificados na celebração diante de chefes de estados dos dois países e do representante do Papado, tendo em vista que o tempo da fundação é o tempo sagrado, o tempo mítico, celebrado por "heróis" que cruzaram o Atlântico na missão de conquistar territórios, abrir canais de comércio e ganhar "almas para Cristo". O ato fundante de uma nação, sacralizado num ritual de tomada de posse da terra, ocorreu num tempo sagrado, o dos primórdios do país, e foi protagonizado por "heróis" da epopeia marítima portuguesa e também pela divindade evocada no próprio ritual.

Esse ritual da fundação da nação é revivido 500 anos depois, atualizando os seus significados e trazendo para a modernidade esse tempo sagrado e seus atores, valorizando ainda o espaço *sacrum* onde esse ritual teve lugar pela primeira vez.

Não é esse um dos principais propósitos das comemorações dos 500 anos do Brasil: projetar o público para a época do descobrimento e de seus "heróis"? Por meio da reencenação da Primeira Missa, ficam suspensos o tempo e a duração profanos, isto é, através da irrupção do *sacrum* da missa, prenhe de significados como ato fundador de uma nação e da inserção de um território e de seu povo no corpo místico da Igreja, considerando ainda que todo esse ritual fazia, à época das navegações, parte de um projeto universal de expansão do Evangelho pelos quatro continentes, através dos nautas e seus missionários lusos, representantes do Rei e do Papa. O tempo profano, ou seja, o tempo antes do acontecimento enfocado e o tempo *a posteriori* ficam excluídos dessa reencenação que parece fazer "parar no tempo" esse ritual sagrado e suas implicações para a formação de uma nova sociedade no tempo e no espaço.

Interessante observar que esse ato fundador a partir de um credo dominante, o cristão católico, é apresentado como o *feedback* para o surgimento de uma nação multiétnica e multicultural, abarcando as diferentes crenças religiosas que caracterizam a sociedade brasileira atual. O próprio nome da Igreja Católica vem da palavra grega *katholikos*, que significa "universal". A crença em Cristo tinha que ser expandida a todo o mundo conhecido, como já pregava no século I Paulo de Tarso e os demais evangelistas. Assim como Constantino viu nos céus o sinal da cruz com os dizeres que anunciavam a sua vitória pelo trono de Roma, era imperioso aos soberanos europeus do Renascimento levar a fé cristã aos "pagãos".

Mas se o tempo mítico dos primórdios do Brasil supera o tempo profano em sua reatualização, pois assim o diz o monumento, qual o valor desse ato fundador reificado para o Brasil dos dias de hoje? O monumento pereniza a memória desse ato, levando em conta,

ainda, que é a memória de um ritual de brancos europeus e católicos que se apossaram de um território habitado por ameríndios animistas e que, mais tarde, se tornaria habitado por um povo miscigenado e de crenças religiosas diversas.

Como afirmamos anteriormente, o monumento de Coroa Vermelha reatualiza o *sacrum* tremendo da missa rezada nos primórdios do Brasil e os valores a ele subjacentes. Valores que estão perfeitamente compreendidos na atualidade, embora em contexto diferente. Por meio da religião realiza-se a exaltação de duas potestas, que se tornaram a própria razão de ser do país e de seu povo, uma vez que não podemos pensar o Brasil sem pensar igualmente no peso do cristianismo para a formação do seu *ethos* ao longo dos séculos, bem como a importância do Estado na organização da sociedade, particularmente num país onde a enorme desigualdade social demanda fortemente a atuação do Estado em diversos setores, na tentativa de minimizar os conflitos próprios dessa abissal má distribuição de renda.

Como já expusemos, o monumento pereniza esses valores, dando um testemunho à posterioridade de que naquele local foi celebrada a Primeira Missa, quando da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, como também de que, naquele local, 500 anos depois, houve uma cerimônia que reuniu o representante do Sumo Pontífice, João Paulo II, Cardeal Ângelo Sodano, e chefes de Estado do Brasil e de Portugal, Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio, respectivamente, além de outras autoridades, como consta numa das inscrições no monumento de Coroa Vermelha:

> Para celebrar os 500 anos do Brasil na presença do Excelentíssimo Senhor Jorge Sampaio, Presidente da República de Portugal, e do Excelentíssimo Senhor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, do Excelentíssimo Senhor Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, e do Excelentíssimo Senhor César Borges, Governador do Estado da Bahia, faz-se erguer este marco no lugar do encontro entre nativos da terra e navegadores portugueses de 1500.

E também consta no monumento a inscrição:

> Aqui, a 26 de abril de 1500, Frei Henrique Soares de Coimbra celebrou a primeira Missa no Brasil por ocasião do desembarque da esquadra de Pedro Álvares Cabral, conforme testemunho de Pero Vaz de Caminha na sua histórica carta. Aqui, a 26 de abril de 2000, Ângelo, Cardeal Sodano, legado de Sua Santidade o Papa João Paulo II, e o Episcopado Católico celebraram Missa Gratulatória pelos 500 anos do Brasil.

Ou seja, a cruz de Mário Cravo representa esses dois momentos, o passado longínquo e o passado recente. Entretanto, durante as comemorações dos 500 anos, o monumento, e as

encenações ao seu entorno, remeteram ao tempo mítico da chegada dos portugueses e da tomada de posse da terra para o Rei de Portugal, através de um ritual sacralizante dessa posse do solo e de seu povo.

Como já dissemos, a cerimônia do ano 2000 teve o caráter de suspender o tempo profano, qual seja o tempo antes da chegada dos portugueses, ignorado pela historiografia, e o tempo após esse acontecimento histórico narrado na carta de Pero Vaz de Caminha, transportando o público ao tempo mítico do "nascimento do Brasil". As cerimônias que têm como temática o objeto enfocado não são periódicas nem coletivas, na medida em que as Comemorações dos 500 anos obedeceram a uma agenda específica do governo Brasileiro, em conjunto com as esferas estadual e municipal, empresariado e setores da mídia. É evidente que se tratava de interesses políticos, diplomáticos e econômicos em torno desse evento. Todavia a Festa dos 500 anos foi um evento específico, não parte das tradições do povo brasileiro ou mesmo baiano.

Não há um apelo cultural significativo por relembrar tal acontecimento histórico, embora o monumento sirva como um registro imperecível daquilo que se procurou celebrar no ano 2000 e, bem antes, em 1500, além, é claro, dos seus significados imanentes, como já foi exposto.

Dosse (1994), citando Fustel de Coulanges e mencionando os franceses como exemplo, considera que esse povo europeu é chamado a respeitar o passado pré-revolucionário, as tradições, a fim de consolidar a força nacional e superar as divisões internas:

> O verdadeiro patriotismo não é o amor à terra natal, é o amor ao passado, o respeito às gerações que nos precederam. A partir dessa reconciliação nacional, a história pode, então, desempenhar um papel eficaz e guardar as fronteiras de nossa consciência nacional e as cercanias de nosso patriotismo (DOSSE, 1979, p. 79-80).

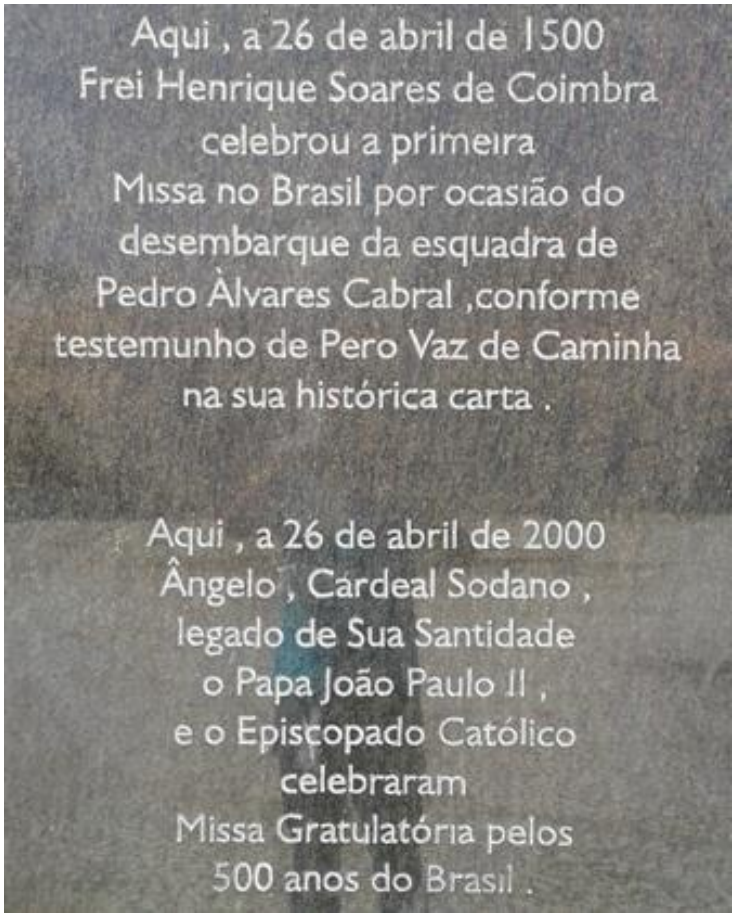
Dosse (1979, p. 15) considera ainda que embora a história dificilmente se dissocie do poder do estado, ela se identifica também com a ideia de nação.

Falar nas comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil remete indubitavelmente a ideia de nação, construída pela união de três elementos étnicos, o branco português, o índio e o negro, portanto da sua miscigenação; nação essa surgida a partir de um acontecimento fundante, a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500. As comemorações do ano 2000 exaltaram a ideia de nação e consequentemente o patriotismo, mas daí surge o questionamento: como exaltar a pátria comemorando a sua fundação por uma

força estrangeira, que a colonizou durante mais de 300 anos, extraindo suas riquezas e explorando a mão de obra nativa e, posteriormente, a africana por meio da escravização?

Quando falamos de comemoração de um acontecimento fundante também falamos de amor ao passado, no caso, um passado supostamente glorioso para Portugal, que então vivenciava o auge das grandes navegações e do comércio de especiarias, e controverso para o Brasil, cuja população autóctone passou a conhecer o trabalho forçado, a imposição de uma religião e o combate movido por uma força de ocupação estrangeira aos seus costumes ancestrais, os quais passaram a ser reputados como "bárbaros", de acordo com a ótica do dominador, que ainda por cima passou a ocupar as terras recém-descobertas como se fosse de seu pleno direito, já que a "Santa Madre Igreja" assim o justificava, pois era necessário "expandir a fé cristã e converter o gentio".

Figura 1 – Inscrição no monumento de Coroa Vermelha



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Não tem como falar das comemorações do ano 2000 sem falar do poder do Estado, organizador da festa e anfitrião, e, por sua vez, dos representes de outros estados, notavelmente de Portugal, a antiga metrópole, cujo presidente da República, Jorge Sampaio, e

demais autoridades se fizeram presentes, bem como da Santa Sé, através do Cardeal Ângelo Sodano, representante papal do pontífice João Paulo II. O monumento em Coroa Vermelha é, portanto, uma representação dos poderes espiritual e terreno; na verdade de dois estados, o estado nacional brasileiro, independente desde 1822 e anfitrião da festa, e do estado português, o antigo Reino de Portugal, que "descobriu" o Brasil e o colonizou até o século XIX, homenageado conjuntamente nas comemorações, e também do sagrado, no caso da Igreja Católica, sob cuja égide, através da Ordem de Cristo, se deu o expansionismo marítimo luso nos séculos XV e XVI e posteriormente a ocupação do território da América portuguesa e conversão do gentio.

Assim, o monumento evoca e reifica estas potestas, atualizando os significados do acontecimento fundador e os valores dessas instâncias perante a opinião pública, sob a exaltação do ideal de nação e patriotismo.

Figura 2 – Inscrição com nomes das autoridades presentes no evento

Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Quando Fustel de Coulanges, citado por DOSSE (1994), fala do respeito ao passado, às tradições, da consolidação da força nacional a fim de superar as divisões internas,

questionamos como tal pensamento poderia ser aplicado no contexto brasileiro a partir do exemplo em tela. Uma nação constituída pela miscigenação, com uma profunda desigualdade econômica e de poder entre seus estratos (consequência óbvia da subjugação de populações inteiras através da escravidão que perdurou por mais de três séculos) e com uma população nativa espoliada e submetida aos valores impostos pelo colonizador, poderia ter suas divisões internas superadas pela "consolidação da força nacional" a afim da exaltação de um acontecimento fundante eivado de controvérsias e da exaltação das potestas nominadas representadas na cruz erguida em Coroa Vermelha?

Lucien Febvre (*apud* DOSSE, 1994, p. 25), afirma que cada época constrói sua representação do passado conforme suas preocupações e que a história "como necessidade de procurar e valorizar, no passado, os fatos, os acontecimentos, as tendências que preparam o tempo presente, que permitem compreendê-lo e que ajudam a vivê-lo [...] faz-se o passado do qual ela necessita".

Se o historiador deve, na visão de Dosse, reescrever a história em função das interpelações do presente, isso não entra em contradição, para os Annales, com o caráter científico que a empresa histórica deve adquirir. Se o presente contribui para o melhor conhecimento do passado, a relação passado-presente funciona também em um outro sentido. O desconhecimento do passado não permite uma boa compreensão e, portanto, uma ação eficaz sobre o presente (DOSSE, 1994, p. 25).

As comemorações do ano 2000 visaram à representação de um passado longínquo, cujo único registro é a carta escrita por Pero Vaz de Caminha. As preocupações que moveram essa representação foram predominantemente de natureza política. Reunir autoridades nacionais e estrangeiras para uma grande festa em que é exaltada a nacionalidade, a mistura de raças e o multiculturalismo, sob a orbe do Estado e da Igreja, patronos do evento, tem tudo a ver com a agenda política em voga num país conhecido mundialmente pela sua desigualdade social, mas que busca mostrar ao mundo uma imagem de cordialidade do seu povo, tolerância, entre outros atributos positivados pelo senso comum à presente época.

Assim, Estado e Igreja, instâncias que governam a vida do cidadão, civil e espiritualmente, compreendidas por alguns como instituições repressivas e mantenedoras do *status quo*, adquirem uma feição suavizada, em que o conceito de nação e pátria, o "solo sagrado", é colocado sob sua tutela. Solo sagrado para os índios, que aqui viviam há milênios antes da chegada dos portugueses, mas que também se sacralizou pela ação missionária da Igreja, desde o ato inaugural, a Primeira Missa celebrada por Frei Henrique de Coimbra, em Coroa Vermelha, tornando a terra sagrada também para os seus novos ocupantes, cuja

simbologia dessa sacralidade está expressa no monumento erguido por Mário Cravo durante as comemorações de 2000, uma representação atual de cruzes anteriores que teriam sido fincadas no mesmo local, atestando a posse da terra pela Igreja, ou seja, por Cristo.

Uma reconstrução do passado nessas condições é sempre problemática, pois a topografia não é a mesma nem as testemunhas não oficiais, os índios, deixaram quaisquer registros, ficando tal representação muito mais a cargo da imaginação do que ancorada em fontes incontroversas. O monumento erguido no local em que, pensa-se, foi celebrada a Primeira Missa no Brasil, é uma representação de valores que no passado justificaram a ocupação do território americano por Portugal, sua colonização e exploração da mão de obra indígena, bem como sua conversão a fé cristã.

Observa-se ainda a realidade socioeconômica e política da localidade onde foram realizados os festejos, especialmente Coroa Vermelha, onde está erguido o monumento simbólico da Primeira Missa. Trata-se de uma região carente de infraestrutura e de serviços básicos, como o saneamento, que tiveram alguma melhoria no final do século XX, por conta das comemorações. Entretanto a realidade circundante é de ocupações irregulares, conflitos pela posse da terra entre indígenas e não-indígenas, criminalidade etc.

Após os festejos do ano 2000, que demandaram uma série de intervenções urbanas, criou-se um cenário idílico, que remetia, no imaginário comum, à cena da chegada da esquadra cabralina e da celebração da Primeira Missa. Um grande quadrado, com uma enorme cruz de aço e mármore no meio, rodeado de coqueiros e pelo majestoso mar azulado, com presença de índios caracterizados vendendo artesanato e bugigangas. Todavia, atualmente, o cenário é outro, como na foto a seguir:

Figura 3 – Ocupação desordenada no entorno da cruz de Mário Cravo

Fonte: Arquivo pessoal (2018).

O local voltou a ser ocupado por construções improvisadas, sem qualquer critério arquitetônico ou paisagístico, bloqueando a visão do mar. Há ainda uma série de bares e restaurantes populares, uns colados aos outros. A ocupação irregular se estende ainda a faixa de areia, com inúmeras residências e lojas pertencentes a índios e não-índios, sendo que nenhuma ação efetiva do poder público foi tomada para restabelecer aquela paisagem criada quando dos festejos dos 500 anos, de forma que se subentende que, passadas as comemorações, a região voltou à irrelevância de sempre perante os entes governamentais e a grande mídia. Podemos falar, sem receio, que as intervenções urbanas do final da década de 1990 foram meramente cosméticas, tão somente para viabilizar um evento de grande alcance midiático e com visíveis interesses políticos e diplomáticos.

Nenhuma ação transformadora da realidade local foi implementada de forma contínua, mas apenas ações pontuais. Lembrou-se, apoteoticamente, que o “Brasil nasceu ali”, mas pouco importava o desenvolvimento daquela região e do seu povo, inclusive dos próprios indígenas, que tiveram homologada a posse da Terra Indígena Coroa Vermelha, onde se

encontra o sítio da Primeira Missa, por força do Decreto de 9 de julho de 1998, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para Dosse (1994, p. 20), a micro-história, que Carlo Ginzburg define, limita-se ao domínio da etno-história: “Propomos definir a micro-história e a história em geral como a ciência do vivido”. A cultura material tende, portanto, a recobrir os outros níveis da sociedade que se apagam diante de sua expansão. Permanece a abertura nova e interessante do campo histórico, com a condição de historicizar as descobertas, o que nem sempre é o caso, sobretudo quando se contenta com a descrição (DOSSE, 1994, p. 70).

Por etno-história compreendemos no caso em tela a questão indígena no Brasil, como os povos nativos foram representados nas cartas e documentos produzidos por religiosos e pelas autoridades coloniais e, posteriormente, como esses povos passaram a ser retratados a partir do século XIX, por conveniências políticas e tendências culturais em voga, chegando à atualidade, época em que as minorias passaram a ser valorizadas, bem como o ideal de miscigenação e multiculturalidade como elementos formadores da nação brasileira.

Podemos dizer que a história como a conhecemos no Brasil é produto europeu e que, sob esse ponto de vista, os índios que viveram antes da chegada dos portugueses fizeram parte de um período a-histórico. Podemos afirmar ainda que a memória indígena foi agenciada pelos europeus, que lhes reputaram afetos negativos, como a indolência, a cupidez, o gosto pela carne humana, justificando, obviamente, os “processos civilizatórios” em voga nas Américas. É escusado dizer que os índios que colaboravam com os colonizadores eram retratados de forma mais amena, ainda que de pouca monta de acordo com o olhar do europeu. Esses eram os índios “da doutrina”, isto é, os índios catequisados, “mansos”, que auxiliavam os colonizadores nos engenhos, embora não na condição de escravos, uma vez que a Igreja proibia a sua escravização, ao contrário do que acontecia com os índios “bravios”, contra quem podia ser movida a “guerra justa”, com o consequente apresamento ou mesmo extermínio.

Sob o aspecto cultural, podemos dizer que o monumento de Coroa Vermelha representa a cultura dominante, ou seja, a cultura lusocêntrica e católica, sob a qual foi moldada a sociedade brasileira ao longo dos séculos, especialmente durante o período da dominação portuguesa. Essa cultura, exógena e que se tornou endógena por força da historiografia iniciada em terras americanas, é reavivada pela ereção do monumento, quando das comemorações dos 500 anos do Descobrimento. A cultura indígena, nessa visão, é apenas coadjuvante e o índio mero espectador passivo do ritual cristão celebrado pelos religiosos da esquadra de Cabral e atores de menor importância na festa organizada pela República

Federativa do Brasil aos chefes de Estado estrangeiros, em particular o de Portugal, cuja cultura, e seus “heróis”, foram exaltados ao pé da cruz erguida supostamente no mesmo local onde ocorreu o ato fundante da nação brasileira como a conhecemos.

Dosse (1994) enfatiza que a pressão fiscal na Idade Média é integrada por Georges Duby no capítulo sobre “as atitudes mentais” e reconsiderada no contexto do dom e do contra dom de uma sociedade ainda não monetária. Nesse caso, segundo ele, o aspecto econômico não é encarado, o que seria anacronismo, como atividade plenamente distinta dos outros níveis, no mesmo sentido, a leitura que certos historiadores fazem hoje dos fatos religiosos impõe novo olhar que responde ao anseio de totalidade.

> A história da religião para alguns não se limita mais apenas à exegese dos textos teológicos confrontados nas variações sucessivas da verdade primeira. Ao contrário, são relacionados com a sociedade na qual esses enunciados teológicos estão na origem dos comportamentos e da hierarquia social: “Tornaram-se assim sintomas, sinais de uma coisa diferente daquela que pretendem dizer”. A interrogação tornou-se externa, diálogo entre o concreto e suas representações Ideológicas (DOSSE, 1994, p. 77).

Como já foi exposto, a descoberta e colonização do Brasil se deu sob o signo da cruz. A Península Ibérica, liberta do jugo islâmico após as guerras de reconquista, estava pronta para expandir o cristianismo, força dominante na Europa durante toda a Idade Média e, na Península, após a expulsão dos mouros, completada no século XV. As grandes navegações tinham objetivos econômicos claros, isto é, a descoberta de rotas de comércio alternativas com o Oriente, onde havia a produção não apenas de especiarias, mas também de artigos de luxo, como seda e porcelana, mas também tinham como propósito levar o cristianismo, através da ação de missionários católicos, aos “povos pagãos”. Naturalmente, num mundo dominado pela religião esta permeava todas as relações de poder e hierárquicas em tais sociedades.

O próprio rei era tido como representante de Deus na terra e detentor do “direito divino” de governar, portanto legítimo era, sob essa ótica, levar o cristianismo aos domínios da Coroa além mar. Falar de representações ideológicas no campo religioso tem estreita relação com o nosso tema. O monumento de Coroa Vermelha, como já foi dito, é a representação de dois poderes, o espiritual e o terreno, além de servir, através de uma cerimônia religiosa, como marco demarcatório da Coroa Portuguesa em terras americanas. O Brasil nascia assim sob a cruz de Cristo, a qual também estava estampada nas velas das naus

lusas que aportaram na Baia Cabrália e que tinham como destino as Índias, para onde religiosos estavam escalados para levar a fé cristã aos “pagãos”.

A cruz de Cristo não era apenas um símbolo religioso pintado nas velas das naus nem representado pela cruz fincada no solo brasileiro pelos portugueses da esquadra de Cabral. Era mais do que isso. Era o símbolo da poderosa Ordem de Cristo, derivada dos templários perseguidos na França no século XIII e acolhidos em Portugal no reinado de Dom Diniz. (DAEHNHARDT, 1993). A Ordem, que num passado não tão distante do século XV combatia os infiéis muçulmanos durante as cruzadas, religiosa e militar, financiava as navegações portuguesas e consequentemente objetivava a expansão da crença cristã por terras distantes, habitadas por povos que “precisavam ser salvos”, ou seja, convertidos ao catolicismo. A conversão do gentio também tinha outra finalidade na América Portuguesa: convencer os índios a cooperarem com a ocupação da terra pelos europeus e justificar, quando preciso, o seu apresamento e escravização.

A ideologia expressa nesse estratagema pode ser constatada nas missivas dos jesuítas e outros religiosos a serviço de Portugal, nas quais os indígenas eram descritos conforme o seu nível de colaboração com os brancos, conforme já foi exposto.

Ao falar de representações ideológicas nesse âmbito, questionamos que sentido tem toda a ritualística em pleno século XX com o objetivo de celebrar a visão hegemônica. Essas representações podem bem ser entendidas como sendo no sentido de enaltecer os valores através dos quais o Brasil foi fundado e que perpetuam o modelo de sociedade vigente, as classes dominantes, o *status quo*. Tanto é que, conforme inúmeros testemunhos de pessoas que presenciaram o evento, bem como noticiado em diversos veículos de comunicação, à época, os acessos aos locais dos festejos dos 500 anos foram restritos ao público, deixando boa parte da população literalmente “de fora” das comemorações, as quais foram voltadas aos chefes de estado e demais personalidades midiáticas e do mundo empresarial presentes.

A cena que correu o mundo, do índio Gildo Terena, da tribo Terena, de Campo Novo (MT), agredido por policiais no meio de uma rodovia, é emblemática. Conforme notícia da *Folha de S. Paulo*, do dia 22/04/2000, assinada pelo jornalista Marcos Vita, 141 pessoas foram presas durante confronto entre policiais e manifestantes, quando cerca de 1000 manifestantes do movimento “Brasil outros 500”, em sua maioria estudantes, foram impedidos por cerca de 1000 policiais militares de prosseguir em uma passeata em direção a Porto Seguro, a 10 km da cidade.

Esses valores, materializados no monumento de Coroa Vermelha, conforme propomos aqui, não são apenas valores que remetem ao ato fundante da nação brasileira e que foram

reatualizados no final do século XX, mas também são valores bem presentes nas relações de poder da atualidade, nas quais o Estado exerce a sua soberania, e consequente dominação, numa sociedade altamente estratificada, com uma persistente e amplamente visível herança colonial, na forma da profunda desigualdade social (resultado de séculos de regime escravista) e marginalização dos índios, o que qualquer pessoa pode constatar ao visitar Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, onde muitos indígenas vivem em bairros periféricos, carentes de infraestrutura e serviços básicos. Mas e a festa? A Festa dos 500 anos seguiu a sua programação voltada às autoridades nacionais e estrangeiras e personalidades do mundo empresarial e midiático.

O monumento continua de pé, apesar da realidade do entorno ter se transformado desde então. A sua simbologia se mantém, não obstante o cenário de pobreza e favelização que o rodeia, bem como de indiferença dos governos no que tange ao bem estar social dos moradores e à conservação ambiental e paisagística.

Na visão de Dosse (1994), o perigo da historiografia atual está no fato de ela se contentar em descrever as variações das representações sem preocupar-se em mostrar como elas se articulam com o real histórico. A esse respeito, menciona que Jacques Le Goff não considera mais esse modo de abordagem como história: “Não se pode dizer que fazemos história quando nos contentamos com as representações” (DOSSE, 1994, p. 45).

Ainda citando Le Goff, diz que a história das mentalidades assenta-se em uma totalidade histórica que recobre ao mesmo tempo a civilização material e a cultura e que os dois níveis interpenetram-se em uma problemática que rompe com o mecanismo habitual da teoria da superestrutura como reflexo da Infraestrutura. Considera certamente que as relações entre o social e o mental são mais complexas que aquelas que podem existir entre o aspecto econômico e a sociedade, mas permanecem ligados em uma mesma estrutura.

> Ao definir o estudo das mentalidades, Jacques Le Goff a integra no movimento histórico global, ao contrário da maioria dos historiadores dos Annales, que vêem nas mentalidades o meio de libertação e de partida para outro lugar imaginário, ao orientar seu olhar para as manifestações do irracional, para as margens de um corpo social percebido em suas ausências. Para Jacques Le Goff, o mental não é uma escapatória, uma viagem noturna, mas o meio de esclarecimento. Localiza a história das mentalidades não em refúgios que escapam a toda racionalização, mas no centro do corpo social (DOSSE, 1994, p. 84).

Falar no real histórico é complexo; tendo em vista o aspecto que abordamos, como definir esse real histórico a partir de um único documento (a carta de Caminha), que retrata

uma paisagem que não é mais a mesma e que as testemunhas não oficiais (os índios) do evento narrado em tal carta eram povos ágrafos e que se expressavam em outro idioma, incompreensível para os portugueses? Como definir esse real histórico 500 anos depois, quando um evento ocorrido supostamente no mesmo local tentou reencenar tal acontecimento? Que discursos e representações estão envolvidos nessa reencenação?

As representações variaram ao longo dos séculos no tocante aos índios e é exatamente disso que tratamos em nosso trabalho. Mostrar a forma como essas representações se articulam com o real histórico é desafiador se pensarmos nesse real histórico como algo incontroverso, algo que seja pacificamente defendido como verdadeiro. A história do Brasil é a história escrita pelo dominador, o europeu que colonizou esse território, portanto a história escrita de acordo com a visão e os valores do vencedor, aquele que impôs a ordem dominante e que decidiu ao sabor das suas convenções qual a dimensão do real no campo da história.

Falar da memória indígena, daquilo que permanece dos povos autóctones e que resistiu ao longo do tempo à cultura dominante é, talvez, o maior dos desafios. Trata-se de analisar os índios, enquanto etnia, seus saberes, seus rituais de iniciação e religiosidade em face dos valores preponderantes no passado e na atualidade. Podemos perguntar: como o índio foi descrito na carta de Caminha e como esse índio é descrito hoje na mídia e nos meios acadêmicos? O que mudou em termos de compreensão acerca desses povos? Quando falamos de história das mentalidades, a quais mentalidades nos referimos, a mentalidade eurocêntrica ou das elites nacionais ou a mentalidade dos índios, solapada por séculos de exclusão? Quem, afinal, conta a história do índio?

História agenciada pelos europeus, contaminada pelos seus tabus e imposições, vendida ao resto do mundo: o índio enquanto elemento “exótico” de um “paraíso tropical” aos olhos dos europeus do Renascimento, que viviam debaixo de dogmas e sectarismo, envolvidos em guerras de religião e, após a Independência do Brasil, a história desses povos contadas pelas elites nacionais, formadas por grandes proprietários de terras e políticos, para quem o índio era um elemento de pouca monta na engrenagem capitalista e nas esferas de poder.

As relações entre o social e o mental perpassam uma mesma estrutura. Estrutura que não é e nem nunca foi a dos silvícolas que viviam conforme seus costumes ancestrais. O mundo em que vivemos não é o mundo do índio em seu estado natural. Quando falamos nessas duas dimensões, falamos da cultura dominante, na qual estamos inseridos. O índio é pensado como um ser que deveria viver nas matas, nu e subsistindo da caça e da pesca. Um

elemento exótico, estranho aos processos produtivos, ao estilo de vida “normal” do cidadão médio.

Seguindo o raciocínio exposto neste capítulo, no próximo, trataremos da História Oral como método para análise de fatos históricos, através da coleta de depoimentos de pessoas que testemunharam os festejos dos 500 anos do Brasil, já elencadas neste capítulo, fornecendo informações referentes ao evento e seus respectivos pontos de vista, que serão comparados e analisados a seguir. Temas como a realização do evento e suas implicações, a memória indígena, entre outros que dizem respeito ao objeto deste trabalho serão abordados.

3 HISTÓRIA ORAL E SUA CONCEITUAÇÃO

Neste capítulo, tratamos fundamentalmente de história oral, tendo como objeto as comemorações dos 500 anos do Brasil, realizadas nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália no ano 2000, para o que realizamos entrevistas com pessoas envolvidas diretamente no evento, as quais comentaram temas como a celebração em si, os investimentos que foram feitos em sua realização, o monumento comemorativo em Coroa Vermelha, o significado político e simbólico da festa, entre outros assuntos correlatos.

É importante ressaltar que a história oral está em consonância com o que temos discutido acerca do monumento de Coroa Vermelha e seus significados, somando as informações transmitidas por pessoas que participaram do evento com o material teórico exposto ao longo da dissertação, especialmente no primeiro capítulo. Ora, se tratamos do monumento relacionado às comemorações do Descobrimento do Brasil, dos valores incorporados nessa obra de autoria do artista Mário Cravo e da questão identitária ligada a Porto Seguro (local do "Descobrimento do Brasil", memória indígena, etc.), não teria sentido não se valer desses dados coletados por meio da técnica descrita neste capítulo, posto que as fontes orais, como assevera Joutard (1996, pp.56-57), tem tido maior aceitação metodológica desde a década de 1990, com os avanços dos recursos tecnológicos, a exemplo da fita de vídeo.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (2017, p. 1), história oral consiste em uma metodologia de pesquisa que utiliza entrevistas gravadas com pessoas que testemunharam acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Ainda segundo o CPDOC (2017), essa metodologia começou a ser usada na década de 1950, após a invenção do gravador, nos EUA, Europa e México, tendo seu uso expandido e aceito por historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos, entre outros.

No Brasil, essa técnica foi introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do CPDOC. A partir dos anos 1990, houve um notável desenvolvimento e em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral, que reúne integrantes de todo o Brasil e que promove encontros periodicamente regionais e nacionais, além de publicar um boletim e uma revista. Dois anos depois, foi fundada a Associação Internacional de História Oral, que promove congressos bianuais e também edita um boletim

e uma revista. É diversa a bibliografia sobre o emprego de relatos pessoais a respeito do passado para fins de estudo dos mais variados campos.

A história oral é aceite como método para a investigação do passado concomitantemente com fontes documentais, como escritos e imagens. O pesquisador, a partir de um incentivo, procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente sobre um fato pretérito ou uma situação específica. Explica o CPDOC:

> Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017, p. 1).

O CPDOC ainda explica em sua homepage que o trabalho com história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos e que exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação do roteiro de entrevistas. “Quando a pesquisa é feita por uma instituição que visa a constituir um acervo de depoimentos abertos ao público, é necessário cuidar da duplicação das gravações, da conservação e do tratamento do material gravado” (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017, p. 1).

Para Garrido (1993), o termo história oral não é procedente, uma vez que não se configura como um produto historiográfico diferenciado e alternativo à história realizada exclusivamente com fontes escritas. Ele ressalta o fato de que a utilização de fontes orais possibilita a construção de um discurso de interpretação histórico mais completo, mais rico e mais complexo (GARRIDO, 1993, p. 33). Em sua visão, o emprego de fontes orais permite desenvolver abordagens diferentes em história, incorporando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de pesquisa, embora não necessariamente uma pesquisa realizada nestes formatos se torne um trabalho à parte do que ordinariamente é feito pelos historiadores da atualidade, isto é, a despeito das fontes, não deixa de ser um trabalho de história.

Joutard (1996), com base em relatórios de sete pesquisadores de diferentes nacionalidades, afirma que a maioria deles posiciona-se contra o uso do termo história oral para os trabalhos que utilizam fontes orais. Entre os argumentos está o de que é incomum encontrar uma pesquisa em história lastreada num único tipo de fonte. Menciona como

exemplo o fato de muitos historiadores se servirem das fontes orais de modo abundante, mas não exclusivo, o que os faz reivindicar o uso de fontes orais na pesquisa histórica e não o termo história oral, como se fosse uma disciplina distinta da ciência histórica.

Preferimos enxergar a história oral e sua metodologia não como um produto acabado da história, o que seria praticamente impossível, uma vez que os fatos históricos podem ter leituras diversas e que nem sempre é possível atestar a sua fidedignidade apenas com base em relatos de testemunhas, embora também não se possa invalidar essas fontes, mas, ao invés disso, utilizá-las em conjunto com outras, como documentos escritos e imagens. Devemos considerar que alguns povos, embora hoje isso seja cada vez mais raro, não possuem domínio da escrita e têm na oralidade a preservação das suas tradições, feitos dos antepassados etc. Neste trabalho, tendo como objeto a festa dos 500 anos do Brasil, cujo pano de fundo é a memória indígena, coletamos as informações com pessoas diretamente envolvidas na realização do evento.

Com o academicismo característico do século XIX e sua ênfase por documentos escritos, imprescindíveis para o trabalho do historiador, os testemunhos orais passaram a ser ignorados. Todavia, segundo Garrido (1993, p. 35), após o final da II Guerra Mundial e a descolonização da África, somados ao protagonismo de grupos cujas fontes escritas eram escassas ou inexistentes, as fontes orais encontraram campo novamente, apesar de ainda existir resistências da academia, o que levou a discussão atual sobre a validade do uso dos testemunhos orais para a pesquisa histórica.

As críticas ao uso dessas fontes são feitas por defensores da tese de que a história só pode ser produzida com documentos escritos, ressaltando a fragilidade da memória humana. Para esses críticos, os documentos escritos são caracterizados pela exterioridade, pelo distanciamento e pela objetivação. O documento escrito, nessa ótica, tem o valor de estar disponível para referência, verificação e retorno, ou ainda para contradição, diferentemente das fontes orais, que normalmente não estão disponíveis a todos os interessados. Os críticos das fontes orais partem da premissa de que a sua aceitação deveria ser condicionada à acessibilidade e à possibilidade de uso como prova pela comunidade científica. Segundo Voldman (1996), a invenção do gravador permitiu atender estas exigências na medida em que os depoimentos passaram a ficar registrados em fitas, garantindo a oportunidade de serem utilizados como prova.

Joutard (1996, p. 56-57), que defende a expressão fontes orais, sugere, por outro lado, que se mantenha a expressão história oral, porque “ela é simples e tem a antiguidade a seu favor”. Voldman, por sua vez, acredita que a expressão história oral “se tornou inadequada e

só deveria ser empregada a título histórico, para qualificar o período historiográfico dos anos 1950.

Pollak (1992) menciona os lugares. Existem lugares da memória, lugares relacionados a uma lembrança, que pode ser pessoal ou não se sustentar no tempo cronológico. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, podem existir lugares de apoio da memória, que são lugares de comemoração. Locais muito distantes, fora do espaço-tempo da existência de uma pessoa, pode ser lugar notável para a memória do grupo, e também da própria pessoa. Junto a esses elementos constitutivos, a memória também é intercruzada pelos fenômenos da transferência e da projeção, onde a memória de um determinado grupo entra em choque com a memória oficial de seu país, selecionando acontecimentos e datas distintas para as suas comemorações.

Noutros casos, podem-se celebrar os mesmos acontecimentos, mas de modos ou até em datas diferentes. O que deve ser observado é a experiência vivida por esses grupos em relação ao objeto de comemoração. A memória que um grupo forma está atrelada às suas vivências e o próprio grupo escolhe o que deve ou não ser comemorado. Pollak (1992) enfatiza que uma das características da memória é a sua seletividade, ou seja, nem tudo fica armazenado. Essa característica da memória é evidenciada pela consciência de pertencimento afetivo ao grupo por parte do indivíduo, uma vez que o sentimento de continuidade presente no portador da memória é o que faz com que a mesma permaneça.

> Assim, situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao qual pertence, pois só se faz parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente (POLLAK, 1992, p. 200-212).

A despeito do seu caráter individual, a memória se apoia num grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem, no entanto causar uma divisão entre o passado e o presente porque só preserva do passado aquilo que ainda pode ser recriado na consciência do grupo. Embora essa memória seja seletiva e mantida por um determinado grupo, ela não deixa de ser uma construção, tendo em vista que é suscetível a flutuações, transformações e mudanças frequentes, mediadas pelo presente vivido pelo grupo, de forma que a memória é também uma montagem do passado e está aberta e em constante evolução.

As pessoas que integram um determinado grupo preservam suas lembranças, que são pessoais e também coletivas, já que, como defende Pollak (1992) com base nos elementos constitutivos da memória, esta seria formada por acontecimentos, personagens e lugares, e

que as pessoas têm experiências pessoais, das quais participam diretamente, e experiências grupais, com as quais têm contato e de que nem sempre participam, mas que impactam de tal maneira uma coletividade que são incorporadas às narrativas dos que compõem o grupo.

Para Nora (1993), há uma distinção entre a história-objeto, que seria a história vivida, e a história-conhecimento, operação intelectual que a torna inteligível. Esta história-conhecimento é o contraponto à memória que, por ser vivida, é um fenômeno sempre atual. A história admite a existência do passado, mas ela não se constitui numa experiência e sim numa representação deste passado, motivo pelo qual emprega a memória para tornar possível esta representação. "A memória, por seus laços afetivos e de pertencimento, é aberta e em permanente evolução e liga-se à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social" (POLLAK, 1992, p. 200-212). Sendo uma operação intelectual, a história permite o distanciamento, a crítica e a reflexão sobre as memórias.

Segundo Pollak (1993), o conceito de interação/relação dialética parte da premissa de que as fontes para a pesquisa histórica não devem ser consideradas como melhores ou piores umas que as outras em razão da sua tipologia, tendo em vista que a memória é seletiva e socialmente construída, e consequentemente, a fonte oral tem essa característica, além de que ela também contém elementos de espontaneidade na medida em que as falas dos depoentes não necessariamente apresentam características que levem a uma pretensão de perpetuação. Dessa forma, os documentos escritos podem ser pensados como seletivos, já que denunciam o pensamento em voga de uma determinada época e ocasionalmente ter a sua essência definida em virtude do que foi selecionado para registro daquela circunstância para a posteridade. Logo, a crítica às fontes é importante para o sucesso de uma pesquisa em história. Pollak (1993) enfatiza isso ao argumentar que:

> Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1993, p. 207).

Não pode ser ignorada, todavia, a questão da credibilidade das fontes orais e o fato das limitações que tanto a fonte oral como a escrita apresentam. É neste contexto que Garrido ressalta a importância de se trabalhar com ambos os registros, uma vez que existem coisas cujo conhecimento não está disponível através dos documentos escritos, como também há outras tantas que a pesquisa com fontes orais não permite acessar.

Por isso, deve o pesquisador, quando grava a entrevista, está gerando uma fonte, deve-se delimitar claramente o grupo de entrevistados, isto é, o grupo retratado na amostra de sua pesquisa. O pesquisador deve incluir no seu planejamento o local onde ocorrerá a entrevista, sendo de grande relevância a escolha de um local previamente combinado com o entrevistado, de forma que ambos sintam-se à vontade e a entrevista possa fluir positivamente. A entrevista é uma oportunidade em que um indivíduo pode narrar a sua experiência de vida e sua atuação em eventos públicos ou privados, e é a partir desse depoimento, em que se incluem as representações que o entrevistado fez sobre seu próprio passado, que o historiador vai construir a sua análise, isto é, o trabalho histórico.

Por conseguinte, a atitude do pesquisador durante a entrevista deve centrar-se no depoimento do entrevistado, colhendo o máximo de informações relevantes. É importante que, antes da entrevista, o pesquisador se informe razoavelmente sobre o assunto da entrevista, de forma que esta seja bem conduzida e produtiva.

Finalizada a entrevista, inicia-se a sua transcrição. É um processo por vezes cansativo, mas essencial para a análise dos dados obtidos. A transcrição deve ser literal, preservando a variante linguística, dialeto e a terminologia utilizada pelo entrevistado. Atualmente, esse processo é informatizado, resultando em praticidade e economia de tempo. O que não se deve perder de vista é que o texto transcrito é matéria-prima e não informação elaborada. É desejável que as fontes fiquem disponíveis para serem acessadas por outros pesquisadores. O depósito do material gravado em arquivos públicos é uma recomendação, além de servir para contestação a eventuais críticos do uso das fontes orais, que comumente alegam que as mesmas não estão disponíveis para serem utilizadas como prova.

É mister ressaltar que a preservação desse material em arquivos possibilita a sua conservação, o que geralmente não acontece em acervos privados. Dessa forma, podem ser compartilhados os resultados das pesquisas que envolvem as fontes orais, já que há muitas discussões em torno desse assunto por parte dos pesquisadores, uma vez que o acúmulo de fontes orais que estão dispersas entre arquivos públicos e privados e que acabam se tornando obsoletas após os seus fins terem sido alcançados. Janotti e Rosa (1993) argumentam que “seria desejável que o arquivamento das fontes incluísse: projeto circunstanciado da coleta, fitas cassete ou vídeos, acompanhados das respectivas transcrições, cadernos de campo, autorização e identificação dos depoentes e trabalhos produzidos” (JANOTTI; ROSA, 1993, p. 14).

Seguindo esse raciocínio, além das entrevistas estarem disponíveis para outros pesquisadores, seria possível saber como elas foram realizadas, quais os interesses do

pesquisador que as produziu e os resultados obtidos, já que muitos dos resultados das pesquisas com fontes orais têm circulação limitada. Tais depoimentos orais seriam mantidos num suporte de áudio e também em um suporte de papel em que estaria a transcrição, o que seria de grande auxílio à pesquisa, conforme os critérios arquivísticos. Destarte, além de preservar uma fonte, contribui-se para o seu conhecimento por outros, pois a mesma poderá ser consultada e ainda garante a preservação da memória de determinados grupos sociais.

3.1 Entrevistas com pessoas que participaram da Festa dos 500 anos do Brasil

Neste capítulo, como já foi pontuado, disponibilizamos para o leitor uma série de entrevistas com pessoas que participaram ativamente das comemorações dos 500 anos do Brasil, as quais fornecem os seus testemunhos do evento e também opinam sobre temas como a festa em si, o monumento de Coroa Vermelha, o significado simbólico e político dos acontecimentos, a repressão aos movimentos populares, mormente os indígenas e seus representantes, entre outros assuntos que vêm ao encontro do objeto deste trabalho. Os depoimentos foram colhidos entre abril e agosto de 2017. Além dessas entrevistas, também disponibilizamos trechos da entrevista feita com o escritor Eduardo Bueno, autor de diversos livros sobre a História do Brasil, pelo Jornal do Sol, periódico editado em Porto Seguro, à época das comemorações e, finalizada essa etapa, ainda trabalharemos com textos sobre a temática contidos no periódico já mencionado.

A partir do que já expomos sobre história oral, não temos como propósito especificamente “dar voz” a grupos minoritários através dessa técnica, mas proporcionar ao leitor uma ideia do que foram as comemorações dos 500 anos do Brasil a partir de depoimentos de pessoas que participaram do evento ou que têm domínio do assunto. Conforme informações do CPDOC (2017) a respeito de história oral, seguimos o método comumente indicado, ou seja, procuramos as pessoas e fizemos perguntas acerca de um tema, no caso, um fato pretérito.

Como o autor deste trabalho já conhecia pessoalmente os entrevistados, não houve dificuldades para selecioná-los nem para agendar as entrevistas, que foram realizadas com um recurso tecnológico recente, o gravador do telefone celular, estando os áudios devidamente guardados em pastas no computador pessoal do entrevistador, que embora não seja um historiador, pode, em tese, ter a sua técnica incluída no que Joutard (1996) chama de quarta geração no que concerne a história oral, isto é, a que surge a partir da década de 1990 e que se vale da modernização das técnicas de trabalho, lançando mão das tecnologias disponíveis, no caso, o telefone celular. Contudo não nos enquadramos nos conceitos de Lozano (1996) nesse

campo, pois não utilizamos da história oral no estilo arquivista-documentalista, nem tampouco difusor-populista.

Não visamos fazer uma denúncia social pura e simplesmente a partir do material por nós produzido, mas possibilitar, a partir dele, a compreensão de um acontecimento, seja no presente, seja no futuro, não de forma isolada e superficial, mas em conjunto com outras fontes e informações que estão contidos neste trabalho como um todo.

Valendo-se da história oral como importante ferramenta do nosso trabalho, iniciamos a nossa série de entrevistas com o depoimento do então prefeito de Porto Seguro à época das comemorações, José Ubaldino Alves Pinto Júnior, entrevistado no dia 17 de abril de 2017, em sua residência. Ele comenta os preparativos para a festa, os investimentos estatais não apenas para a realização da mesma, mas também nos municípios onde foi realizada, a presença na região de autoridades nacionais e estrangeiras, o projeto da construção de um Museu Aberto do Descobrimento (MADE), entre outros assuntos.

Em seguida, disponibilizamos as entrevistas com dois ex-secretários municipais de Turismo, Wilson Cruz e Romeu Fontana, entrevistados nos dias 20 de abril e 11 de maio, respectivamente, abordando os temas já elencados e seus pontos de vista. É importante ressaltar que ambos estiveram diretamente envolvidos com a temática do Descobrimento do Brasil. O primeiro é proprietário de um espaço reservado à memória das descobertas portuguesas quinhentistas, conhecido como Memorial da Epopeia do Descobrimento, na Orla Norte de Porto Seguro, onde foi realizada a entrevista e onde há uma réplica de uma caravela. O segundo é um conhecido escritor da história de Porto Seguro, com diversos livros publicados e que foi entrevistado em sua residência.

Logo após, a entrevista com o representante indígena nas comemorações, Karkaju Pataxó, realizada no dia 02 de junho, na sede da Superintendência Indígena, órgão da Prefeitura Municipal de Porto Seguro. Karkaju dá a sua versão dos acontecimentos, sob o olhar dos povos nativos, com destaque para a questão da representatividade desses povos não apenas durante o evento.

Depois, passamos à entrevista com o acadêmico e escritor Francisco Cancela, cujo depoimento foi colhido no dia 16 de julho, no Shopping Avenida. Já a entrevista com o bispo diocesano D. José Edson Santana Oliveira foi enviada por e-mail, no dia 10/08/17, por escolha do religioso, que optou por esse meio de comunicação. Nas comemorações do ano 2000, o bispo participou da reencenação da Primeira Missa ao pé do monumento de Coroa Vermelha, com a presença do representante papal, Cardeal Ângelo Sodano e demais representantes da Igreja Católica, podendo apresentar a perspectiva religiosa do evento.

Assim como com o bispo D. José Edson Santana Oliveira, a entrevista com o escritor Eduardo Bueno não foi feita presencialmente pelo autor deste trabalho, mas concedida ao Jornal do Sol (2000) e aproveitada para esta dissertação. Estudioso da história de Porto Seguro e dos descobrimentos portugueses, com livros publicados sobre o tema, as opiniões expressas por Bueno se somam às dos demais entrevistados, auxiliando na compreensão do evento tratado e do contexto histórico geral que o mesmo celebrava.

3.2 Análise das entrevistas

Nas entrevistas, identificamos algumas controvérsias nos depoimentos dos entrevistados, fornecendo pontos de vista divergentes acerca de um mesmo evento ou situação. Temas como as celebrações, a realidade do município de Porto Seguro, as manifestações populares contrárias à versão tradicional do descobrimento e sua posterior repressão pelas forças de segurança, entre outros, tiveram, como era de se esperar, leituras diferentes. Considerando que as pessoas têm vivências e situações sociais distintas, tais controvérsias são bem vindas à discussão geral do tema, sem, evidentemente, se ter a pretensão de apontar qual dessas versões é mais ou menos crível, mas permitir um olhar amplo sobre uma mesma problemática, a partir de perspectivas diferentes.

Por exemplo, o ex-prefeito Ubaldino Júnior considera que as comemorações dos 500 anos do Brasil foram “um momento extremamente importante para a cidade”, ressaltando as transformações na infraestrutura urbana promovidas por entes governamentais, com vistas a adequar a cidade aos festejos. Mais adiante, ele enfatiza o apoio do município, à época gerido por ele, por ter “um papel fundamental nas obras estruturantes, junto com a Conder e o governo federal”, com a ressalva de “não ter atuado muito no evento em si, já que não tinha suporte econômico na época”. O ex-prefeito também menciona uma apresentação realizada na Passarela do Álcool (via pública atualmente denominada Passarela do Descobrimento), com uma série de recursos tecnológicos, além de fogos de artifício vindos da Espanha, que, em suas palavras, fizeram “uma apresentação magnífica”. “Foi um espetáculo gigantesco, cinematográfico, uma coisa maravilhosa”, declarou em tom ufanista.

Sobre os protestos populares e a subsequente repressão policial, episódio que marcou negativamente os festejos, Ubaldino explicou que “houve problemas sérios”, citando um desgaste político que à época atravessava o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso e que, visando a minimizar o impacto das restrições à participação popular durante o evento, sugeriu que fossem realizadas duas festas em dias diferentes, sendo uma oficial (restrita às autoridades) e uma para os moradores, portanto, não fugindo à lógica da exclusão

social durante um momento emblemático, já que o que se propunha era celebrar a “história do Brasil”, a qual trazia o viés do “encontro entre povos”.

Reafirmamos, com o exposto acima, que o dito evento teve um caráter eurocêntrico, elitista, excludente, ao excluir e reprimir com o uso da força estatal as minorias, entre as quais os indígenas da própria região, impossibilitados por barreiras policiais de comparecerem aos locais onde ocorriam as comemorações.

Já o ex-secretário municipal de Turismo Wilson Cruz classificou a festa dos 500 anos como “um desastre, um momento que não acrescentou nada para a história do Brasil”, fazendo menção aos conflitos entre manifestantes contrários à versão oficial do Descobrimento e a Polícia Militar. Ele culpa o falecido senador e ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, pelo incidente. “As responsabilidades tanto pelas atitudes positivas quanto negativas que desqualificaram o evento foram dele”, referindo-se não apenas ao enfrentamento dos manifestantes por parte das forças de segurança, como também pelo cerceamento imposto à liberdade de locomoção da população aos locais onde estavam reunidas as autoridades nacionais e estrangeiras.

Contradizendo ainda a interpretação positiva do evento demonstrada por Ubaldino, Wilson Cruz disse que o evento foi mal organizado e mal conduzido. “Não acho que ficou feio para o país, porque coisas desse tipo acontecem em outros lugares do mundo. Ficou feio para quem o conduziu”, disse o ex-secretário de Turismo, para quem deveriam ter sido garantidos, por parte dos organizadores da festa, espaços e horários para cada grupo fazer suas manifestações, já que “todos com visões diferentes queriam falar no mesmo espaço”, criticando incisivamente a tática de enfrentamento com os manifestantes.

Sobre a participação da prefeitura no evento, Cruz não demonstrou o mesmo entusiasmo do ex-gestor municipal, uma vez que resumiu a “tirar dinheiro do governo federal para fazer obras”, embora justifique: “fizeram bem”.

A divergência contra o “saldo positivo” da festa também é compartilhada por outro ex-secretário municipal de Turismo, Romeu Fontana. Na ótica dele, não houve celebração, uma vez que “o negócio foi tão especial, no sentido degenerativo, que o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ao invés de desembarcar em Porto Seguro, onde tinha um aeroporto internacional, foi descer em Ilhéus e veio para cá de helicóptero”. Diz ainda que “Porto Seguro fez um papelão diante do resto do país e do mundo”, citando a repercussão negativa da imagem de um índio sendo acossado no meio da estrada pela polícia, embora admita que os manifestantes tivessem a intenção de “tumultuar” a festa. “Os caras queriam sacanear mesmo”, afirma.

Romeu Fontana também discorda dos supostos benefícios para a cidade citados por Ubaldino: “E depois disso não teve nada. Qual foi o processo de desenvolvimento de Porto Seguro depois da festa dos 500 anos? Nenhum”, explanou, mencionando o inchaço populacional do município com consequente aumento da pobreza, com a vinda de pessoas com escassos recursos à região após o evento, a retirada de placas comemorativas que existiam na Cidade Histórica do município e, mais adiante, a perda de representatividade de Porto Seguro junto a Portugal por conta do suposto fiasco do evento. “Para mim, isso (as comemorações dos 500 anos do Brasil) foi uma piada. Porto Seguro deu um vexame total perante as autoridades portuguesas”, pontuou, frisando que os portugueses estavam dispostos a investir na cidade desde os anos 1990 e que essa realidade mudou após o ano 2000.

Apesar disso, Fontana concorda com o ex-prefeito no tocante à apresentação realizada na antiga Passarela do Álcool, dizendo ter sido “coisa de cinema, tipo Frederico Fellini”, mas que o povo de Porto Seguro “não participou de nada”, já que o acesso foi restringido para os moradores, sendo exigida a apresentação de um convite; mais uma vez, um entrevistado confirma o caráter excludente do evento.

As controvérsias não param aí. Para o representante indígena, Karkaju Pataxó, a comunidade indígena entendia a ocasião das comemorações como uma oportunidade também de reflexão, de tentar compreender o seu significado para os povos nativos, que costumeiramente tratam o encontro entre povos descrito na carta de Caminha como uma invasão, embora ele, Karkaju, tenha uma compreensão diferente, uma vez que abraça a tese do encontro como consta na célebre carta do escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, apesar de admitir que o território que hoje é o Brasil já pudesse ter sido visitado antes de Cabral por outros navegadores.

Karkaju concorda com as afirmações de Wilson Cruz e de Romeu Fontana sobre o despropósito da intervenção policial aos manifestantes, mas enfatiza que os populares, entre eles índios, não tinham a intenção de tumultuar a festa, como afirmou Fontana, já que, segundo ele, era consenso entre as comunidades que os protestos seriam conduzidos de forma pacífica.

O bispo de Eunápolis, D. José Edson Santana Oliveira, por sua vez, vem de encontro ao argumento apresentado por Fontana quanto ao caráter das manifestações que foram reprimidas pela polícia. Segundo ele, os protestos foram promovidos por um grupo movido por ideologias de esquerda e que tinha por objetivo tumultuar a cerimônia, alegando não poder afirmar se houve ou não excesso por parte da Polícia Militar. “Ocorre em alguns casos

que os reivindicantes não sabem reivindicar, não escolhem o momento, a forma e o lugar adequado e acabam gerando transtornos a pessoas que nem sabem a razão das manifestações".

Outro entrevistado, Francisco Cancela, avalia que as comemorações foram, de forma muito caricatural, o modo como o Estado e as elites pensam a formação do povo brasileiro, enfatizando a exclusão e o silenciamento como pautas principais, junto com a narrativa que só contemplava a visão eurocêntrica, que estava centrada muito mais num clima festivo do que reflexivo. Além disso, classifica a festa como "problemática", pois revelou, em sua ótica, como a própria história motiva uma disputa pela memória, tendo em vista que os segmentos populares, como os índios e representantes do movimento negro e de luta pela terra, estavam engajados na apresentação de outra narrativa, que permitisse o repensar dos marcos da fundação do Brasil. "A comemoração em si pode ser pensada como um verdadeiro fiasco", diz, fazendo coro às palavras de Wilson Cruz e de Romeu Fontana.

Já o escritor Eduardo Bueno, entrevistado pelo Jornal do Sol à época das comemorações, considerou o evento positivo, porque em sua avaliação foi um momento de reflexão em que se pôde "olhar para trás e saber o que surgiu dessa mistura extraordinária que se deu no Brasil", ressaltando que é um equívoco dividir a história em vencedores e perdedores, embora o Brasil tenha "cometido erros imperdoáveis", tais como a injustiça social, a concentração de rendas, o latifúndio improdutivo, etc. Contudo, Bueno tem um olhar diferente de Ubaldino Júnior quanto ao panorama de Porto Seguro por volta do ano 2000.

Para ele, o turismo de massa e a depredação ambiental são problemas sérios não apenas dessa cidade, como também da vizinha Santa Cruz Cabrália. "Fui forçado a ver os imensos, inúmeros, gigantescos problemas que atingem Porto Seguro. Eu acho que a situação de Cabrália, embora seja outro município, já é uma situação quase desastrosa. A Coroa Vermelha é de chorar", afirma, fazendo uma comparação de um trecho de Cabrália com Tramandaí, uma praia que cita como exemplo de uma praia ruim, horrorosa, do Rio Grande do Sul. "A coisa está chegando num ponto de saturação que, se a reação não for imediata, daqui a cinco anos danou-se, dançou Porto Seguro".

Sobre o legado para o município deixado pela festa dos 500 anos, Ubaldino disse que o evento atraiu a atenção da mídia nacional e internacional e que gerou uma mídia espontânea "gigantesca" para a cidade, mencionando os já citados benefícios de obras de infraestrutura e também o fortalecimento do turismo como consequências desse evento. "O turismo histórico foi incrementado também", explanou, destacando que esse vínculo histórico é "muito forte em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália".

Já na ótica de Romeu Fontana, os benefícios advindos das comemorações do ano 2000 não foram tão expressivos assim. “Porto Seguro teve uma grande visibilidade em termos de mídia no ano 2000, mas depois decaiu substancialmente”, pontuou, salientando: “É hoje uma cidade cheia de mosquitos, de ruas sujas, fedorentas, mal tratada pelo poder público. Hoje, tem duas coisas para o turista, sendo uma o Water Park (Parque Aquático, no Arraial d´Ajuda) e a outra é a caravela (réplica no Memorial da Epopeia do Descobrimento, na Orla Norte). Praia tem em tudo quanto é lugar da costa brasileira”, disse, relativizando as considerações tecidas por Ubaldino.

3.2.1 Fontes orais como método de pesquisa

Levando em conta o que foi exposto no início do capítulo sobre história oral, aplicado às entrevistas que produzimos e às diferentes interpretações de um mesmo evento, mencionamos Garrido (1993, p. 33), para quem o emprego de fontes orais permite desenvolver abordagens diferentes em história, incorporando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de pesquisa. Partindo dessa premissa, temos os testemunhos desses sujeitos, que não apenas vivenciaram, mas também participaram ativamente do evento em causa, não obstante as distintas interpretações.

Enquanto Garrido (1993) defende a incorporação das fontes orais como uma fonte documental a mais, Joutard (1996, p. 56-57) considera que a expressão “fontes orais” é metodologicamente preferível, uma vez que, para ele, a expressão “história oral” é “terrivelmente ambígua, para não dizer inexata”. Parece fazer mais sentido optar pela segunda opção quanto às entrevistas que fizemos, pois não temos a pretensão de averiguar a fiabilidade de tudo que foi dito, se os entrevistados distorceram ou omitiram dados, ou ainda se foram influenciados em suas declarações por interesses políticos, pessoais ou de outra natureza. Com base nesse entendimento, propomos o uso de tais depoimentos como fontes de pesquisa, entre outras tão ou mais importantes para o levantamento de informações referentes ao tema abordado.

Ressaltamos o conceito expresso por Pollak (1992, p. 200-212) de que a memória é formada por três elementos constitutivos: acontecimentos, personagens e lugares. Os acontecimentos vividos pela pessoa entrevistada estão em relevo. Logo após estão os acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade com a qual a pessoa se identifica. E após estes, os acontecimentos fora do espaço-tempo de um grupo, e que, através de um processo

político ou histórico, algo que remete a uma época específica, gera uma identificação com este grupo, sendo possível o uso da expressão memória herdada.

Os depoimentos que colhemos remetem a acontecimentos, personagens e lugares. Especificamente a festa dos 500 anos, o papel de cada entrevistado nesse evento e os lugares, que são respectivamente Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Coroa Vermelha (distrito de Cabrália). Podemos, tomando por base a proposição de Pollak (1992), falar de memória herdada no caso abordado, se projetarmos no futuro os registros deixados por esses entrevistados? Dentro desse conceito, inegavelmente, esses testemunhos poderão ser acessados por pesquisadores que se debruçarem na investigação sobre as comemorações dos 500 anos do Brasil, dentre outras fontes contemporâneas.

A nossa leitura é a de que a festa dos 500 anos foi um evento de caráter elitista, excludente, em que uma memória se sobrepôs a outra; em que se visava exaltar a lusitanidade e a catolicidade num país multiétnico e multicultural e em que abundam inúmeras confissões religiosas, inclusive dissidências do próprio cristianismo católico, como as vertentes protestantes, neopentecostais, etc.

3.3 Cruz de Mário Cravo

Em relação ao monumento comemorativo da Primeira Missa no Brasil, a cruz de autoria do artista Mário Cravo, os entrevistados também apresentaram informações divergentes. Ubaldino Júnior se limitou a dizer que foi edificado durante a gestão do então prefeito de Santa Cruz Cabrália, Geraldo Scaramussa, e que o então secretário de Planejamento da Bahia, Paulo Gaudenzi, diretor da Bahiatursa à época, discutiu com o alcaide a substituição da antiga cruz de madeira pelo monumento.

Já Wilson Cruz definiu a cruz de Mário Cravo como “muito bonita” e que “chama a atenção”, mas que não passa de uma fantasia, a exemplo do que considera o Museu da Independência em relação à temática do 7 de setembro. “A cruz anterior era de madeira, para reproduzir a de Cabral, mas tem detalhes. A anterior era quadrada e os índios usavam madeira redonda. Todos sabem que não corresponde aos fatos reais”, salientando que a obra foi um projeto do governo federal, que foi interessante em si, mas que os índios “estão lá abandonados”, fazendo referência aos corriqueiros conflitos fundiários envolvendo índios e não-índios na região.

Romeu Fontana, que em seus livros defende a controversa tese de que o desembarque da esquadra de Cabral se deu no território do atual município de Porto Seguro e não no da

vizinha Santa Cruz Cabrália, assegura que, por volta de 1900, a cruz da celebração da Primeira Missa se situava na praça das Pitangueiras, em Porto Seguro, e que em Coroa Vermelha fizeram uma cruz posteriormente, por iniciativa da dona de um cartório de Eunápolis, esposa de um coletor federal. “Era uma mulher católica, que mandou fazer uma cruz à semelhança da que fica em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Cabrália”, declarou.

Ainda segundo Fontana, um general da 6ª Região Militar da Bahia chegou à localidade em 1978, acompanhado de uma diretora do Mobral, e organizou uma encenação da Primeira Missa lá. “Nós comemorávamos o 22 de abril em Porto Seguro e eles o 26 de abril (dia da Primeira Missa, segundo a Carta de Caminha). A cruz de Mário Cravo é uma prótese. A cruz anterior não era original, mas era lavrada toscamente de madeira; o sítio era mais interessante, mais rústico. “Aquilo (a cruz de Mário Cravo) não tem nada a ver”, considera.

Já segundo Karkaju Pataxó, parte da comunidade indígena entende o monumento de Coroa Vermelha como uma “espada cravada no coração” da cultura do seu povo, além de que o formato da cruz de aço gerou reações dos índios mais velhos, que são católicos, que o desaprovaram. Ele diz ainda que, passada a festa dos 500 anos e com o crescimento da atuação das denominações evangélicas na região, o monumento foi “perdendo território” e sua simbologia sendo deixada de lado.

O bispo Dom José Edson tem uma opinião diferente. Para ele, como somos uma sociedade imagética, a cruz continua eficaz e simbólica de uma tradição de fé e da história do Brasil. O religioso pontua que a cruz é um sinal cristão da fé, que para os católicos sempre foi um sinal de redenção. “Aquela cruz, projetada pelo artista Mário Cravo, foi colocada naquele local histórico, marco da Primeira Missa no território brasileiro, como um sinal da presença da Igreja, da fé e da tradição do brasileiro”, defende o bispo, refutando a associação do símbolo com noções de imposição e de opressão referentes ao período da colonização.

Para Francisco Cancela, a partir do momento da celebração da Primeira Missa, em 1500, os índios passam a ser “cristãos” e, portanto, entram na sociedade colonial portuguesa, ato que a historiografia iria transformar em mito fundacional. “A cruz de Mário Cravo pode ser entendida como uma atualização desse mito fundacional. Ali tem uma guerra de memória: quem venceu nessa batalha foi o cristianismo, o Estado”, afirma, concordando com a tese que defendemos neste trabalho.

O docente também concorda com a nossa proposta de que o monumento evoca duas potestas como elementos formadores da nação brasileira sob o prisma dominante, uma vez que pontifica que não havia a presença portuguesa sem a presença do Estado e da Igreja, pois

o rei era o prior da Ordem de Cristo, responsável legal, conforme conveniado com Roma no Padroado, de expandir a fé católica. “Em relação à Primeira Missa, a historiografia vai transformar aquele ato num ato de fundação da sociedade brasileira, numa perspectiva extremamente eurocêntrica e, mais do que isso, civilizacional, porque o ato de rezar a Primeira Missa é o ato de apresentação dos valores morais, éticos, sociais necessários para um novo futuro que seria implantado a partir dali”, afirma Cancela.

Cancela ressalta que o quadro da Primeira Missa de Vitor Meirelles vai ser a grande referência desse ato fundacional da nossa sociedade. “Aquele quadro é uma espécie de tradução visual da carta de Pero Vaz de Caminha: quem vagamente conhece a carta de Caminha e vê aquele quadro, parece que está diante do cenário descrito na carta, uma tradução imagética da carta”, explana, complementando que o que se eleva ali é o símbolo da civilização e da fé cristã, é o protagonismo europeu. “Os índios estão ali na periferia, eles estão “encantados”, a expressão deles é de espanto diante daquele ato religioso, além de sugerir ainda que todos aqueles índios estavam ali para auxiliar os portugueses”.

Como se vê, a entrevista com o professor Francisco Cancela foi a que mais se apresentou em consonância com o que temos defendido a respeito do monumento e sua simbologia, da memória indígena, da questão historiográfica, inclusive com a citação de autor que já utilizamos nesta dissertação, Francisco de Varnhagen (1816-1878). Não iremos nos estender mais aqui na questão do monumento e sua simbologia, considerando que já tratamos disto ao longo desta dissertação, evitando com isso sermos redundantes, prolixos. Todavia a fala do professor Cancela é a que a mais se coaduna com a nossa proposta, uma vez que não entendemos o monumento meramente como uma obra arquitetônica, um objeto a mais na paisagem do lugar, mas como um discurso, como uma representação de valores, de uma ideologia que se pretende perene, porque impregna o modo de pensar de uma sociedade e suas relações hierárquicas e de poder, abarcando as relações interétnicas e interculturais no seio da sociedade brasileira.

3.4 Pedro Álvares Cabral

Alguns entrevistados teceram comentários sobre a figura histórica de Pedro Álvares Cabral. Para Francisco Cancela, a transformação de Cabral em patrono do Brasil é posterior ao descobrimento, sobretudo no século XIX, porque o navegador português, segundo ele, retorna das Índias como um “verdadeiro fracassado”, já que o objetivo principal da missão a ele confiada pelo rei D. Manuel I, que era a conquista de Calicute, não foi alcançado, nem

militarmente nem diplomaticamente. “Nem convenceu o chefe de Calicute a executar as transações comerciais com Portugal, fazendo com que fosse relegado ao ostracismo por completo”, enfatiza o acadêmico.

Para o escritor Eduardo Bueno, Pedro Álvares Cabral foi uma figura imponente, a começar pela própria estatura (media 1,90 m). “Ele circulava direto na corte, era um homem muito rico e nunca tinha navegado. Ele não era um navegador, era o chefe militar da missão. Mas isso era muito normal, porque aquilo eram quartéis flutuantes”, afirma, ressaltando que a missão de Cabral era diplomática e de conquista (termos antagônicos), que não se dirigia ao Brasil e sim a Índia, sem comentar o desfecho da empreitada, como fez Cancela.

Cabral, como ator principal de uma trama que resultou no descobrimento do Brasil, pode ser visto evidentemente como uma figura controversa. Importante para alguns, insignificante para outros. Não entramos no mérito dessa discussão, mas a afirmação do professor Francisco Cancela acerca do Descobrimento como um conceito do século XIX vem ao encontro do que expusemos ao longo deste trabalho.

3.5 Papel da Igreja Católica na Colonização

Nas entrevistas podem ser percebidas opiniões contrastantes também em relação ao papel da Igreja Católica na colonização do Brasil e sua relação com os índios. Para Karkaju Pataxó, a Igreja foi uma das principais ferramentas de aniquilação da cultura indígena. De acordo com ele, a catequese foi uma ferramenta usada, assim como a proibição do uso dos idiomas nativos, para esse propósito, embora reconheça pontos que considera positivos nessa relação, como a aceitação do cristianismo pelos povos indígenas, apesar da religiosidade autóctone ter sido reputada pelos cristãos europeus como “cheia de pecados”.

Karkaju enfatiza que quando alguém mais velho tenta fazer um trabalho de resgate da religião do seu povo, vai se deparar com símbolos católicos, como sinal da cruz e outros e que isso está atrelado à memória indígena. O representante indígena na festa dos 500 anos concorda, embora sem tal intenção, com a nossa tese de que a memória indígena foi solapada por séculos de exclusão e que uma cultura acabou por ser imposta à outra, pois se assim não o fosse, não haveria essa “assimilação” da cultura do dominador que ele exemplifica no caso da religião cristã e seu símbolo maior, a cruz.

Na opinião do bispo Dom José Edson, como todas as ações humanas, o descobrimento esteve cheio de contradições, excessos e erros históricos, ponderando que “não podemos reivindicar da História o papel de juízes dos fatos do passado, não podemos avaliar o sentido

dos fatos, mas sabemos que também coisas boas aconteceram". Ainda segundo ele, a Igreja participou do processo da descoberta e colonização como qualquer outra instituição religiosa que estivesse ligada ao poder dos colonizadores participaria. "Com certeza, muitos erros foram cometidos por pessoas que queriam acertar, mas que não souberam usar as formas adequadas, no entanto, tudo que temos da cultura, da arte e da fé nos foram passados por esses homens de boa vontade. Somos herdeiros desse grande patrimônio cultural da fé, que não pode ser negligenciado", disse o bispo.

A declaração do religioso, a exemplo da de Karkaju, vem ao encontro do que temos proposto, ao dizer que "tudo que temos da cultura, da arte e da fé nos foram passados por esses homens de boa vontade" e que "somos herdeiros desse grande patrimônio cultural da fé", isto é, o Brasil, como o conhecemos, foi construído a partir desse olhar do estrangeiro que colonizou o país e importou para cá seus valores e instituições, especialmente na dimensão espiritual, a qual o monumento comemorativo da Primeira Missa reifica na atualidade.

O escritor Eduardo Bueno também afirma ser injusto julgar homens dos séculos XV e XVI pela ótica do pré-século XXI (a entrevista com ele foi feita no ano 2000). Ele enfatiza que os jesuítas podem ser mal vistos atualmente por terem "aculturado" os índios, espalhado doenças entre eles, como a varíola e promovido aldeamentos, que eram, em suas palavras, verdadeiros "currais de escravos indígenas", embora o processo de educação pedagógico e religioso dos jesuítas pudesse, no seu entendimento, se contrapor ao processo brutal de escravização indígena levado a cabo pelos colonos.

Bueno ressalta a visão de mundo da época da colonização: "Agora, pense como você se comportaria se o mundo tivesse te levado a ser um jesuíta no século XVI. Ou sendo um português no século XVI chegando ao Brasil e encontrando um território hostil aimoré ou goitacá. Você iria matar todo aimoré e todo goitacá que estivesse na sua frente. Hoje é muito fácil dizer: ah, eu gostaria que os aimoré e os goitacá estivessem vivos. Eu também gostaria, mas assim caminhou a humanidade", afirmou, relativizando as ações empreendidas pelos antigos colonizadores, situando-as no contexto histórico global.

Fazemos uma crítica ao posicionamento do escritor em relação aos jesuítas, quando propõe que a ação desses religiosos, embora também escravocrata segundo ele, seja melhor do que a escravização promovida pelos colonos. Ora, um tipo de escravatura pode ser melhor do que outro apenas porque traz em seu bojo um projeto pedagógico e confessional? Existe uma escravidão *soft* e uma escravidão *hard*? Em nossa ótica, o que Bueno chama de "aculturação" tem a ver com o que temos defendido neste trabalho quanto ao modo como o índio foi tratado pela historiografia e também com os valores que o monumento de Coroa Vermelha evoca e

reatualiza no limiar do século XXI, isto é, relações de poder e valores que emanam dessas relações.

3.6 Memória indígena

Em relação à memória indígena, Karkaju afirma que os índios pataxós não falam em resgate dessa memória, mas em manutenção da cultura, mencionando iniciativas governamentais, especialmente no âmbito municipal, para valorizar traços dessa cultura, a exemplo do uso do idioma patchorrã, que, segundo ele, era visto como uma língua morta, um dialeto. “Todo índio é por si só um pesquisador, levantando histórias familiares, etc. Temos hoje o patchorrã sendo usado em todas as escolas indígenas de Minas e da Bahia”, explana, salientando que a cultura do povo pataxó não ficou estática, mas sofreu influências e tem suas dinâmicas, com clãs mantendo ou não a religião indígena.

Karkaju acrescenta que existem nas aldeias as figuras do cacique e do pajé, mas que na tradição pataxó não deveria existir nem um nem outro. “Quando se estabelece um pajé, deixa-se de dar atenção a outros conhecedores da ciência indígena, como uma parteira, um rezador, um raizeiro, os que detêm a ciência dos sonhos”, diz, ressaltando que há relatos da cultura pataxó que foram feitos a partir de sonhos, que não foram feitos de maneira escrita nem por entrevista, mas através de sonhos e que quando se apresenta a figura do pajé, ele acaba eliminando todos os conhecedores dessa ciência.

Para Francisco Cancela, a memória indígena foi tratada pela historiografia a partir do século XIX, sendo que esses povos foram completamente excluídos da história, corroborando o que temos defendido ao longo deste trabalho. O docente menciona Francisco Varnhagem (1816-1878), que na obra “A História Geral do Brasil” afirma que dos povos nativos, dos povos indígenas, não é possível se escrever história, mas apenas fazer etnologia, uma vez que o modo de produção histórica daquela época levava em conta a existência de documentos escritos e oficiais e que como os índios não produziam esse tipo de registro, estavam fadados ao esquecimento por essa historiografia.

Cancela ressalta que o máximo que podia ser realizado era um estudo no campo da antropologia, que levasse em consideração a organização social desses povos, suas características etnográficas, como o modo de se pintar, mas sem explorar as suas diversas formas de estratégias de resistência, de alianças, que os índios construíram com a sociedade colonial.

Na entrevista concedida pelo professor Francisco Cancela, também constatamos diversos posicionamentos que vêm ao encontro do que temos proposto neste trabalho, como, por exemplo, o da exclusão dos índios da história como sujeitos, o silenciamento da memória indígena, eliminando a presença desses povos da formação da sociedade brasileira. Ele menciona como exemplo o conceito de tupi-tapuia, ou seja, um binômio no qual o primeiro grupo era classificado como "amigável" e o segundo como "hostil".

O docente enfatiza que essa historiografia vai acabar assumindo esse papel de silenciamento do protagonismo indígena a partir do momento em que usa o binômio mencionado para analisar as relações interétnicas e ao mesmo tempo negar a possibilidade dos índios terem atuado enquanto sujeitos protagonistas de sua própria história, de modo que não se observa, na narrativa histórica produzida no Brasil, a presença dos índios nos episódios posteriores à chegada do europeu. "Quando abrimos um livro didático, a presença do índio está exclusivamente nos primeiros capítulos. Por exemplo, quando lemos sobre os engenhos de açúcar, quase nada se fala sobre os índios, quando sabemos que eles participaram ativamente dos engenhos, seja na condição de escravizados, seja como aliados, em Porto Seguro, Salvador, São Vicente, etc.", declara o acadêmico.

3.7 Presença pataxó na Coroa Vermelha

Alguns entrevistados abordaram a polêmica hoje existente na região conhecida como Costa do Descobrimento, que abrange Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, sobre a ligação do povo indígena pataxó com o distrito de Coroa Vermelha, onde está erguido o monumento e onde teria ocorrido a celebração da Primeira Missa, conforme a carta de Caminha. Não entraremos no mérito dessa discussão porque não nos interessa, neste trabalho, mas não podemos deixar de mencioná-la. Segundo Karkaju Pataxó, o trade turístico da região se apropria comercialmente da imagem do índio e de sua associação com Porto Seguro, mas quando os pataxó discutem questões sensíveis, como a posse de territórios, há uma negação de que esses indígenas sejam originários da região como forma de negar-lhes o direito à terra, entre outras reivindicações.

Segundo Romeu Fontana, os pataxó chegaram à localidade por volta de 1972, quando foi inaugurada a BR-367, durante governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). "O primeiro índio que chegou ali se chama Itambé e foi um índio que eu levei em 1980 para dar um presente ao Papa. Meu pai foi a primeira pessoa a ter carro na região e a entrar lá e Coroa Vermelha não tinha índios mesmo. Os índios daqui eram os tupiniquins e estavam

afastados de lá 9 km, 10 km", afirma o escritor e ex-secretário municipal de Turismo, ressaltando que Porto Seguro já foi habitado por povos como os tupiniquins, botocudos, pataxós, maxakalis, etc.

Fontana afirma que em dezembro de 1971, por ocasião da vinda do então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, a Porto Seguro, foi organizado um encontro dos índios da região com o político, que iria inaugurar uma obra, e que o professor de sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Pedro Agostinho estava no município, acompanhado da antropóloga Maria Rosário de Carvalho, que "ensinou aos índios tudo que eles sabem hoje de arco e flecha, entre outras coisas relacionadas a índios", acrescentando: "Como a BR-367 ficou pronta, esses índios se mudaram para a localidade e assim surgiu os índios de Coroa Vermelha".

Observa-se que a fala de Karkaju não se contrapõe à de Fontana. Ele não afirma que os pataxó são originários da Coroa Vermelha, mas que sua presença histórica é negada quando se trata de reivindicar a posse de territórios. Fontana, por sua vez, disse que Porto Seguro foi habitada por diversas tribos, entre elas os pataxó, mas que a presença desse povo especificamente na localidade de Coroa Vermelha remonta aos anos 70 do século XX, por conta da construção de uma rodovia. Ele ainda afirma que os índios atuais "aprenderam coisas de índios" com um professor de sociologia da UFBA, dando a entender, ainda que subliminarmente, que se trata de "falsos índios", um argumento muito utilizado pelos setores interessados para negar a esses povos à posse da terra, caso de proprietários rurais, empresários, etc.

É importante destacar quanto à fala de Romeu Fontana que o fato de Porto Seguro já ter sido habitado por inúmeras tribos indígenas, entre as quais os pataxó, não descaracteriza esse povo como indígena, posto que seria impossível do ponto de vista étnico. Agora se houve miscigenação entre essas tribos e também com brancos e negros, como acontece com os brasileiros de forma geral, isso em nada interfere na legitimidade dos pataxó como etnia e como povo. A fala de Fontana não nega a presença dos pataxó em Porto Seguro, mas os desassocia com a Coroa Vermelha, portanto, com a questão do Descobrimento e seus significados políticos e religiosos.

Como ressaltamos, não é nosso objeto discutir a presença pataxó na Coroa Vermelha, pois a Carta de Caminha descreve a presença de índios no local onde foi rezada a missa e os índios que atualmente vivem na região são, predominantemente, os Pataxó. Não vamos discutir aqui quem foram os índios que antecederam os Pataxó e os processos históricos ou naturais que levaram à sua dispersão. Isso não é objeto da nossa dissertação. O que nos chama

a atenção neste caso é que há um pensamento que nega a caracterização do índio como índio, seja em relação à territorialidade, seja em relação aos usos e costumes indígenas e, por extensão, nega-lhes direitos, a exemplo da posse ancestral da terra. Esse pensamento faz eco ao longo processo histórico de exclusão desses povos da historiografia, de negação do seu protagonismo na construção da sociedade brasileira tal como ela é hoje, de silenciamento de sua cultura e, num lugar emblemático como a Coroa Vermelha e seu monumento.

Os valores representados naquela obra do artista Mário Cravo são valores que alicerçaram a sociedade brasileira da forma como ela foi construída e que relegaram o índio como um elemento de pouca valia na história. Por isso defendemos que o monumento é também um discurso, discurso que foi construído historicamente e que ainda está presente na mentalidade coletiva.

3.8 Importância do 22 de abril

Sobre a data do 22 de abril, data oficial do Descobrimento do Brasil, identificamos uma leve divergência nos depoimentos de Wilson Cruz e de Francisco Cancela. Enquanto o ex-secretário municipal de Turismo afirma que o Brasil perdeu uma "excelente oportunidade" de tratar a data com dignidade, com respeito e admiração, o professor universitário destaca que a data tem uma relevância grande para Porto Seguro e o turismo local porque houve a apropriação da narrativa tradicional da formação da sociedade brasileira. Para Cruz, o 22 de abril foi o "começo de tudo" e as controvérsias sobre esse tema devem ser minimizadas. "Se roubaram ouro, pau-brasil, se teve escravidão, isso é outra discussão. Se você diz que os índios estavam aqui há mais de 1000 anos, você também tem que dizer que foram os portugueses que chegaram aqui. Não tem como negar. É um fato histórico. Cabral chegou aqui, ergueu a cruz e era assim na época e a partir daí que tudo começou".

Já Francisco Cancela reconhece que o 22 de abril como data magna do Brasil é "fundamental", embora ressalte que isso é incorrer num erro histórico imenso porque "o Brasil não começa em 22 de abril. O Brasil enquanto nação é algo do século XIX, com a Independência, e mesmo assim a Independência não ocorreu no 7 de setembro, tanto que nós baianos a comemoramos no 2 de julho de 1823! Só vamos ter a consolidação do Estado Nacional com o Golpe da Maioridade, em 1840", advoga o professor.

3.9 Contexto das comemorações dos 500 anos do Brasil

A história oral é de grande valia para a compreensão dos temas que abordamos neste trabalho. As entrevistas auxiliam nessa compreensão, tendo em vista que os temas tratados são abordados sob múltiplos olhares por parte de quem vivenciou as comemorações do quinto centenário do Descobrimento e/ou tem conhecimento teórico da historiografia brasileira. Logicamente, não há a pretensão de chegar à verdade concreta dos fatos a partir de tais depoimentos, não apenas porque o conceito de verdade pode ser relativizado, mas também porque a verdade de cada um é permeada de subjetividade e interpretações acerca dos acontecimentos históricos, quer recentes, quer remotos. Todavia tais relatos, de testemunhas oculares do evento do ano 2000, não poderiam passar despercebidos nesta investigação, fornecendo uma perspectiva mais ampla do acontecimento.

Além do emprego da história oral, podemos compreender o contexto das comemorações do ano 2000 a partir de notícias veiculadas em jornais da época, como o Jornal do Sol, que funciona em Porto Seguro e foi um dos veículos que fizeram a cobertura do evento, além de outros da imprensa nacional e internacional.

Vejamos algumas das informações noticiadas à época: matéria publicada no Jornal do Sol no dia 26/04/2000 informou que a missa solene em Coroa Vermelha, presidida pelo Legado Pontifício, Cardeal Ângelo Sodano, aconteceu num dia de chuva, reunindo uma multidão, que aplaudiu e se emocionou diante da celebração, com corais, orquestras e a presença da cantora baiana Daniela Mercury, que encerrou a apresentação cantando a Ave Maria. “A celebração é marcada pelo pedido de perdão da Igreja, através do presidente da CNBB, D. Jayme Chemello, aos negros e índios. A comunidade pataxó protesta durante a missa com um contundente discurso do índio Matalawê, transmitindo ao vivo para todo o país, repudiando 500 anos de massacre e a repressão violenta da polícia no dia 22 de abril”, afirma o periódico, fazendo alusão à repressão policial às manifestações populares em Porto Seguro.

O Jornal do Sol informa ainda que 12 mil homens das Forças Armadas operavam no município durante as comemorações, “reforçando o aparato de segurança dos chefes de estado” e que a estratégia adotada incluiu a abordagem, com revista e interrogatório de todos os veículos que entraram na cidade a partir do dia 21/04/2000, as ruas a serem percorridas pelas comitivas foram mapeadas e isolados os locais onde aconteceriam as solenidades comemorativas.

A matéria diz também que membros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foram detidos em Eunápolis e impedidos de entrar na cidade e que índios de Coroa Vermelha, que fariam manifestação em Porto Seguro, foram contidos violentamente pela

polícia enquanto faziam passeata em Coroa Vermelha, em direção a Porto Seguro. “A polícia destrói na Coroa Vermelha o monumento que os índios pataxós iriam inaugurar durante as comemorações”, salienta o jornal, que, em outra matéria desta edição, informa que cerca de 2000 índios de todo o país e outros 1500 representantes de entidades que apóiam a causa indígena se encontravam em Porto Seguro, para a Conferência Indígena, realizada entre os dias 18 e 22 de abril de 2000 e que manifestações em favor dos direitos dos índios aconteciam desde o dia 03 de abril, começando por Manaus e se estendendo por cidades como Maceió, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Blumenau, Chapecó, entre outras do país.

As informações do jornal denotam uma posição crítica à política adotada pelas autoridades quanto aos índios e às manifestações populares, o que se percebe pelas manchetes e atenção dada à cobertura da repressão policial. Somado às opiniões de alguns entrevistados, como Wilson Cruz e Karkaju Pataxó, isso nos dá uma ideia da má impressão causada na época por esse tratamento dispensado pelo poder público aos manifestantes, comprometendo sobremaneira a imagem do Governo da Bahia perante a sociedade local no que concerne à organização do evento, sem levar em conta o restante do país e do mundo, que tomaram conhecimento do fato pela transmissão das notícias através dos órgãos de comunicação.

Na matéria intitulada “Protestos e festa sem convidados”, o Jornal do Sol informa que o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, acompanhado de 13 ministros e dos então presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado, Antônio Carlos Magalhães, desembarcou em Porto Seguro na véspera das comemorações, onde se encontrou com o presidente de Portugal à época, Jorge Sampaio.

Figura 4 – Encontro entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio

Fonte: Jornal do Sol.

Após o encontro dos chefes de estado, ocasião em que o mandatário brasileiro teceu críticas ao MST, ainda segundo o jornal, “mais de 500 jornalistas cantam o hino nacional em protesto pela falta de acesso da imprensa a imagens e entrevista com o presidente”, no que Fernando Henrique “devolve, cantando o hino nacional, em cuja letra ele tropeça três vezes e concede entrevista coletiva. “Os jornalistas questionam o presidente sobre a repressão do governo às manifestações dos índios e sem-terra, o bloqueio das estradas de acesso a Porto Seguro e a ausência dos índios nas comemorações”, narra o Jornal do Sol, ressaltando que Fernando Henrique admitiu a necessidade de desconcentrar terras, mas diz que nunca houve um avanço tão grande na reforma agrária. Afirma que, se houve violência, certamente, não foi da parte dele e não terá a sua aprovação e ainda que o bloqueio foi para não deixar que manifestações impedissem as comemorações”.

Constatamos a estratégia adotada pelo então presidente da República no sentido de tentar se desvencilhar dos episódios que comprometeram as comemorações, concedendo entrevista coletiva após “mais de 500 jornalistas”, como afirma o jornal, terem seu trabalho cerceado pelas autoridades, além de cantar o Hino Nacional, o que transmite a idéia de união, de congraçamento em torno das celebrações que ocorriam, ou seja, que o “Brasil é de todos”, partindo justamente do máximo expoente político da nação, embora o jornal tenha feito questão de frisar que o presidente “tropeçou três vezes” na letra do Hino.

Fernando Henrique desaprova a violência contra os manifestantes, mas justifica os bloqueios nas vias de acesso, para que os manifestantes “não impedissem as comemorações”, isto é, para que o povo ficasse de fora. Por que o povo tinha que ser barrado? E é justamente aí que defendemos que a festa não se destinava às classes populares, porque sua simbologia nada tinha de popular, pelos motivos que temos exposto neste trabalho. As comemorações em si, e o monumento de Coroa Vermelha em particular, remetem às relações de poder e às instituições que as representam, seja o poder espiritual, pela Igreja, seja o poder mundano, pelo Estado; à hierarquia entre classes, à negação de direitos, entre eles à posse da terra; ao racismo histórico, etc.

Figura 5 – Autoridades presentes em evento na Cidade Histórica de Porto Seguro

Fonte: Jornal do Sol.

No mesmo periódico, o então vereador de Porto Seguro Miguel Ballejo protesta contra as medidas de segurança adotadas para a realização da festa, em coluna assinada. Ele afirma que um "verdadeiro exército está a postos para evitar que classes socialmente excluídas nestes 500 anos de história possam se manifestar, como se esta data fosse propriedade privada de alguns políticos e autoridades, que nas suas pretensas infalibilidades não podem ser contestados". Ballejo clama ainda que essa mesma "arrogância e prepotência mostrada pelas autoridades não contamine esse exército", para que não se tenha, além de uma festa sem povo, uma festa de confrontos e conflitos, arrematando: "Emprestamos a nossa casa para a festa e nem sequer fomos convidados. A história se repete 500 anos depois". Esta frase do colunista é especial para a nossa análise, porque perpassa a noção de que as comemorações foram uma reatualização do que aconteceu em 1500, não obstante os eventuais anacronismos.

Ora, os festejos de 2000 podem ser compreendidos como uma tentativa de recriação contemporânea de um evento, distante no tempo e objeto de múltiplas controvérsias, mas carregado de simbologia. Simbologia essa que está presente nos antagonismos de classe e nas discussões políticas deles derivados, numa sociedade profundamente dividida nesse aspecto como é a brasileira. Se lembrarmos a fala do professor Francisco Cancela quanto à representação da Primeira Missa no quadro de Vitor Meirelles e também relacionando-a a fala do então vereador de Porto Seguro, temos a noção de quem eram os protagonistas e também de quem eram os excluídos, os silenciados, em ambos os eventos.

No primeiro caso, os portugueses como figuras centrais na representação imagética, com o índio relegado a um papel secundário; no segundo caso, as classes dominantes, representadas pelas autoridades políticas, como preponderantes e o povo, incluindo os índios,

à margem do que estava sendo comemorado. A fala de Ballejo é contundente ao dizer que "emprestamos a nossa casa para a festa e nem sequer fomos convidados".

Na matéria do dia 26/04/2000, consta também que as autoridades do Brasil e de Portugal se reuniram na Cidade Histórica de Porto Seguro, onde o acesso foi restrito aos políticos, imprensa e personagens vestidos à caráter, além dos moradores do local. "Lá, o presidente planta uma muda de pau-brasil e as autoridades assistem à chegada da regata que refez a saga de Pedro Álvares Cabral, saindo da Torre de Belém, em Portugal, e chegando em Porto Seguro".

Sobre a programação da festa, o Jornal do Sol, na matéria "Encenação reconta história", da mesma data, informa que "o grande show da encenação do Descobrimento", que aconteceu no dia 22/04 para as autoridades e no dia 23 para o público de Porto Seguro, contou com a presença de mais de 200 figurantes da região, sendo que do município 80 pessoas tomaram parte na peça. "Para a confecção do cenário artificial, a face da Passarela (do Álcool, importante ponto turístico da cidade) já foi modificada e uma estrutura gigantesca avança sobre parte do rio Buranhém, coberta de areia e com tabas indígenas, mata nativa, caravelas, numa simulação perfeita do cenário real de 1500, trabalho de ambientação realizado pelas artistas Jayrth Moreira e Mariana Bastos".

Figura 6 – Autoridades na Cidade Histórica, com ator caracterizado como Cabral

Fonte: Jornal do Sol.

A matéria ressalta que foi montada uma tela com equipamentos de última geração, com efeitos especiais utilizados nessa tela, narrativos da história do Brasil e que desfilaram em ordem cronológica, sendo que técnicos de Salvador foram responsáveis pela operação, assessorados por especialistas espanhóis, vindos de Madri.

Para assistir ao espetáculo, frisa o jornal, foi montada uma arquibancada com capacidade para 10 mil pessoas, a qual abrigou as autoridades dos dois países e seus convidados.

Nestes últimos parágrafos, percebe-se que o jornal dá uma cobertura positiva ao evento, ao ressaltar a sua organização e utilizar palavras como “simulação perfeita do cenário real de 1500”, como se isso fosse possível unicamente a partir das descrições da carta de Pero Vaz de Caminha, que é o principal registro, ao lado da Relação do Piloto Anônimo e da carta do Mestre João (documentos com conteúdos semelhantes, produzidos por tripulantes da esquadra de Cabral), desse primeiro encontro entre povos.

A própria localização dos cenários descritos na carta de Caminha é objeto de questionamentos, com cidades como Touros/RN reivindicando terem ocorrido lá os fatos documentados no célebre manuscrito. Um dos autores que reivindicam que o descobrimento ocorreu no litoral do atual Estado do Rio Grande do Norte é o historiador potiguar Lenine Pinto, que publicou, em 1998, a primeira edição do livro “A Reinvenção do Descobrimento” publicado pela Editora RN Econômico - Emp. Jornalística, informação que também está disponível no artigo “Descobrimento em xeque” da repórter Regina Helena de Paiva Ramos publicado em 2010.

Todavia o que chama a atenção no tratamento que o Jornal do Sol dá ao evento é que o veículo de comunicação elogia as comemorações e sua organização, mas reprova duramente as arbitrariedades praticadas pelo poder público e seus agentes, como o fechamento das vias de acesso aos locais onde aconteciam as celebrações, bem como a repressão às manifestações populares. É compreensível o apoio do jornal aos festejos, uma vez que havia a promessa de incremento no turismo, com consequente aquecimento da economia local, obras de infraestrutura urbana, além de promoção midiática em âmbitos nacional e global do município, como expôs o ex-prefeito Ubaldino Júnior. Já a indignação quanto às medidas de "segurança" adotadas para a festa, expressa na linha editorial do jornal, pode ser entendida como um reflexo do clima de reprovação de parte considerável da sociedade de Porto Seguro, como bem o demonstraram o ex-vereador Miguel Ballejo e os entrevistados Wilson Cruz e Karkaju Pataxó.

Em artigo publicado na Folha de S. Paulo, com o título "Porto Seguro, 500 anos de insensatez", no dia 17 de abril de 2000, o jornalista e político Fernando Gabeira lamenta que um "lugar tão bonito, que tenha sido descoberto pelos portugueses e, séculos depois, tenha sido escolhido pelo governo para comemorar o feito". Gabeira lamenta o caráter excludente e eurocêntrico do evento:

> Há alguma coisa de sinistra nessa festa. Ela prolonga o delírio colonial de liquidar com outras culturas que não sejam do branco nem do católico. No passado, esse sonho se materializava em massacres, estupros, incêndios e pilhagens das riquezas nativas. Agora ficou mais brando, mais suave talvez, mas é sempre o mesmo e velho sonho de liquidar com o outro, de arrasar as culturas diferentes (GABEIRA, 2000, p. 1).

O jornalista frisa que a cruz metálica de autoria do artista Mário Cravo foi a única obra permitida no local onde supostamente foi rezada a Primeira Missa e que a "diplomacia racial" foi operada pela Polícia Militar, empregada para obstruir estradas e impedir o acesso de manifestantes e sindicalistas aos locais onde aconteciam as comemorações. "O próprio governo federal cuidou de bloquear o acesso por mar, tudo para garantir que as gargalhadas do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, e os discursos do presidente Fernando Henrique Cardoso sejam ouvidos em paz", enfatizou Gabeira, salientando que "existe uma linha de coerência entre o descobrimento, a ocupação e essa festa delirante que pretende excluir os índios e os negros, reduzindo-nos a uns brancos solenes e sem graça, possivelmente fazendo discursos emocionados".

Figura 7 – Bispos presentes na celebração do dia 26 de abril em Coroa Vermelha

Fonte: Jornal do Sol.

As comemorações suscitaram controvérsias entre os indígenas, que não se sentiam representados em toda aquela encenação promovida por autoridades governamentais. Segundo a agência de notícias Reuters, em matéria publicada no Portal Terra, com o título "Índios planejam protesto durante festa de 500 Anos do Descobrimento", publicada no dia 12 de abril de 2000, os índios demonstravam se sentirem excluídos das comemorações. "A comunidade indígena não tem motivo para comemorar nada: não temos saúde, não temos terras demarcadas e não temos respeito", disse à Reuters Neusa Matos de Oliveira Indígena Arari, 37, líder das mulheres indígenas do sul da Bahia, ressaltando que, para a comunidade indígena local, os Pataxó, a comemoração oficial era "inválida" e que o evento era compreendido pelos índios como sendo "para autoridades e imprensa".

Na matéria divulgada pela Reuters e publicada no Portal Terra, chama a atenção a informação de que as tensões entre policiais e indígenas aumentaram no dia 4 de abril de 2000, quando "200 policiais militares destruíram um monumento erguido pelos índios no território de Coroa Vermelha, em memória dos povos extintos, às lideranças massacradas e às lideranças atuais". O monumento em questão, um mapa da América do Sul preenchido por objetos artesanais e figuras representativas aos índios, havia sido instalado ao lado da cruz de metal encomendada pelo governo, no local onde antes estava uma cruz de madeira para marcar o ponto da celebração da primeira missa no Brasil, em 26 de abril de 1.500. "Estamos muito tristes com o que aconteceu. O monumento vai ser construído novamente por um índio, em outro local, mas não é a mesma coisa", disse Arari, salientando que os índios estavam

ofendidos porque foram chamados para fazer um acordo (sobre a construção) do monumento e lhes foi oferecido uma indenização de R$ 5 mil[1].

Essa matéria é de especial relevância porque denuncia uma estratégia de silenciamento, ou seja, o monumento erguido pelos índios e que ficaria ao lado da imponente cruz de aço inoxidável foi destruído por policiais militares, sendo ainda oferecido aos índios um acordo de indenização por modestos R$ 5 mil. Por que o monumento indígena não poderia ficar ao lado da cruz de aço encomendada e executada pelo governo federal? Na matéria mencionada anteriormente, Fernando Gabeira diz que se Mário Cravo fosse consultado "talvez aceitasse de bom grado a vizinhança de um monumento indígena" e que:

> Nada mais dramático do que constatar, nesta madrugada em que escrevo, que a terra dos pataxós está ocupada pela Polícia Militar da Bahia, que se instalou lá para impedir que reconstruam o monumento destroçado pela ação militar. O mais interessante foi ouvir de deputados baianos a informação de que o próprio governo se dispôs a construir um outro monumento dos índios, usando arquitetos brancos e também a sua singular estética.
> Mesmo aí, quando tentam reparar um erro, o delírio colonial de destruir o outro, de reduzi-lo a uma simples caricatura do europeu branco, continua de pé. É razoável que tanto índios como negros perguntem aos governantes o que é que estão comemorando. É razoável que continuem tentando se manifestar, erguendo seus próprios memoriais (GABEIRA, 200, p. 2)

Tudo isso corrobora a nossa tese de que o monumento da Primeira Missa é a reificação de velhos valores sob os quais a sociedade brasileira foi construída ao longo dos séculos, valores de natureza hegemônica, excludente, valores fundamentados não na cultura de um povo, mas nas relações de poder e hierarquização da sociedade, representados em instituições como Igreja e Estado, mas não somente, haja vista a larga tradição do latifúndio, da exploração da mão-de-obra (hoje, não mais escrava, pelo menos oficialmente), das oligarquias, do desrespeito aos direitos humanos, sobretudo de populações vulneráveis, como índios, negros, ativistas de movimentos sociais etc.

Passados 19 anos das comemorações, nenhum monumento foi construído ao lado da cruz de Mário Cravo. Há, sim, esculturas representando indígenas, posteriores a 2000, nas imediações, mas não no mesmo local, além da cruz de madeira que antecedeu o monumento comemorativo dos 500 anos da Primeira Missa, recolocada próximo à cruz de aço. O fato é que o monumento que foi imposto e que permanece no suposto local da realização da Primeira Missa é a cruz de aço e base de granito, erguida pelo governo federal. A cruz de madeira está a alguns metros de distância, sem o mesmo destaque, em local onde já se verifica ocupação desordenada por índios e não-índios.

---

[1] REUTERS. **Índios planejam protesto durante festa de 500 Anos do Descobrimento**. 2000. Disponível em: https://www.terra.com.br/brasil/2000/04/12/055.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

Figura 8 – Protesto de índios contra versão oficial do descobrimento

Fonte: Jornal do Sol.

O fiasco da festa, como era de se esperar, não poderia passar despercebido pela imprensa internacional. De acordo com o jornal O Globo, em matéria intitulada "Festas e Gafes nos 500 anos do Brasil", publicada no acervo digital do periódico, no dia 30 de julho de 2013, os conflitos entre policiais e manifestantes fizeram com que a festa do descobrimento ganhasse repercussão vexaminosa, inclusive no exterior. "Brasil comemora 500 anos reprimindo índios", foi o título do jornal francês "Le Monde". "Amargo quinto centenário no Brasil", anotou o espanhol "El País". "Índios lideram protestos enquanto o Brasil festeja", disse o britânico "The Observer".

Essas informações nos dão um panorama do que foram as celebrações dessa reatualização do ato fundante da nação brasileira, segundo a nossa historiografia. Servem também para compreender o espaço social reservado aos indígenas ainda nos dias de hoje, tendo em vista que num evento em que poderiam ter sido os anfitriões, foram, ao contrário disso, segregados pelas forças de segurança e marginalizados pelos promotores das comemorações, voltadas às autoridades nacionais e estrangeiras e a um público restrito e elitizado. Daí reafirmamos a nossa tese de que a memória desses povos foi social e historicamente construída a partir do olhar do outro, de um "de fora", que a moldou, conforme seus interesses, interesses hegemônicos com os quais se casavam a escravidão e a imposição de uma religião e de costumes estranhos aos primeiros habitantes do território que viria a ser a América portuguesa.

O próprio ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reconheceu, em matéria produzida pela Agência Estado e publicada no jornal Folha de Londrina, no dia 22 de abril de 2000, com o título “FHC fala em herança dos 500 anos”, que “tinha consciência aguda de que as chagas sociais fazem parte da herança dos 500 anos”, durante discurso no Hotel Vela Branca, em Porto Seguro, onde participou de um almoço com o então presidente de Portugal, Jorge Sampaio. O ex-presidente brasileiro, ainda conforme a matéria da Agência Estado, disse que “celebrar uma herança histórica não significa idealizar o passado” e que a expansão das fronteiras daquilo que viria a ser o território nacional “deu-se ao preço da eliminação dos povos indígenas”, prometendo fazer demarcações de terras indígenas e citando protestos do movimento negro. “Eles são os ecos do passado escravista, oligárquico e patriarcal que até hoje pesa sobre a sociedade brasileira e faz dela uma das sociedades mais injustas do mundo’’, declarou o mandatário.

Contudo, a matéria enfatizou, em tom de crítica, que o ex-presidente fazia discursos sobre democracia para convidados “enquanto protestos explodiam na Bahia”, o que dá a entender que o ex-presidente estava mais preocupado com a diplomacia e com o aspecto político do evento realizado em seu governo do que com as demandas da população e as eventuais violações dos direitos humanos que poderiam estar ocorrendo naquele momento. Chama a atenção também o fato de que Fernando Henrique reconheceu que as chagas sociais fazem parte da herança dos 500 anos, citando, inclusive, a situação dos negros, embora, mesmo assim, essa herança estivesse sendo celebrada em seu governo.

Figura 9 – Réplica de caravela feita para as comemorações

Fonte: Jornal do Sol.

Na matéria publicada na Revista Istoé, com o título “Na mesma canoa”, no dia 26 de abril de 2000, os índios protestaram contra a retirada da cruz de madeira que simbolizava o marco da Primeira Missa há 30 anos em Coroa Vermelha, para dar lugar à cruz de aço inoxidável feita para as comemorações dos 500 anos do Brasil. Segundo a Istoé, os índios interpretaram a retirada como a reafirmação da dominação do homem branco sobre os povos indígenas. “Assim como o Sol e a Lua continuam no mesmo lugar, para nós nada mudou depois que eles vieram. Depois de tudo o que passamos, conquistamos direitos e as autoridades não podem invadir nossas terras e fazer o que querem”, declarou Davi Yanomâmi, um dos líderes indígenas mais influentes do país, ganhador do prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) - Global 500, ao se referir ao canteiro de obras instalado em Coroa Vermelha pelo governo federal, como parte dos preparativos para as comemorações do ano 2000.

O imbróglio de que resultou os festejos dos 500 anos do Brasil foi relembrado pelo jornalista Daniel Thame, que estava presente na cobertura do evento, em matéria publicada no site do jornal GGN, no dia 23 de agosto de 2014, assinada pela jornalista Clair Caladreli, com o título “Relembrando os 500 anos do Brasil”. O jornalista que assistiu as comemorações narra que os índios escreveram uma carta na época do evento, em que contestavam os motivos do que estava sendo comemorado naquele lugar e naquele momento, enfatizando que a sociedade brasileira foi “fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna”, disseram os índios na carta escrita ao final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, em Coroa Vermelha, segundo o jornalista Thame.

O jornalista considera que a festa dos 500 anos foi “exaustivamente preparada para coroar o Governo da Bahia e, principalmente, catapultar o senador Antônio Carlos Magalhães para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso”.

> Por volta das 16 horas, policiais militares fortemente armados bloquearam a rodovia que liga a Porto Seguro. Policiais militares alegavam cumprir ordens da Defesa Civil, já que a cidade não comportava mais ninguém. Tudo perfeito, à exceção de um mero detalhe: Porto Seguro não tem Defesa Civil. O objetivo era evitar que os sem-terra, acampados, entrassem em Porto. O bloqueio foi estendido a turistas e até aos moradores das duas cidades. Um turista que veio de João Pessoa, na Paraíba, exibiu as reservas de hotel e afirmou que seu direito de ir e vir, garantido pela Constituição, estava sendo desrespeitado. A resposta do policial merece entrar para os anais da história do Brasil: Aqui na Bahia quem manda é o Antonio Carlos Magalhães (CALANDRELI, 2014, p. 2).

Daniel Thame conta ainda que, após o encerramento da Conferência dos Povos Indígenas, que reuniu cerca de 3000 índios de 150 tribos de todo o país, as lideranças indígenas estavam exaltadas, tendo o pataxó Luiz Tiliá dado o tom da conferência: "Amanhã nos vamos fazer uma caminhada até Porto Seguro e a polícia não vai deixar. Quero que cada tribo junte os dez guerreiros mais fortes. Eles vão na frente, porque nós vai (*sic*) passar de qualquer jeito", disse o pataxó, de acordo com a matéria publicada no site do jornal GGN. O saldo desse embate foi a prisão de 140 pessoas e mais 30 feridos "entre eles nenhum policial militar, prova maior de que não houve confronto e que apenas uma das partes bateu", afirmou Daniel ao GGN, salientando que procuradores da República, a senadora Marina Silva, os deputados Haroldo Lima e José Dirceu e a deputada estadual Alice Portugal tentaram, em vão, argumentar que as prisões eram ilegais e que a violência dos PMs era injustificada.

O jornalista explanou ainda que era visível o mal estar demonstrado pelo falecido senador Antonio Carlos Magalhães e pelo ex-governador da Bahia, César Borges.

> O primeiro, perguntado sobre a repressão aos índios e sem-terras, respondeu que preferia não ver, porque hoje é um dia de festa, um dia para os brasileiros comemorarem. O segundo afirmou que nós apenas mantivemos a ordem, garantindo a segurança do presidente. Sensato, o senador Paulo Souto condenou a maneira como o processo foi conduzido: O Governo do Estado fez grandes obras em Porto Seguro, urbanizou Coroa Vermelha, construiu um Centro de Convenções fantástico, mas o que vai repercutir no mundo todo são os tumultos (CALANDRELI, 2014, p. 3).

Daniel Thame frisou que a imprensa brasileira, incluindo a Rede Globo, que, segundo ele, tentou se apoderar da celebração dos 500 anos do Brasil em determinado momento, repercutiu o embate entre manifestantes e Polícia Militar, dando pouca ênfase à visita das autoridades governamentais ao Centro Histórico de Porto Seguro, e também que jornais como o New York Times, dos EUA, o Libération, da França, e o Independent, da Inglaterra, noticiaram a repressão contra os indígenas.

> A foto do índio Gildo Terena, ajoelhado no asfalto e de braços abertos pedindo clemência aos policiais, saiu na capa dos principais jornais do planeta. A mesma imagem, com a sequência onde Terena é atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo e em seguida pisoteado pelos PMs foi veiculada em centenas de emissoras de televisão (CALANDRELI, 2014, p. 3-4).

As comemorações dos 500 anos do Brasil foram conduzidas em clima tão tempestuoso, que a repressão das forças de segurança aos manifestantes, entre eles indígenas, que contestavam a versão oficial do descobrimento do Brasil, fez com que a Justiça Federal,

sediada em Eunápolis, condenasse o Governo da Bahia a pagar uma multa de R$ 10 milhões a título de dano moral coletivo. De acordo com matéria publicada no Estado de S. Paulo, no dia 1º de setembro de 2012, de autoria do jornalista Tiago Décimo, a Justiça acolheu a denúncia do Ministério Público Federal na Bahia contra o governo do Estado, apresentada em 2006, que caracterizou como "desproporcional" a reação policial à manifestação popular. A União, também denunciada pelo MPF, foi absolvida pela justiça, que considerou o ato exclusivo da Polícia Militar - de responsabilidade estadual.

Segundo a denúncia do MPF, reproduzida na matéria de Tiago Décimo (2012), os manifestantes não portavam armas, nem ofereciam riscos à segurança pública, sendo que a conduta policial "representou flagrante violação aos direitos de ir e vir, bem como da liberdade de manifestação de pensamento, do direito de reunião e do direito de associação, constitucionalmente consagrados como direitos fundamentais". O Estado alegou que a repressão à manifestação visava a proteger a população e as autoridades presentes no evento. A decisão da Justiça Federal em Eunápolis era passível de recurso.

Com base no que foi noticiado à época e posteriormente sobre o evento, chega-se a conclusão de que a festa dos 500 anos foi um fiasco, que seus objetivos, à parte da questão simbólica/imagética representada pelo monumento de Coroa Vermelha e analisada neste trabalho, foram puramente políticos e diplomáticos e que faltou tato por parte dos governantes em ouvir o que os movimentos sociais tinham a dizer sobre o que estava sendo comemorado, partindo das premissas do diálogo e do respeito à pluralidade, que são ideais associados às democracias. Podemos interpretar que os movimentos de resistência indígena e negra foram repelidos pelas forças de segurança porque tiveram a "audácia" de impor a sua presença numa festa para a qual não foram convidados. E por que não seriam? Numa região onde historicamente houve um encontro entre povos, conforme a carta de Pero Vaz de Caminha, e que na atualidade tem uma grande comunidade indígena, não haveria razão plausível para excluir essa população das celebrações de algo que era anunciado como a comemoração de um hipotético congraçamento entre civilizações ocorrido meio milênio antes exatamente naquela localidade.

Podemos concluir, conforme o que foi noticiado durante os festejos e também segundo o que foi demonstrado no primeiro capítulo na análise de textos de autores do século XIX, como Varnhagen, e de contemporâneos do início da colonização portuguesa no Brasil, como Gândavo, de que a imagem do índio foi historicamente construída pelo colonizador e que o índio, como as minorias em geral, sempre foram compreendidos como incômodos ao sistema de poder constituído, expresso na exaltação das potestas já mencionadas no primeiro capítulo,

cujo símbolo perene é o monumento comemorativo da Primeira Missa, o ato fundante da nação brasileira.

3.9.1 O povo Pataxó e seu histórico de resistência

Aqui, trataremos do histórico de resistência dessa etnia indígena, que é a predominante em Porto Seguro, enfatizando com isso que a ocupação do território onde se situa os atuais municípios de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália é antiga, o que contradiz visões negacionistas a esse respeito, especialmente no que tange aos conflitos fundiários que os envolvem. Não estamos defendendo ideais políticos ligados à posse da terra, mas demonstrando que esse povo está, há muito, presente na história de Porto Seguro e região e que, a exemplo do que ocorre em todo o Brasil desde os primórdios da colonização, numa sociedade baseada na concentração de terras e no poder político dela decorrente, o povo Pataxó é conhecido não só por resistir às pressões políticas e econômicas por parte de não-indígenas, mas também por manter viva a sua cultura, apesar da cultura hegemônica, de caráter eurocêntrico, o que também não deixa de ser uma forma de resistência, esta de caráter identitário.

Iniciamos com a informação de que, no decorrer do século XX, a relação dos poderes constituídos e da própria sociedade civil organizada de Porto Seguro e região para com os índios seria marcada por antagonismos e conflitos. Por exemplo, em 1949, o pataxó Honório Borges se deslocara ao Rio de Janeiro com o propósito de pedir providências ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) contra a ocupação de terras indígenas. Conforme relato do seu filho Severiano, que o acompanhou, Honório esteve com o Marechal Rondon e obteve dele a promessa de que algo se faria por sua gente (AGOSTINHO, 1972, p. 62).

Segundo a antropóloga Maria Rosário de Carvalho (2008), de regresso à Bahia, dois homens que o capitão Honório Borges conhecera no Rio de Janeiro (genericamente designados tenente e engenheiro) organizaram, conforme as evidências, um roubo a um comerciante do povoado de Corumbau. O crime deflagrou revoltas que culminaram no que é localmente referido como o “Fogo de 1951”. Ainda de acordo com a professora, o motim, no qual foram envolvidos os pataxó da Aldeia de Barra Velha, resultou em violenta repressão por destacamentos policiais de Porto Seguro e Prado, na morte de um índio e mais dois não-indígenas, na prisão de 38 índios, entre os quais o capitão Honório Borges, e no incêndio da Aldeia de Barra Velha, o que provocou a dispersão dos demais, em desespero.

> No dia 11 de junho de 1951, o comandante das tropas, Major PM Arsênio Alves, declarou que o levante fora político e comunista e que em Barra Velha encontrara listas de endereços de militantes da Bahia e outros estados (A TARDE, 11/06/1951).
> No que concerne ao incêndio da aldeia, ele afirmou ter sido uma medida sanitária, aconselhada pelo médico da força policial, uma vez que no interior das casas havia, apodrecendo, ”... bois abatidos dois dias antes... (A TARDE, 11/06/1951).

Carvalho (2008) ressalta que, decorrido algum tempo, os fugitivos retornaram paulatinamente e ainda também que Pedro Agostinho, ao examinar fotos aéreas de 1957, registrou quatro casas claramente visíveis no sítio da Aldeia e, bem próximas daí, duas clareiras recentes que ele supôs abertas para roças (AGOSTINHO, 1972, p. 68).

> Honório Borges não mais regressou, tendo falecido em Canavieiras, onde se instalou depois de sair da prisão. Há quem perceba no fogo de 1951, como passou a ser referida a sucessão de fatos acima relatada, características de uma narrativa de origem que se insere em uma dialética mais ampla de legitimação histórica de reivindicações antigas (KOHLER, 2011, p. 83).

Carvalho (2008) informa que os registros históricos comprovam que a presença dos Pataxó, os atuais grupos indígenas predominantes na Costa do Descobrimento, na região entre o rio de Porto Seguro e a margem norte do rio São Mateus, no atual estado do Espírito Santo, remonta ao século XVI.

Nessa época, os Pataxó já eram alvo de hostilidades e privações por parte dos colonos, do mesmo modo que eram constantes os conflitos com outros povos indígenas, muitos dos quais suscitados pelos portugueses, que estabeleciam alianças com alguns deles, em troca de ferramentas, para indispô-los contra os Pataxó e Botocudo, considerados os mais recalcitrantes.

> Grupos aparentemente aliados aos portugueses também se beneficiaram dessa situação, pois, mediante promessas de paz e conversão ao cristianismo, costumavam imputar aos Pataxó e Botocudo “todas as hostilidades e carnagens” (ITINERÁRIO DA VIAGEM..., 1846).

Em 1757, salienta a antropóloga, o Diretório Pombalino – um conjunto de medidas que visavam, formalmente, preparar os índios para governar suas aldeias – impôs aos índios uma severa disciplina. A comarca de Porto Seguro esteve, entre 1767 e 1777, sob a direção do desembargador e ouvidor geral José Xavier Machado Monteiro, que não disfarçava o seu desapreço pelos índios aí estabelecidos ou que por aí passavam, considerados “dos mais

torpes e ociosos do Brasil". Ele combateu o uso das línguas indígenas e a suposta ociosidade dos chefes de família, ao mesmo tempo em que lhes retirava os filhos homens, para empregá-los em ofícios, e distribuía as meninas "pelas casas de mulheres brancas e honestas". O objetivo era, pois, "civilizá-los" mediante a aquisição de novos costumes e uma nova língua, transmitida nas escolas públicas a partir dos cinco anos. As famílias indígenas eram, dessa forma, desfeitas, sem qualquer preocupação com os seus interesses e sentimentos (CARTA DO DESEMBARGADOR..., 1968).

Carvalho (2008) enfatiza também que na segunda metade do século XVIII, há notícia da existência de 12 aldeias de "índios bravos", localizadas no entorno do Monte Pascoal. O cronista Luis dos Santos Vilhena (1969) recomendou, à época, a conservação e o aumento da vila do Prado, tendo em vista a sua relativa proximidade das referidas aldeias e a necessidade de favorecer a produção de seu "fertilíssimo terreno" e servir, simultaneamente, de barreira e obstáculo aos seus habitantes, os "bárbaros Pataxó que infestam toda a grande comarca de Porto Seguro" (VILHENA, 1969, p. 535).

A informação de Vilhena (1969), argumenta Carvalho (2008), foi corroborada e complementada pelo padre jesuíta Cypriano Lobato Mendes, que atuou em uma das Missões de Índios, não identificada, da comarca de Porto Seguro, e enviou, em julho de 1788, uma representação a D. Pedro II na qual reclama maior atenção para a comarca, que considerava ser a terra mais fértil e mais rica das que conhecia no Brasil, onde se encontravam, em abundância, as madeiras mais preciosas do país. Mendes (*apud* CARVALHO, 2008), refere-se, ainda, a uma celebrada Lagoa Dourada, "nas visinhanças do monte Paschoal, [em cujas] fraldas he que dizem está situado nas suas aldêas o gentio Pathaxó, que saem muitas vezes à praia à pescaria de tartarugas [...]" (CONSELHO ULTRAMARINO BRASIL, 1788). Esta lagoa, frisa a pesquisadora, continua sendo um ponto de referência importante para os Pataxó.

Essa área sediaria, um século e meio depois, o Parque Nacional do Monte Pascoal, recuperado em 1999 pelos Pataxó. Era no seu entorno que se distribuíam, tal como atualmente, mais de dez aldeias, cuja população se alternava, anualmente, entre os ecossistemas de praia e mata para suprir a sua dieta alimentar baseada na farinha de mandioca, peixes e/ou crustáceos e moluscos.

Em 1808, o Príncipe Regente D. João, já no Brasil, determinou ao desembargador Luiz Thomaz de Navarro que realizasse viagem por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, para reconhecimento da região. Ao descrever a ponta do Corumbau, próxima do Monte Pascoal, o desembargador observou que, na parte sul, ainda se conservavam canaviais de formidável grandeza, deixadas pelos índios que neste lugar estiveram aldeados e que foram removidos

pelo Ministro José Xavier Machado para a vila do Prado (em 1767, ou a partir dessa data, quando a Vila do Prado foi criada pelo 1º. Ouvidor de Porto Seguro) (ITINERÁRIO DA VIAGEM, 1846). À época da passagem de Navarro, afirma Carvalho (2008), essa vila encontrava-se em grande decadência, demográfica e econômica, o que tornava sem efeito a justificativa utilizada para a sua transferência, ou seja, "se approveitarem de melhor commercio e se civilizarem". Destaca-se que eram escassos os contatos dos grupos com os não indígenas, inclusive no entorno do Prado.

> O desembargador encontrou na praia denominada Tauape um grupo pataxó não sedentário, fato que o obrigou a permanecer em vigília toda a noite: "dividindo a gente em três partes para gritar até o romper da alva para resistir ao gentio Pataxó, por ter apparecido rasto d'elle, e ser gentio muito atrevido e valente, que não tem domicillio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça, e furtos" (ITINERÁRIO DA VIAGEM..., 1846, p. 442).

A partir de 1810, informa Carvalho (2008), cresceram as expectativas em relação à fixação dos Pataxó em aldeias. O novo Ouvidor, José Marcellino da Cunha, julgava estar conseguindo "trazer à paz quase toda a gentilidade, principalmente o Patacho", em decorrência da construção de vários destacamentos (CERQUEIRA E SILVA, 1931, p. 56).

Grupos Pataxó surgiam em Trancoso, ora na povoação de Crememuã (atualmente conhecida como Caraíva), outras vezes na aldeia de Comuruxatiba, destinada pelo ouvidor como residência para o inglês Charles Frazer. O britânico, posteriormente, pleiteou e obteve a concessão de uma sesmaria "com distância de seis léguas na extensão da costa", na qual estava incluída, a seu pedido, Comuruxatiba (CERQUEIRA E SILVA, 1931, p. 56).

No início do século XIX, chegou ao Brasil o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied que, pela sua descrição a respeito dos Pataxó da região costeira, se tornou uma importante fonte sobre o tema. Ele notou a presença predominante dos Pataxó e esporádica dos Botocudo nas florestas próximas a Mucuri, também frequentadas por "outras ramificações dos tapuias" -- tais como os Capuchos, Cumanachos, Machacalis e Panhamis -- e os Maconis, Malalis, entre outros, já estabelecidos em povoados, nos limites de Minas Gerais (WIED-NEUWIED, 1958, p. 187).

Carvalho (2008) salienta que em 1857 há informações acerca de uma pretendida transferência dos índios da vila do Prado para a vila vizinha, Alcobaça, o que provocou reações contrárias do subdelegado de polícia do Prado e alegação de não recebimento de instruções por parte do Diretor Geral de Índios. Quatro anos depois, em 1861, o assunto foi retomado por meio de uma referência explícita à criação, ou restabelecimento, de uma aldeia

no rio Corumbau, na vila do Prado, pelo vigário capitular Rodrigo Ignácio de Souza Meneses. Em correspondência enviada à Presidência da Província, ele afirmou ser de extrema necessidade a criação de uma aldeia no rio Corumbau, onde,

> nos bravios contíguos [...] existiam centenas de famílias que ora estavam nas brenhas e ora na Vila do Prado, sem caráter algum hostil mas persistentes em seus costumes selváticos, e à sua fertilidade e proporções para estabelecimento de grandes fazendas (PINTO, 1861, p. 36).

Carvalho (2008) explana que esses índios iam sempre pescar no rio Corumbau, atraídos pelo peixe que ali abundava e pelos mariscos. Armavam seus ranchos enquanto ali permaneciam para pescar e salgar o peixe, e então transportá-lo para a mata, onde moravam na outra parte do ano. As terras do Corumbau eram, então, quase todas devolutas. Ela acrescenta que a recomendação do vigário capitular foi prontamente aceita. Ao falar à Assembleia Provincial, em 1º de março de 1861, Antonio da Costa Pinto, Presidente da Província, tratou da criação de uma aldeia indígena no rio Corumbau.

A aldeia mencionada não é outra senão a aldeia de Barra Velha, tradicionalmente denominada Bom Jardim e referida pelos Pataxó, hoje, como aldeia-mãe. Tal hipótese foi suscitada, preliminarmente, por Pedro Agostinho (1974) e, em seguida, por Carvalho (1977), que baseada em depoimentos indígenas e na descrição da costa feita pelo capitão-mor de Porto Seguro em 1805 (CASTRO E ALMEIDA, 1918), concluiu que a foz do rio Corumbau ficava na frente do sítio onde, atualmente, se localiza a aldeia Barra Velha. Esta foi posteriormente deslocada mais para o sul, justificando a denominação da aldeia como Barra Velha. Assim sendo, parece inquestionável afirmar que Barra Velha e a aldeia criada a partir de 1767, e novamente criada em 1861, são apenas uma, o que lhe dá uma existência de quase dois séculos e meio (245 anos).

3.9.2 Cultura pataxó

Segundo Arissana Braz Bonfim de Souza (2012), os Pataxó reportam-se, muito frequentemente, aos *Abatirás*, "*Baquirás*" ou "*Abaquirás*" e aos *Habiá*. Os primeiros estão relacionados à Juacema ou ponta de Juacema, como é mais conhecido esse local, um trecho da costa de Porto Seguro onde as falésias avançam sobre o mar, localizando-se entre os rios do Frade e Caraíva, mais próximo deste último. A primeira referência que Carvalho registrou sobre o tema foi em Barra Velha, em 1976, período em que os Pataxó ainda permaneciam em

grande isolamento. Ao tentar extrair informações sobre a “história dos antigos”, ela ouviu, segundo Souza (2012), após certa resistência, de João Nascimento, já falecido e reputado, à época, como relevante depositário da tradição,

> que aí base de uns três dias chegou os índios, aí arrasou a Juacema. Esses índios era daí de cima. Chegou os índios por terra, por cima do terreno, com arco, e o *Baquirá* por baixo do chão...*Baquirá* é índio brabo, brabo mesmo. Acho que eles mora debaixo do chão que ainda não descobriram essa Aldeia. Cavaram um buraco, tem dois buracão... um perto da costa e outro lá em cima. Acho que nunca descobriram essa Aldeia de índios, chamam *Baquirá* (CARVALHO, 2008, p. 17).

O mesmo informante, afirma Souza (2012), declarou, à mesma época, que os antigos diziam que eles vinham fazer guerra. Brigando de arco, era assim que eles brigavam.

> Em Juacema, o filho do caboclo, do índio, pegou um bem-te-vi (índio da beira da costa mesmo, Pataxó) e esse bem-te-vi fez uma guerra com eles. O filho do civilizado bateu no filho do caboclo e tomou o bem-te-vi. Foram pra mata chamar os outros e quando vieram, fizeram uma guerra. E os outros, os *Abaquirá*, sairam debaixo do terreno. Fizeram guerra e acabou com a Juacema. Saíram debaixo do chão – tem o buraco de onde eles sairam, os *Baquirá*. Os antigos contavam isso e prova que ainda tem lá os buracos (CARVALHO, 2008, p. 18).

A tradição oral pataxó é reproduzida pela tradição escrita dos viajantes, cronistas e historiadores (SOUZA, 2012). O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, em visita à região, ao longo dos anos 1816-1817, passou pelo local, descrito como uma planície seca de campos, atingida após percorrer altas e íngremes ribanceiras de argila e arenito, seguidas de uma trilha escarpada até o cimo das barreiras, após o que o visitante entra em Juacema. De acordo com a tradição dos moradores locais registrada pelo príncipe, houve, nos primórdios da colonização portuguesa, uma grande e populosa vila assim também denominada, ou Insuacome, que foi destruída pela guerra com uma “bárbara e antropófoga nação dos Abaquirás, ou Abatirás”. Para o príncipe, essa tradição se basearia, indiscutivelmente, nas devastações causadas pelos aimorés ou botocudos à Capitania de Porto Seguro, quando a invadiram em 1560, ocasião em que também assolaram os estabelecimentos à margem do rio Ilhéus, ou S. Jorge até que o governador, Mem de Sá, os rechaçou. [...] (WIED-NEUWIED, 1958, p. 221).

3.9.3 Casamento

Em Coroa Vermelha, é comum ouvir-se relatos de que, em tempos passados, quando um rapaz se interessava por uma moça, atirava-lhe uma pedrinha. Em um novo encontro, se a moça desejasse corresponder ao cortejo, retribuía, atirando-lhe outra pedrinha. Durante algum tempo, os enamorados prosseguiam com o jogo de pedrinhas, até que o rapaz lançasse uma flor, como sinal de pedido de casamento. Esse ato era seguido de uma conversa entre o casal e o cacique, que se dirigia aos pais da moça para formalizar a união (CASTRO, 2008, p. 123).

Atualmente, a prática de carregar a tora tem sido recuperada em cerimônias realizadas na Reserva da Jaqueira, na Aldeia Coroa Vermelha. Assim, alguns casamentos religiosos, tanto os contraídos na Igreja Católica quanto nas inúmeras igrejas evangélicas estabelecidas no entorno da terra indígena, são sucedidos pelo ritual indígena, em uma grande festa que atrai índios e não índios. Além de carregar o peso equivalente ao da noiva, o noivo deve mostrar habilidades com o arco e a flecha. Após essas provas de resistência, acompanhadas pela assistência com entusiasmo, o cacique conduz uma cerimônia na língua pataxó, o *Patxohã* (CASTRO, 2008, p. 123).

3.9.4 Ritual do Awê

O ritual do Awê é o único considerado “coisa dos antigos”. É

> algo que sempre existiu e que nem os avós dos velhos sabiam dizer quando começou [...]. Parece que quando se fazia um Awê antigamente era uma única música/dança o tempo todo. Mas fazer um Awê é uma expressão que hoje [se] refer[e] a contextos diferentes de festas [...] engloba um conjunto bem variado de coreografias, cada qual com um sentido determinado (GRUNEWALD, 1999, p. 251).

O Awê requer cauim e, eventualmente, aluá, uma bebida fermentada de grãos de milho moídos ou cascas de frutas, como o abacaxi, entre outras (SOUZA, 2012). O *Awê* dos Pataxó estabelecidos no extremo-sul baiano parece enfatizar a expressão pública, ao contrário do que tem sido observado em relação ao *Toré*, considerado por eles como sendo “dos índios do Nordeste, mais lá para cima”. Sandro Campos Neves observa, contudo, que o *Awê* em Coroa Vermelha é apresentado tanto no contexto público como em contextos íntimos e exclusivos, tais como em comemorações de retomada de terras ou celebrações na Reserva da Jaqueira (NEVES, 2012, p. 155).

Segundo descrição de Grunewald, citado por Souza, o líder Nelson Saracura acredita que os índios da Coroa Vermelha estão “resgatando uma cerimônia antepassada”, mas que

esse resgate não pode ser mostrado ao não indígena, “porque tem que ter um segredo do ritual, o segredo é a segurança, um segredo é a resistência de nós como área indígena”. Assim, Saracura afirma que a comunidade da Coroa Vermelha tem pretendido representar as “duas partes”, ou seja, tanto o *Awê* (proveniente de Barra Velha) quanto o *Toré* (oriundo da Reserva Indígena Paraguassu-Caramuru, onde residem, dentre outras etnias, os Pataxó HãHãHãe, ou Pataxó setentrionais) (GRUNEWALD, 2008, p. 261).

A afirmação de Saracura deve ser, contudo, relativizada, defende Arissana, pois se trata de um Kariri-Sapuyá – uma das etnias estabelecidas, desde os anos 1938, naquela reserva – que, muito provavelmente, é favorável à união das duas ramificações pataxós. Já entre os Pataxó de Carmésia (Minas Gerais), registros apontam para a presença de um ritual que obedeceria a um padrão geral mais próximo do *Toré* (GRUNEWALD, 2008).

3.9.5 Festas

Em agosto celebra-se, anualmente, o Arasgwaksá, a festa comemorativa do aniversário do Projeto Jaqueira, quando, simultaneamente, se veicula a cultura Pataxó. As festividades incluem apresentação do Awê, provas físicas como corridas de toras e distintas modalidades de “representação pública da indianidade Pataxó”, tais como os casamentos tradicionais, precedidos por uma demonstração de força física dos pretendentes masculinos, i.e., o transporte de toras de madeira, as mesmas utilizadas em competições nos jogos indígenas (NEVES, 2012, p. 166-167).

4 CONCLUSÃO

Com base no que foi exposto nos dois capítulos, concluímos que a memória indígena foi escamoteada ao longo dos séculos pela memória construída pelo dominador português, que inaugurou em terras americanas a historiografia e a etnografia com base em seus preceitos e instituições, sendo Porto Seguro o território identitário onde começou essa memória, porque local onde se deu o célebre ritual da tomada de posse da terra em nome do Rei de Portugal e da Ordem de Cristo; assim sendo, a partir do ritual da Primeira Missa, celebrada no "ilhéu" de Coroa Vermelha, em 1500, a terra passou a "ter dono" e os índios "entraram" na História do Brasil, não tendo sentido falar em História do Brasil antes desse momento, porque, como foi demonstrado, essa historiografia é produto do século XIX, quando a monarquia reinante no país incentivava a produção acadêmico-literária com um viés nacionalista no qual as glórias de Portugal eram exaltadas como forma de se exaltar a própria casa reinante no Brasil.

Enquanto isso, ao índio cabia o papel marginal nessa mesma historiografia, posto que sua cultura, tradições, saberes etc., eram tidos como de pouca monta na construção da nacionalidade brasileira. Para isso, tomamos como exemplo o povo Pataxó, etnia predominante na Costa do Descobrimento, mostrando como sua cultura, não obstante a sua riqueza, foi reprimida e silenciada ao longo do tempo, especialmente num evento emblemático como foi a festa dos 500 anos do Brasil, realizada no ano 2000, momento em que velhos valores que alicerçaram essa cultura dominante foram reificados e reatualizados, representados, dentre outros modos, num ícone: o monumento comemorativo da Primeira Missa, erigido supostamente no mesmo local onde aconteceu o ato fundante 500 anos antes.

Portanto, defendemos que a historiografia pátria foi construída de modo a excluir a diversidade pela qual a nacionalidade foi forjada no decorrer dos séculos, isto é, todo um caldo de cultura a partir das contribuições de diversos povos e etnias que formaram o povo brasileiro; para isso, tomamos como exemplo um momento da história recente com um grande significado simbólico, uma festa em nível nacional e internacional em que os maiores homenageados foram a Igreja e o Estado, sendo que aqueles que deveriam ter sido os verdadeiros anfitriões do evento, os povos indígenas, excluídos das solenidades, segregados e reprimidos pelas forças de ordem.

A cultura dos povos originários, em toda sua riqueza e complexidade, silenciada porque agenciada pelo dominador, hoje não mais português, mas as elites nacionais que descendem diretamente da colonização europeia em solo americano. Os poderes evocados (Igreja e Estado) durante o evento abordado nesta dissertação, sob os quais foi erguida essa

cultura dominante, podem ser compreendidos como sendo o poder espiritual, que gera significados numa sociedade que necessita de símbolos como referência, e o poder estatal, o poder legitimador, validador, sob o qual os atos políticos têm efeito, inclusive o ato de tomada de posse da terra e consequente esbulho dos seus donos originais, os autóctones.

Se pensarmos que nos séculos XV e XVI, período em que se deu o achamento do Brasil, os poderes espiritual e estatal eram quase que inseparáveis, quase que "irmãos siameses", podemos admitir que o poder espiritual tinha o caráter consagrador dos atos políticos, como o já citado e que as comemorações do ano 2000 foram a sua reatualização e ressignificação numa época em que há a separação oficial desses poderes, uma vez que o Estado atual é formalmente laico, embora o poder espiritual continue a ter a capacidade de gerar significados que servem como referência coletiva e que não são completamente divorciados dos atos políticos, como o foram as ditas comemorações.

Logo, cremos ser razoável supor que as festividades se trataram de uma agenda cultural que visava reforçar velhos valores caros a uma sociedade que exclui as minorias, entre as quais os povos indígenas, valores que remetem a um evento fundador longínquo no tempo, mas eivado de significado para a construção de um modelo de sociedade, cujos paradigmas persistem apesar das transformações ocorridas no decurso dos séculos.

Os povos indígenas lutam em todo o país pela posse ancestral de suas terras, pela preservação das suas tradições e contra o racismo histórico que atenta contra sua dignidade humana. A incompreensão de parte da sociedade e os conflitos de interesse que envolvem a causa indigenista, não raro, resultando em episódios de violência, que enodoam a imagem do Brasil perante a comunidade internacional, assim como ocorreu na festa dos 500 anos, um verdadeiro fiasco e uma mácula para a imagem de um país tão tristemente célebre não só pelo seu passado colonial de genocídio e escravização de povos, mas também por seus indicadores sociais, que denunciam a marginalização econômica de parte substancial da sua população, com a conseqüente negação de direitos e déficit de cidadania.

No caso do povo Pataxó, conforme foi demonstrado, há uma cultura rica, que nem sempre é lembrada e muito menos festejada pela sociedade civil e quando é, muitas vezes, é por um viés "exótico", como se fosse algo que destoasse do cotidiano da sociedade de hábitos europeizados e não como algo que estivesse na origem dessa mesma sociedade, posto que esses povos precederam a civilização atual do continente americano.

O trabalho não visa negar a contribuição dos portugueses à construção da sociedade brasileira nem faz qualquer apelo a uma espécie de "tribalismo", mas, sim, de valorizar, também, esse elemento formador da sociedade brasileira, dentro de suas idiossincrasias, tendo

em conta a devida cidadania desses povos, como membros da sociedade, sujeitos de direitos que são. Nada justifica o cerceamento da liberdade de locomoção durantes as comemorações, uma vez que o direito de ir e vir é garantido pela Constituição Federal, muito menos agressões físicas e prisões arbitrárias de manifestantes que objetivavam contestar a versão oficial do descobrimento do Brasil.

Conforme os entrevistados pontuaram em suas colocações, a festa teve um caráter excludente, priorizando a segurança das autoridades em detrimento da participação popular, sendo que não havia da parte dos índios e dos integrantes de movimentos sociais contestatórios hostilidade aos organizadores da festa, de forma a tentar tumultuar ou impedir a sua realização, mas apenas de serem ouvidos em suas reivindicações e também de mostrar o "outro lado" da história que estava sendo celebrada, isto é, o lado dos colonizados, especialmente o dos indígenas, que sofrem na atualidade com carências e falta de políticas públicas apropriadas para o atendimento de suas demandas, visto que aos dias de hoje o índio não pode ser compreendido apenas como um silvícola, mas como um cidadão que também necessita de serviços públicos e exercer a sua cidadania.

É importante também enfatizar que o atual município de Porto Seguro, que sediou a antiga capitania do mesmo nome, carrega a "fama" de ter sido o "berço do Brasil", devido a esse histórico encontro entre povos ocorrido em 1500. Esse apelo de "terra do descobrimento" é explorado pelo trade turístico local, que vende essa ideia de *terra mater* do Brasil aos turistas nacionais e estrangeiros, não obstante a escassez de vestígios arqueológicos que remontem aos primeiros anos da colonização, tendo em vista que, exceto pelo padrão português situado na Cidade Histórica, cuja datação é imprecisa, os atuais monumentos históricos, como igrejas e casario, são de épocas posteriores. Um turista que desejasse encontrar um cenário que remetesse ao início da colonização, como construções, cemitérios antigos ou um museu com objetos da época, ficaria desapontado. O que existe é muito mais uma ideia de "local do descobrimento", uma espécie de "marca" a ser comercializada pela indústria do turismo.

O nosso trabalho trata, portanto, de Porto Seguro como um território identitário justamente porque a historiografia pátria teve como seu marco inicial o acontecimento fundador ocorrido em terras do atual município, acontecimento esse que definiu os rumos da história a ser contada.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Capítulos de História Colonial:** 1500-1800. Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

AGOSTINHO, P. Bases para o estabelecimento da Reserva Pataxó. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 23, p. 19-29, 1972.

AGOSTINHO, P. Condicionamentos ecológicos e interétnicos da localização dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. *In:* AGOSTINHO, P. (org.). **O Índio na Bahia.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

AGOSTINHO, P. **Identificação Étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974. v. II. p. 393-400.

ALBERTI, V. **História oral:** a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coord.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. xii.

AS GAVETAS da Torre do Tombo. Lisboa, 1967. v. IV. p. 122.

ASSIS, L. G. R. **A Produção de Instrumentos de Mediação de Conflitos Socioambientais:** o caso da sobreposição entre o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxós do Monte Pascoal e o Parque Nacional do Monte Pascoal. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais – Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BARROS, M. L. **Autoridade e afeto:** avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BARROS, M. M. L. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 29-42, 1989.

BETHEL, L. **História da América Latina:** A América Latina Colonial I. Tradução Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v. 1.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1987 [1973].

BRANDÃO, J. J. L. **Como se deve escrever a história.** Ed. Bilíngue. Belo Horizonte: Tessitura, 2009. 278 p. ISBN 9788599745199.

BURKE, P. História como memória social. *In:* BURKE, P. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALANDRELI, C. **Relembrando os 500 Anos do Descobrimento do Brasil.** 2014. Disponível em: https://jornalggn.com.br/noticia/relembrando-os-500-anos-do-descobrimento-do-brasil/. Acesso em: 20 ago. 2017.

CÂMARA CASCUDO, L. Conclusões da viagem que fez Luís da Câmara Cascudo chronista da expedição que às terra do Toiros mandou o Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte no sétimo et sexto kalendasSeptembris, McmxxVIII, anno do N. S. J. C. **Revista do Instituto Archeológico Histórico e Geographico Pernambucano**, Pernambuco, v. 29 [XXIX], 1928-1929, nos. 135 a 142, p. 147-149, 1930.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica:** ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARTA DO DESEMBARGADOR Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro. Porto Seguro 10 de maio de 1768, dirigida ao Rei, na qual relata os acontecimentos e progressos da sua Capitania no ano anterior. **Revista do Instituto Histórico e Geographico da Bahia**, n. 42, n. 84, p. 197-199, 1968. Anais da Biblioteca Nacional, v. 32, n. 8.215.

CARTA DO OUVIDOR José Marcelino da Cunha ao Conde de Linhares em 8 de dezembro de 1811. *In:* CERQUEIRA E SILVA, C. I. A. **Memorias Históricas e Políticas Província da Bahia mandadas reeditar e annotar pelo Governo deste Estado.** Annotador Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1931. p. 56. v. III.

CARVALHO, M. R. G. O Monte Pascoal, os Índios e a Luta pelo Reconhecimento Étnico. **Cadernos CRH**, v. 22, n. 57, p. 507-521, 2009.

CARVALHO, M. R. G. **Os Pataxó de Barra Velha:** seu subsistema econômico. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

CARVALHO, M. R. G. **Relatório Circunstanciado de Identificação da TI Pataxó do Monte Pascoal.** Salvador: Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia / Associação Nacional de Ação Indigenista – Anaí, 2008.

CASTRO E ALMEIDA, E. (org.). **Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil Existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa.** Bahia 1801 – 1807. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1918.

CASTRO, M. S. M. **A Reserva Pataxó da Jaqueira:** o passado e o presente das tradições. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Entrevistas do Programa de História Oral:** o que é História Oral. São Paulo: FGV, 2017. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral. Acesso em: 20 ago. 2017.

CESAR, A. L. S. **Lições de Abril:** construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

CESAREIA, E. **Vida de Constantino**. Gredos: Espanha, 1994.

CHAMOISEAU, P. **Texaco**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CORTESÃO, J. **A Carta de Pero Vaz de Caminha.** Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

DAEHNHARDT, R. **A Missão Templária nos Descobrimentos.** Lisboa: Nova Acrópole, 1993.

DENIS, F. **Uma festa brasileira celebrada em Rouen em 1550**. São Bernardo do Campo/SP: Usina de Ideias, 2007.

DOSSE, F. **A história em migalhas:** dos Annales a Nova História. São Paulo/SP: Editora da Unicamp, 1994.

ELIADE, M. **Mito do Eterno Retorno**. São Paulo/SP: Editora Mercuryo, 1992.

ELIADE, M. **Mito e Realidade**. São Paulo/SP: Editora Perspectiva, 1972.

EMMERICH, C.; MONSERRAT, R. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. **Boletim do Museu do índio**, Rio de Janeiro, 1975.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Educacional, 1994. (Didática 1).

FELIX, L. O. **História e Memória:** a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 43.

FERREIRA, M. M. (coord.). **Entrevistas:** abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 1994.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (coords.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

FOLHA DE LONDRINA. **FHC fala em 'herança dos 500 anos'**. 2000. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/geral/fhc-fala-em-heranca-dos-500-anos-277996.html. Acesso em: 20 ago 2017.

GABEIRA, F. Porto Seguro, 500 anos de insensatez. **Folha de São Paulo**, 17 abr. 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx1704200020.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

GÂNDAVO, P. M. **Tratado da Terra do Brasil:** História da Província Santa Cruz. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

GARRIDO, L. D. A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33, set./92-ago/93.

GÓIS, D. **Crónica de Dom Manuel**. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749.

GROSSI, G. **Aqui Somos Todos Parentes:** os Pataxó de Barra Velha, Bahia. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – Écoledes Hautes Études em Sciences Sociales, EHESS, França, 2004.

GRUNEWALD, R. A. **Os Índios do Descobrimento:** tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

GRUNEWALD, R. A. **Os Índios do Descobrimento:** tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, M. M. História oral: os riscos da inocência. *In:* O DIREITO à Memória. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 157-160.

HOLANDA, S. B. (1902-1982). **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial – Do Descobrimento à expansão territorial. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. DIFEL, 1976.

ISTOÉ. **Na mesma canoa**. 2000. Disponível em: https://istoe.com.br/36349_NA+MESMA+CANOA/. Acesso em: 20 ago. 2017.

ITINERÁRIO DA VIAGEM que fez por Terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro. **Revista Trimensal de História e Geografia** ou **Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brazileiro**, n. 28, jan. 1846.

JANOTTI, M. L. M.; ROSA, Z. P. História oral: uma utopia? **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 13, n. 25/26, set.1992/ago.1993.

JORNAL CORREIO DE PORTO SEGURO, edição n. 57, 25/04/1913.

JORNAL DO SOL. Edição n. 151, jan. 2000.

JORNAL DO SOL. abr. 2000.

JOUTARD, P. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. *In:* AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 56-57.

KLINTOWINTZ, J. **A História do Brasil em 50 frases**. 2014. ISBN: 978–85–8044–908–2.

KOHLER, F. **Aprendendo a Ser Pataxó:** um olhar etnográfico sobre as habilidades produtivas das crianças de Coroa Vermelha, Bahia. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

KOHLER, F. Le Discours Ethnique entre Mythe et Politique: les Pataxó duMont Pascal [O discurso étnico entre mito e política]. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, v. 17, n. 17, pp. 147-175, 2004.

KOHLER, F. Le Massacre de 51: un exemple d'élaboration de mémoirecollective [O massacre de 51: um exemplo de elaboração de memória coletiva]. **Cahier Du Grilua,** Angers (França), v. 3, p. 321-334, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

LEFEBVRE, H. **A produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LODI, J. B. **A entrevista:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In:* AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 p. 16.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1 p. 95-108, 2011.

MOTA, C. G. (org.). **Viagem Incompleta.** A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

NABÃO, M. T. Algumas questões acerca da utilização de fontes orais no âmbito da pesquisa histórica. **Pós-História,** Assis/SP, v. 8, p. 121-143.

NEVES, S. C. **A apropriação indígena do turismo:** os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História,** São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, A. (org.). **A Descoberta do homem e do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O GLOBO. **Festas e gafes nos 500 anos do Brasil.** 2013. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/festas-gafes-nos-500-anos-do-brasil-9283747. Acesso em: 20 ago. 2017.

PINTO, A. C. **Falla recitada na abertura d'Assemblea Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província... no dia 1º de março de 1861**. Bahia, Typographia de Antonio Olavo de França Guerra, 1861. p. 36.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos,** v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. *In:* FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-130.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt. Acesso em: 20 ago. 2017.

PRESTES, R. R. Redescobrimento do Brasil: a Carta de Pero Vaz de Caminha (1971) de Glauco Rodrigues. *In:* ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 6, 2010, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2010. Disponível em: 20 ago 2017. https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2010/roberta_ribeiro_prestes.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

PRINS, G. História oral. *In:* BURKE, P. (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAMOS, R. H. P. Descobrimento em xeque: a combativa e pioneira repórter traz o verdadeiro local em que aportou a esquadra de Cabral. Foi em um num "porto seguro"? **Getúlio**, nov. 2010. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/getulio/article/download/61992/60151. Acesso em: 20 ago. 2017.

REUTERS. **Índios planejam protesto durante festa de 500 Anos do Descobrimento**. 2000. Disponível em: https://www.terra.com.br/brasil/2000/04/12/055.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

RICOEUR, P. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAMPAIO, J. A. L. Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó de Monte Pascoal. *In:* ESPÍRITO SANTO, M. A. **Política indigenista:** leste e nordeste brasileiros. Brasília: Ministério da Justiça; Funai, 2000.

SAMPAIO, J. A. L. Sob o Signo da Cruz. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha. **Cadernos do LEME**, jan./jun. v. 2, n. 1. p. 95-176, 2010.

SANTOS, A. C. A. Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. **Revista Via Atlântica,** n. 4, p. 1-10, 2000.

SANTOS, A. C. A. **Memórias e cidade:** depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

SELAU, M. S. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboços**, v.11, n. 11, p. 217-228, 2004.

SILVA, J. L. C. Conflitos Étnicos e Fundiários entre Pataxó e Sem-Terra no Extremo Sul da Bahia. **Revista Anthropológicas,** Pernambuco, v. 14, n. 1-2, p. 213-234, 2003.

SODRÉ, N. W. **A Formação Histórica do Brasil**. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1963.

SOLLER, M. A.; MATOS, M. I. S. (orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p. 211-245.

SOUZA, A. B. B. **Arte e identidade:** Adornos Corporais Pataxó. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOUZA, A. C. G. **Escola e Reafirmação Étnica:** o caso dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - concentração em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2001.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TIAGO DÉCIMO. Bahia terá de pagar indenização de R$ 10 milhões por violência. **O Estado de S. Paulo,** Agência Estado, 2012. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-tera-de-pagar-indenizacao-de-r-10-milhoes-por-violencia-policial,924576. Acesso em: 20 ago 2017.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. *In:* FERREIRA, M. M. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VANSINA, J. **La tradición oral**. 2. ed. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

VARNHAGEN, F. A. **Varnhagen:** História. Organizador Nilo Odália. São Paulo: Ática, 1979.

VASCONCELOS, S. **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e no que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo e algumas noticias antecedentes curiosas e necessárias das cousas daquelle Estado pelo padre Simão de Vasconcelos**. 2. ed.. Accrescentada com uma introdução e notas históricas e geographicas pelo conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeirro: Tipographia de João Ignácio da Silva, 1864 [1663].

VILHENA, L. S. **A Bahia no Século XVIII**. Livro II. Salvador: Editora Itapuã, 1969 [1759].

WIED-NEUWIED, M. P. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958 [1815-1817].

APÊNDICES

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista realizada com José Ubaldino Alves Pinto Júnior – ex-prefeito de Porto Seguro

José Ubaldino Alves Pinto Júnior – ex-prefeito de Porto Seguro

Como você avalia a importância das comemorações dos 500 anos do Brasil para o município de Porto Seguro?

Ubaldino Júnior - "Foi um momento extremamente importante para a cidade, até mesmo porque os festejos dos 500 anos tiveram um período de preparação, durante quatro anos, em que a cidade passou por transformações na sua estrutura. Foram recursos que o Estado canalizou através do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID -. Foi feito todo um investimento em infraestrutura, nas obras de saneamento, em que a população foi contemplada com 96% de saneamento básico. Foram feitas obras de drenagem, ampliação do aeroporto, Centro de Convenções, estações de tratamento de água e de esgoto. Foi necessário aumentar a capacidade energética, sendo multiplicada por cinco. Foram feitos investimentos na pavimentação das principais ruas e uma das coisas que marcaram muito, como a cidade é muito baixa, próxima do nível do mar, é que para fazer toda a drenagem de esgoto chegou a ser necessário o uso de mergulhadores, porque quando cavava ficava inundado. Tinha que ter mergulhadores para fazer toda a operação para o esgoto, ligando a tubulação. Foram investimentos maciços, que modificaram a estrutura da cidade. Para se ter uma ideia, nesse período o aeroporto foi ampliado duas vezes. Asfalto para Trancoso, pavimentação de Arraial d´Ajuda, toda a qualificação das rampas da Balsa. Toda a cidade passou por um período de transformação, que levou quatro anos, para que se chegasse às comemorações, que ficaram a cargo do Itamaraty. O Itamaraty fez toda a parte protocolar, até mesmo porque havia a presença de chefes de estado, como o presidente de Portugal e havia a expectativa de vir o rei da Espanha, presidentes de países da América do Sul, e até mesmo o presidente cubano Fidel Castro. Todo os processos dos festejos chegou a ser conduzido por um embaixador, que coordenava essas ações, sob a supervisão do vice-presidente da República da época, Marco Maciel. Chegamos a ter vários encontros com esse embaixador e com Marco Maciel e representantes do governo do estado, que tinha em Porto Seguro uma representação, a sede da Conder.

Como foi a participação dos entes federados na realização das comemorações?

Ubaldino Júnior - O governador vinha a Porto Seguro semana sim, semana não e, às vezes, duas vezes na semana, para verificar as obras de grande porte que estavam sendo feitas. A maior parte dos recursos, e quem controlou as festividades, foi o governo da Bahia, mas com repasses do governo federal e apoio do município, que teve um papel fundamental nas obras estruturantes, junto com a Conder e o governo federal, apesar de não ter atuado muito no evento em si, já que não tinha suporte econômico na época.

O que mais lhe chamou a atenção durante as apresentações?

Ubaldino Júnior - Foi feita uma apresentação na Passarela do Álcool, onde foi montada uma estrutura de grande porte. Houve o lançamento de uma tecnologia que não existia aqui, que consistia na projeção, na água, de um filme que contava a história do Descobrimento. Havia uma máquina que jogava água do rio Buranhém para cima, como se fosse um espelho d´água e imagens eram projetadas nessas águas, que eram levantadas por esses equipamentos, criando uma espécie de holografia. Os fogos de artifícios vieram da Espanha e fizeram uma apresentação magnífica. Foi um espetáculo gigantesco, cinematográfico, uma coisa maravilhosa.

Durante as comemorações houve protestos por parte de movimentos populares, especialmente indígenas, que tinham por objetivo contestar a versão oficial do Descobrimento, seguidos de repressão policial, comente, por favor, esse episódio.

Ubaldino Júnior - Houve problemas sérios. As festividades aconteceram num momento de dificuldades do governo FHC, que enfrentava um desgaste. Havia a necessidade das organizações sociais protestarem, organizações dos mais diversos segmentos fizeram protestos durante a festa. Houve organizações dos índios, do MST e de outros, que acabaram entrando em conflito com a Polícia Militar. Houve momentos de muita tensão. Além disso, como estavam presentes os presidentes do Brasil, de Portugal, e outras autoridades, se limitou a presença dos moradores de Porto Seguro ao local dos festejos. Visando minimizar o impacto disso, consegui com o governador que fosse realizada no dia seguinte uma festa para os moradores, sendo dois dias de festa, ao invés de um. No dia da festa oficial, para participar, as pessoas tinham que se submeter a checagem de antecedentes criminais, submetida ao Itamaraty, a ABIN, PM, etc. Era uma questão muito séria, a segurança das autoridades internacionais. Esse protocolo fez com que se excluísse a maior parte da população do evento.

Em sua opinião, qual foi o legado dos festejos dos 500 anos do Brasil para Porto Seguro?

Ubaldino Júnior - Os festejos atraíram a atenção da mídia nacional e internacional e geraram uma mídia espontânea gigantesca para a cidade. Foi muito positiva porque ficou um legado para a cidade, em obras de infraestrutura, o aeroporto, que era simplório, virou um aeroporto internacional, que começou a receber voos da Holanda, de Portugal, da Itália, Chile, Argentina. Chegou a ter voos internacionais diários. Além disso,todas as obras de infraestrutura, pavimentação, esgoto, nunca teriam condições de serem realizadas num período tão curto numa situação normal. Esse legado que a festa proporcionou a Porto Seguro foi gigantesco. Houve também momentos históricos, como quando a Igreja Católica fez um pedido de desculpas, na Cidade Alta, aos descendentes do donatário Pero do Campo Tourinho, que foi julgado pela Inquisição e embarcado a ferros de volta a Portugal, acusado de heresia. Toda a Cidade Histórica foi revitalizada naquele período. Outro fato importante é que os índios tiveram muita visibilidade, participaram de programas de televisão, fizeram protestos ao vivo, transmitidos no mundo todo. Todas as etnias indígenas do Brasil foram representadas em Porto Seguro. O MST e o movimento negro também se fizeram presentes. O turismo histórico foi incrementado também, chamando a atenção para o fato de que o Brasil é o único país do mundo que tem uma certidão de nascimento, a carta de Caminha, onde ele descreveu o primeiro contato dos europeus com os nativos. Esse vínculo histórico é muito forte em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

No local onde se acredita ter sido rezada a Primeira Missa do Brasil foi edificada uma cruz de aço e mármore, onde, 500 anos depois, essa cerimônia foi reencenada; o que representa, em sua ótica, ações como essa para a memória do Descobrimento do Brasil atrelada aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália?

Ubaldino Júnior - O monumento em Coroa Vermelha (a cruz da primeira missa) foi edificado na gestão do então prefeito de Cabrália Geraldo Scaramussa, já falecido, uma obra de Mário Cravo. O secretário de Planejamento da Bahia, Paulo Gaudenzi, diretor da Bahiatursa, discutiu com o prefeito a substituição da antiga cruz pelo monumento. Além disso, fizemos um tratado de geminação com Setúbal, cidade coirmã de Porto Seguro e veio os restos tumulares de Cabral, que foram depositados na Casa da Cultura Portuguesa, situada nas imediações da rodoviária, numa solenidade com embaixadores de ambos os países.

Nessa época houve um projeto de criação de um espaço tombado de sítios alusivos ao Descobrimento na região, conhecido como Museu Aberto do Descobrimento – MADE -, por que esse projeto não prosperou?

Ubaldino Júnior - O Museu Aberto do Descobrimento era um projeto da iniciativa privada, onde havia interesses muito evidentes, na exploração turística principalmente do Litoral Sul. Um desdobramento como o desenvolvimento de Trancoso teve muito a ver com esse projeto. O grande mentor foi o empresário conhecido como Calé e um ministro da Cultura no governo Lula. Faltou apoio político, até porque tanto o governador da Bahia, Paulo Souto, quanto o governo federal talvez não tenham compreendido bem esse projeto.

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista realizada com Wilson Cruz - ex-secretário municipal de Turismo e diretor do Memorial da Epopeia do Descobrimento

Wilson Cruz - ex-secretário municipal de Turismo e diretor do Memorial da Epopeia do Descobrimento

Como você avalia a importância das comemorações dos 500 anos do Brasil para Porto Seguro?

Wilson Cruz - As comemorações dos 500 anos foram um desastre, um momento que não acrescentou nada para a história do Brasil. Eu era amigo de Antônio Carlos Magalhães, mas as responsabilidades tanto pelas atitudes positivas quanto negativas que desqualificaram o evento foram dele. Começou pela proibição de entrada de índios e representantes de movimentos sociais, para que não fizessem questionamentos, desrespeito ao presidente da República. Que se definissem espaços e horários para cada grupo fazer suas manifestações, já que todos, com visões diferentes, queriam falar no mesmo espaço. E o que aconteceu? Polícia na estrada, para impedir que os ônibus chegassem aqui, aquele desastre todo da PM para enfrentar os índios, que moram na Coroa Vermelha. Não tinha por quê. O presidente da República poderia designar representantes para se reunir com cada grupo, ouvir os seus questionamentos, acolhendo assim a todos. Não acho que ficou feio para o país, porque coisas desse tipo acontecem em outros lugares do mundo, mas o evento foi mal organizado e mal conduzido. Ficou feio para quem o conduziu. Ninguém disse que foi o Brasil que fez isso, mas que foi Antônio Carlos, que era quem tinha a responsabilidade de fazer as coisas da maneira certa.

Durante as comemorações foi construída uma réplica da nau capitânia da esquadra de Pedro Álvares Cabral e que não chegou ao seu destino, pois foi avariada, como você enxerga esse episódio?

Wilson Cruz - A questão da nau capitânia (que adernou antes de chegar a Porto Seguro) foi outro desastre. Aquilo foi o Mensalão da época, foi a Lava-Jato da época. Desde que o Brasil é Brasil que se faz isso. Desde que o Caminha pediu na sua carta que o rei favorecesse um amigo dele. A questão da nau capitânia, eu acompanhei, porque nós estávamos também preparando a nau que temos aqui no Memorial. Nós caminhamos juntos nesse processo. Foram pessoas desonestas, porque fizeram uma enganação, porque aquilo de nau, de caravela, não tinha nada. A Marinha não deixaria uma embarcação navegar hoje com as condições

daquela época, porque o seu formato não permite uma navegação segura, porque são barcos feitos, para a época, para navegar no Mediterrâneo. Não eram barcos para navegar no Oceano Atlântico. E por causa disso, perderam muitas embarcações, porque o casco delas era arredondado e não dava equilíbrio, na quilha e no peso, como os barcos hoje precisam ter. Uma nau a vela não seria permitido. Fizeram uma encenação. Contrataram um francês que nem tinha qualificação para tanto, quando estamos cheios de engenheiros navais para isso. Cobraram uma fortuna do governo. R$ 4 milhões na época. Botaram o dinheiro no bolso e aquilo não foi para lugar nenhum, nem conseguiu navegar. Essa embarcação hoje está no Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro, sob a guarda da Marinha, porque o processo está na Justiça até hoje.

Em sua opinião, por que a data do 22 de abril não é comemorada nacionalmente, assim como outras datas magnas da história pátria, a exemplo do 21 de abril, Dia de Tiradentes?

Wilson Cruz - O Brasil perdeu uma excelente oportunidade de tratar o 22 de abril com dignidade, com respeito e admiração. Essa data deveria ser um feriado nacional, porque o Brasil é o único país do mundo que tem uma certidão de nascimento. É importante que essa data seja comemorada, que cada escola participe, que isso seja divulgado intensamente entre nosso povo, de uma ponta do país a outra. Se roubaram ouro, se roubaram pau Brasil, se houve escravidão, isso é uma discussão que tem gente que concorda e outros que discordam, mas se perdeu a oportunidade de comemorar uma data que tem o seu significado.

Sobre o MADE, por que essa ideia não teve êxito?

Wilson Cruz - Quem coordenou isso na época foi o Calé Bittencourt (empresário dono do Terravista Resort), que era amigo do Roberto, filho do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Quiseram tirar proveito da oportunidade das comemorações do descobrimento para fazer um projeto megalomaníaco. Foi bom? Não sei, o projeto era interessante, mas não entrou IPHAN nem outras entidades interessadas no tema. Não vingou porque faltou participação das pessoas envolvidas. Só não teve maior estrago porque não passou da ideia. Não se gastou nada a não ser papel, caderno, propaganda, mas não se fez nada de efetivo. Era uma ideia interessante, que poderia ser discutida, mas não poderia ser feita em pouco tempo se era algo tão abrangente. Era uma coisa ousada, existe em outros países; Roma é assim, a Grécia é assim, têm museus abertos. Faltou diálogo, foi feita no afogadilho para aproveitar que FHC era presidente. Não souberam articular.

Em relação ao monumento de Coroa Vermelha, como foi o processo de aprovação e edificação às vésperas das comemorações?

Wilson Cruz - A Coroa Vermelha é uma encrenca. Aquilo ali é muito complicado. Só Porto Seguro tem 19 aldeias e cada uma tem seu pensamento. A FUNAI tem ideias extremamente radicais e não conseguem organizar aquilo. O monumento foi uma boa ideia, mas foi mal conduzido. É igual a Lei Áurea. Libertaram os escravos e depois os abandonaram à própria sorte. A obra em si foi interessante. A cruz anterior era de madeira, para reproduzir a de Cabral, mas tem detalhes. A anterior era quadrada e os índios usavam madeira redonda. Ali foi rezada a primeira missa. A cruz de aço inox é muito bonita, chama a atenção. É como quem vai ao Museu da Independência. Aquele quadro que retrata a Independência é uma fantasia. Todos sabem que não corresponde aos fatos reais. A cruz foi um projeto do governo federal, que encaminhou a obra. O projeto em si foi interessante, mas os índios estão lá abandonados, sem apoio nenhum. Ninguém quer mexer com índio, que é tutelado, que tem legislação própria. A FUNAI quer mais ver o circo pegar fogo. Tem conflito de terras, mas tem o cara que está na terra há 20 anos e vai disputar a posse com quem está ali há 1000 anos? Por outro lado, não adianta só a posse da terra, se não têm financiamento, se ninguém compra os produtos deles, se não há incentivos.

Comente, por favor, a participação da prefeitura nas comemorações.

Wilson Cruz - A posição da prefeitura na época foi tirar dinheiro do governo federal para fazer obras. Fizeram bem. Independente disso, o 22 de abril é uma grande data a ser comemorada. Alguns consideram o 7 de setembro, mas foi no 22 de abril que se seu o descobrimento, o começo de tudo. Se roubaram ouro, pau Brasil, se teve escravidão, isso é outra discussão. O que existe é xenofobia de quem acha que o acontecimento não tem valor porque foi protagonizado pelos portugueses. Se você diz que os índios estavam aqui há mais de 1000 anos, você também tem que dizer que foram os portugueses que chegaram aqui. Não tem como negar. É um fato histórico. Alguém contesta que foram eles que ocuparam o território. Cabral chegou aqui, ergueu a cruz e era assim na época e a partir daí que tudo começou.

Você é proprietário de um espaço cultural dedicado aos descobrimentos portugueses, qual a importância de preservar essa memória na região onde, oficialmente, se deu o primeiro encontro entre portugueses e índios?

Wilson Cruz - Minha formação é em matemática. Meu pensamento é racional e objetivo. O meu interesse é porque sou filho e neto de portugueses e interessado nessa história. Temos acordo com as cidades portuguesas de Lagos e Belmonte, terra do Cabral. Viajo para Portugal a cada dois anos e já fui recebido pelo presidente da República, recebendo homenagens. No Memorial só se trata de 106 anos da história da humanidade. Começa em 1394, com o nascimento do Infante D. Henrique e vai até 02 de maio de 1500. Daí em diante, deixou de ser Memorial e é história do Brasil. Eu só estou interessado na história das descobertas, nas questões religiosas, sociais, científicas, culturais desse período. Vultos da humanidade, como Da Vinci, Lutero, Michelangelo, Maquiavel, entre outros, viveram nessa época. Hoje dizem que o homem foi ao espaço, mas não se sabe que os astronautas de hoje usam os mesmos cálculos que usavam os navegadores dos séculos XV e XVI, que criaram o astrolábio, o sextante e outros instrumentos de madeira, além de observar a posição das estrelas. Para a manutenção do Memorial, a prefeitura nunca me pagou nada. Nunca teve um patrocínio. É uma empresa privada. Recebo alguns estudantes e professores e cobro uma taxa de R$ 3,00 por aluno, porque tenho despesas, funcionários com carteira assinada e pago meus impostos. Mas nenhum estudante deixa de visitar por não ter como pagar.

Como você vê a importância do evento fundador, longínquo no tempo, para a atual cidade de Porto Seguro?

Wilson Cruz - O sítio do Descobrimento é do rio dos Frades ao rio Mutary. Cabral nunca entrou no território da atual cidade de Porto Seguro. A missa foi rezada em Coroa Vermelha. Isso está na história.

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista realizada com Romeu Fontana – ex-secretário de Turismo de Porto Seguro

Romeu Fontana – ex-secretário de Turismo de Porto Seguro e autor dos livros "Porto Seguro, tudo começou aqui" (1973), "Porto Seguro, de aldeia de pescadores a aldeia global" (1988), "Porseguro é de tribusana"(1990), "O DNA do Descobrimento" (2000) e "Memória Fotográfica de Porto Seguro" (2004).

Como você avalia as comemorações dos 500 anos do Brasil?

Romeu Fontana - Fui secretário de Turismo em Porto Seguro, em 1971, quando a cidade não tinha estrada, aviões, hotéis e pousadas, nem restaurantes, época do prefeito Carlos Alberto de Souza Parracho. Eu era diretor da Secretária Municipal de Turismo à época das comemorações dos 500 anos do Descobrimento e não fui convidado para comparecer ao evento. Não houve celebração. O negócio foi tão especial, no sentido degenerativo, que o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ao invés de desembarcar em Porto Seguro, onde tinha um aeroporto internacional, foi descer em Ilhéus e veio para cá de helicóptero. Ele estava na Cidade Alta, que estava fechada, com pouquíssimas pessoas. Porto Seguro fez um papelão diante do resto do país e do mundo. Aquela imagem do índio sendo acossado no meio da estrada correu o mundo inteiro. Isso poderia ter sido evitado. O comandante da PM chegou aqui com uma ordem específica: borracha! O problema mesmo foi a briga de Antônio Carlos Magalhães com Fernando Henrique. O PT também insuflou os manifestantes, tanto que antes disso Porto Seguro nunca teve MST. O pessoal dos Sem Terra colocou as bandeiras na cara de ACM e ele os chamou para a porrada, para resolver no murro. Os caras quiseram sacanear mesmo, tumultuaram a festa. E depois disso não teve nada. Qual foi o processo de desenvolvimento de Porto Seguro depois da festa dos 500 anos? Nenhum. A cidade recebeu um contingente de pessoas a partir desse evento de baixa qualificação profissional e econômica e não teve consequentemente nenhum ganho com isso. O museu que foi montado para essas comemorações do ano 2000 está lá vazio, às traças, não entra ninguém. Antes ainda ficava com mato em volta, porque a prefeitura não roçava. E além disso, retiraram todas as placas comemorativas que tinha na Cidade Histórica, como a de duas cidades-irmãs de Portugal, entre elas a de Viana do Castelo, berço de Pero do Campo Tourinho. Foi retirada também a placa da assinatura do convênio para a BR-367, com trecho até Monte Pascoal, do Governo Médici (1973). Ficou tudo tão fechado... Aqui na cidade, não teve tanta interferência, porque nessa época não tinha Whatssapp, internet, e poucas pessoas

leem jornais. A fonte de informação era a TV Santa Cruz. Na época, eu cheguei a dar entrevistas sobre o meu trabalho para as comemorações dos 500 anos para a revista alemã Der Spiegel, para o El País e outros meios de comunicação da Europa, mas para as pessoas daqui isso não era nada. Aqui, ninguém liga para isso. Sendo Porto Seguro uma cidade voltada essencialmente para o comércio, a cultura aqui é zero, uma cultura moçárabe, de BR-101.

Ainda sobre o evento...

Romeu Fontana - Fizeram uma encenação da Primeira Missa na Passarela do Álcool, para a qual eu fui, que talvez foi o que houve de melhor naquele evento em termos de cenário, de representatividade, mas a participação do povo foi mínima. Os moradores da Passarela não podiam entrar ali. Só se entrava com convite, o que era uma grande sacanagem. Mas foi coisa de cinema, tipo Frederico Fellini, coisa de qualidade Só que o povo de Porto Seguro não participou de nada. Até eu que tinha um cargo relacionado à coisa, foi o único evento das comemorações dos 500 anos do qual participei. Teatro de qualidade, com representações de caravelas muito bem feitas. Não fui convidado para a encenação em Coroa Vermelha.

Comente as intervenções urbana como preparativos para a festa.

Romeu Fontana - Porto Seguro e Cabrália tiveram um pleno desenvolvimento da Orla Norte a partir de 1974, pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, que é ainda atual. Foi feito todo um planejamento, com estudo de viabilidade para tudo. Quando o prefeito Valdívio Costa assumiu em 1983, ele pegou esse plano e jogou fora e aí começaram os planos diretores. Quem tinha algum poder de interferência junto à prefeitura, de opinar, foi escanteado. Fizeram planos com participação de pessoas que moravam na Índia, em Nova Iorque ou Botucatu e que não tinham nada a ver com o processo de desenvolvimento histórico daqui. Claro que se pode trazer qualquer pessoa de qualquer parte do mundo para cuidar das finanças municipais, por exemplo, mas para os assuntos culturais e urbanísticos tem que ser pessoas que conhecem a região. Em 2000, foi feito um Plano Diretor e o Governo do Estado escolheu uma filha de Porto Seguro, Sandra Parracho para gerenciar esse Plano Diretor, mas fora isso não tinha uma pessoa da cidade que pudesse opinar. Porto Seguro então deixou de ser uma cidade de turismo de qualidade para ser uma cidade de turismo de massa, graças ao início da Soletur, que “quebrou”, e a CVC.

Em sua opinião, qual foi o legado da festa dos 500 anos para o município?

Romeu Fontana - Porto Seguro teve uma grande visibilidade em termos de mídia no ano 2000, mas depois decaiu substancialmente. É hoje uma cidade cheia de mosquitos, de ruas sujas, fedorentas, mal tratada pelo poder público. Hoje, tem duas coisa para o turista, sendo uma o Water Park (Parque Aquático, no Arraial d´Ajuda) e a outra é a caravela (réplica no Memorial da Epopeia do Descobrimento, na Orla Norte). Praia tem em tudo quanto é lugar da costa brasileira.

Sobre o fiasco da Nau Capitânia, qual a sua opinião?

Romeu Fontana -Aquilo, só de madeira, custou R$ 1,5 milhão. A nau inteira custou R$ 5 milhões para o estado e ela foi feita por açougueiro, maquiadores, porque carpinteiro náutico não mexeu ali, porque o cidadão responsável veio da França. Porto Seguro, desde o século XIX, tem uma certa qualidade em fazer barcos. Se fosse feita aqui ou em Maraú teria sido muito melhor. O que eles fizeram não teve sustentabilidade, não teve lastro. Tem um peso que se coloca na embarcação para que ela fique flutuando e não balance muito. Não botaram lastro e fizeram um mastro muito alto e então ela balançava demais, para a frente e para trás, de acordo com a onda. Na primeira vez que saíram com ela, em Salvador, a nau já deu problema com a hélice da embarcação. Isso quem me falou foi uma pessoa da Prodetur. E pensar que Portugal no século XVI, com a Escola de Sagres, dava um show perante o mundo. A Escola de Sagres era como a Nasa hoje.

Por que, em sua ótica, o Museu Aberto do Descobrimento não deu certo?

Romeu Fontana - Eu fui entrevistado sobre o MADE, que tinha a frente pessoas como Roberto Pinho e Calé. Eles sabiam que eu sempre escrevi sobre a história de Porto Seguro e não me participaram disso. Eles estavam pegando apoio logístico e cultural da Universidade de Brasília – UNB -. A reitora da UNB e o Jornal Correio Braziliense me perguntaram se eu conhecia o MADE e eu disse que conhecia, que era uma revista de humor. Aquilo era uma grande picaretagem. Fizeram um livro, com dinheiro da FIESP, defendendo o Museu Aberto, mas era um projeto econômico. Queriam fazer estradas, com acessos a loteamentos e condomínios. Por causa dessas projeções para o MADE, acabaram com a lagoa azul, já que represaram o riacho que havia em cima. Para mim, isso foi uma piada. Porto Seguro (no ano 2000) deu um vexame total perante as autoridades portuguesas. Os portugueses estavam dispostos a investir aqui, desde os anos 90. Cidades irmãs como Fafe e Viana do Castelo enviavam representantes e depois não vieram mais aqui. Tinham livros, matérias, reportagens

publicadas sobre Porto Seguro. Tinham interesse de pesquisa na região. Não vejo mais disso. Talvez porque não se sentiram prestigiados e não foram mesmo.

Sobre o monumento de Coroa Vermelha, como foi o processo de escolha e implantação (ereção da cruz)?

Romeu Fontana - Havia uma pessoa de sobrenome Lins que pretendia fazer um píer ali em Coroa Vermelha, uma monstruosidade. Mesmo não tendo nada a ver com Cabrália, eu fui contra e ameacei entrar na Justiça para impedir. Mas ainda bem que o Iphan não deixou. Coroa Vermelha, antes da rodovia, era mais bonita, com sua simplicidade. A primeira pessoa a falar em história de Porto Seguro foi o padre Manuel Aires de Casal, em 1817. A primitiva povoação de Santa Cruz ficava próxima ao Outeiro da Glória, onde hoje está o Porto Seguro Praia Hotel. Como a povoação foi mudada para Cabrália, porque a daqui foi destruída, passou a haver a ocupação daquele território. Em 1900, a cruz da celebração da Primeira Missa era na praça das Pitangueiras, em Porto Seguro, em frente à praia do cruzeiro. Em Coroa Vermelha, fizeram uma cruz bem mais recentemente, por dona Maria de Lourdes, titular do cartório de Eunápolis, esposa do coletor federal Eliezer Leite. Era uma mulher católica, que mandou fazer uma cruz à semelhança da que fica em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Cabrália. O general Moraes Rego, comandante da 6ª Região Militar da Bahia, chegou aqui com a diretora do Mobral, em 1978, e organizou uma encenação da Primeira Missa lá. Nós comemorávamos o 22 de abril em Porto Seguro e eles o 26 de abril. A cruz de Mário Cravo é uma prótese. A cruz anterior não era original, mas era lavrada toscamente de madeira, o sítio era mais interessante, mais rústico. Aquilo não tem nada a ver.

E a localidade hoje vivencia polêmicas em torno da titularidade das terras do entorno, envolvendo índios e não-índios...

Romeu Fontana - As pessoas tinham um sentido maior de indígena daquilo ali, apesar de não haver índios lá. O primeiro índio que chegou ali se chama Itambé e foi um índio que eu levei em 1980 para dar um presente ao Papa. Itambé chegou lá na época da construção da estrada, em 17 de novembro de 1972. Meu pai foi a primeira pessoa a ter carro na região e a entrar lá e Coroa Vermelha não tinha índios mesmo. Os índios daqui eram os tupiniquins e estavam afastados de lá 9 km, 10 km. Esses índios só vieram para Barra Velha por volta de 1861. Em 1951, sofreram repressão da polícia e foram expulsos de lá, por conta da tentativa deles de invadir terras em Porto Seguro. Aqui já teve Tupiniquins, botocudos, pataxós, maxakalis de Pau Brasil, teve um monte de tribos. Em 1969, eu fui lá na Barra Velha e conheci o cacique

Tururim, que ainda está vivo. Quando Antônio Carlos Magalhães veio pela primeira vez em Porto Seguro, em 1971, inaugurar uma obra, no mandato do prefeito Parracho, eu e o prefeito combinamos de levar seis índios, com arcos e flechas que iríamos dar a eles, para o evento. Mas ao invés de vir seis, veio uma canoa cheia. Não demos os arcos, porque eram feitos de plástico. Em dezembro daquele ano, o professor de sociologia da UFBA Pedro Agostinho veio para Porto Seguro, acompanhado da antropóloga Maria Rosário Carvalho, e ensinou aos índios tudo que eles sabem hoje de arco e flecha, entre outras coisas relacionadas a índios. Como a BR-367 ficou pronta, esses índios se mudaram para a localidade e assim surgiu os índios de Coroa Vermelha.

É importante ressaltar que desde as suas origens a Capitania de Porto Seguro vivenciou conflitos entre indígenas e colonos, o que pode nos ajudar a entender as atuais controvérsias a esse respeito.

Romeu Fontana - Por volta de 1600, a capitania se despovoou devido aos ataques dos aimoré. Incendiaram quase tudo e só restou 30 casas. Os tupiniquins não eram índios praieiros e foram embora. Só ficaram os aimoré, que eram os mais bravos e os tapuia. Tinha inclusive um cacique tapuia de nome Tateno, que queria que a Capitania de Porto Seguro fosse completamente destruída. Imagine no início do século XVI, aqueles portugueses barbudos, com pouco higiene, nas condições dos navios, chegavam aqui e encontravam aquelas beldades indígenas. Imagine o confronto cultural resultante disso. O próprio Caminha descreveu as partes pudendas das índias ao rei de Portugal. Os portugueses fundaram então a Igreja de São Francisco, no Outeiro da Glória, por volta de 1503. Os colonizadores colocaram os índios para trabalhar, que não tinham esses costume, forçaram a aprender uma língua e usaram as mulheres dos índios. Os índios, por volta de 1505, mataram de porrada todos os portugueses, que passaram a ser considerados os protomártires. Os índios se vestiram com os hábitos dos padres, tentando com isso atrair os outros portugueses para matá-los, mas estes viram de longe, pelo andar, que não eram os padres e com isso evitaram um massacre muito maior.

APÊNDICE D – Transcrição da entrevista realizada com Karkaju Pataxó - representante indígena nas comemorações dos 500 anos do Brasil

Karkaju Pataxó - representante indígena nas comemorações dos 500 anos do Brasil

Como os povos indígenas veem as comemorações dos 500 anos do Brasil, ocorridas no ano 2000?

Karkaju Pataxó - A comunidade não tratava como festa a comemoração dos 500 anos. Na época, havia um movimento nacional de mobilização indígena chamado "Brasil outros 500", cuja ideia era se contrapor aos objetivos da festa. Enquanto o cenário no país era voltado para as comemorações, para a comunidade indígena era um momento de reflexão, de tentar entender o que seria esse encontro entre povos que gerou tanta devastação para os povos indígenas. A grande maioria dos índios trata a questão do descobrimento do Brasil como uma invasão. No meu caso, penso diferente. Penso como um grande encontro e, mais tarde, pesquisando algumas coisas, vemos que já era uma terra visitada, que os europeus já tinham noção que existia povoamento nesse território. Esse descobrimento, ou invasão, só foi ter base legal por conta da carta de Pero Vaz de Caminha. Já havia relatos mais antigos de outros povos que visitaram o território nacional antes de Cabral.

Sobre as manifestações populares durante a festa e a posterior repressão policial, qual a sua posição?

Karkaju Pataxó - Tivemos vários momentos durante a festa que culminaram com o enfrentamento com a PM baiana. O movimento Brasil Outros 500 discutia a elaboração de um documento a ser entregue ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e faríamos uma marcha de Coroa Vermelha até Porto Seguro. O sistema de inteligência da PM monitorava todas as reuniões que aconteciam e identificou o horário em que a marcha aconteceria. Fizeram a intervenção nas rodovias, instalando barreiras policiais e no dia em que foi determinado para a caminhada, a polícia fez uma intervenção brusca e desnecessária, até porque era consenso das comunidades, das lideranças que compunham o movimento, fazer uma caminhada pacífica. Ninguém tinha a intenção de barrar a festa, de fazer nada disso, mas a polícia fez a intervenção na caminhada com bombas e isso foi muito ruim e causa desconforto lembrar. Não havia só o movimento indígena, mas também quilombolas, movimento negro, movimento punk, entre outros. Vários segmentos da sociedade organizada estavam lá. Tínhamos também a intenção de ler a carta feita por Jerry Matalawê na Reserva

da Jaqueira, na ocasião em que a Igreja Católica pedia perdão aos indígenas pelos erros do passado. A intervenção da PM foi muito truculenta.

O município de Porto Seguro, assim como o seu trade hoteleiro, explora a questão do Descobrimento do Brasil com o viés turístico, como ficam os índios nesse contexto?

Karkaju Pataxó - Não há um trabalho feito para valorizar a imagem das comunidades indígenas no que tange à exploração turística de Porto Seguro como "terra do Descobrimento". As comunidades são usadas nesse contexto. Hotéis, agências de viagem, restaurantes, vários setores envolvidos, utilizando nomes indígenas, mas a relação com essas comunidades é muito distante. Quando tratamos de questões como a da posse dos territórios, há uma negação de que os pataxós sejam daqui e da própria presença indígena na região, mas o turismo é feito com a imagem indígena e não há esse retorno. Não há também por parte dos índios um trabalho de sensibilização quanto a isso. São poucas as aldeias que fazem esse trabalho com foco no turismo e as que trabalham sempre o fizeram de modo irrisório em relação a algo maior em relação a esse turismo, ao que a gente quer e ao que seria a valorização desses povos e sua cultura nessa questão.

A Igreja Católica teve um papel preponderante na expansão marítima portuguesa e na consequente colonização do Brasil, como é a sua relação com os índios atualmente?

Karkaju Pataxó - A Igreja Católica foi uma das principais ferramentas de aniquilação da cultura indígena, na forma como ela pregava, como ela tratou de forma negativa a religião indígena. A catequese foi uma ferramenta usada, assim como a proibição do uso da língua. Mas tem também um lado positivo. Por exemplo, as principais festas religiosas nas aldeias são católicas, como São Braz, São Sebastião e até os mais velhos fazem uma reverência à Igreja Católica, uma vez que ela entrou forte na nossa cultura, apesar de ter transformado a religião indígena em algo negativo, cheio de "pecados". Observamos por exemplo, que alguns rituais nossos começam de forma ajoelhada, como católicos, algo que foi inserido em nossa cultura. Quando alguém mais velho tenta fazer um trabalho de resgate da nossa religião, vai se deparar com símbolos católicos, como sinal da cruz e outros. Isso está atrelado a memória indígena.

Qual é a visão dos índios a respeito do monumento erguido em Coroa Vermelha comemorativo da Primeira Missa no Brasil?

Karkaju Pataxó - A cruz de Mário Cravo em Coroa Vermelha, uma parcela da comunidade a entende como uma espada cravada no coração da cultura indígena. Não tem nada a ver com nossa cultura. O formato também, a ideia de Mário Cravo de modernizar a cruz, gerou reações dos mais velhos, que são católicos, ferindo essa simbologia. Quando houve o acordo com os índios, veio o pacote, sendo que toda a parte de autorização da aldeia, envolvendo o Parque Temático do Descobrimento, foi dessa época e a cruz fazia parte do projeto, tanto que o monumento de resistência indígena só foi construído mais tarde, no Parque Monte Pascoal. Quando foi retirada a cruz antiga, de madeira, salvo engano, a terceira versão da cruz original da Primeira Missa, foi levada para o bairro V Centenário (em Santa Cruz Cabrália) e depois a comunidade indígena se mobilizou, com apoio da Igreja Católica, para trazer a cruz de madeira de volta para a praça do Cruzeiro, onde está hoje próxima a de Mário Cravo. Mas depois também foi perdendo a simbologia, porque a comunidade não se organizou para manter o espaço original da festa dos 500 anos e que tinha embelezado mais aquela área. Além disso, com o crescente aumento das igrejas evangélicas nas aldeias, a Igreja Católica foi perdendo território e essa simbologia foi ficando de lado. Não tem hoje uma representação tão forte como durante a festa dos 500 anos.

E a respeito do Museu Aberto do Descobrimento?

Karkaju Pataxó - Eu acompanhei várias reuniões sobre a preparação da festa dos 500 anos. Originalmente a área era maior, depois foi diminuindo. Teve várias versões de projeto para Coroa Vermelha e alguns não foram à frente porque a ideia principal não vingou. A comunidade era menor, mas quem decidia eram as lideranças, até como estratégia de posse do território, tanto que a homologação da área de Coroa Vermelha se deu entre 1998 e 1999. A comunidade teve que aceitar o projeto, por acreditar que haveria um ganho financeiro maior para os índios, mas o projeto não abrangia todos os moradores. Quem vê Coroa Vermelha como está hoje (favelizada), imagina que houve um descontrole da gestão do território pela comunidade, mas na verdade foi uma necessidade, porque o número de lojas que foi colocada para a comunidade era menor do que as necessidades da população. Além disso, criou-se uma ideia de “Eldorado dos índios” e houve uma migração de índios de outras aldeias e de outras regiões para Coroa, acreditando que por conta do projeto dos 500 anos que todo mundo iria ganhar dinheiro. Mas a comunidade não estava preparada para esse boom. O projeto de homologação não atende a uma ideia antiga de ampliação de território. Foram 522 hectares divididos nas glebas A e B, tendo a parte da agricultura, a da Reserva da Jaqueira e a área urbana, a de Coroa Vermelha, com só 72 hectares. Com essa migração de índios vindos de

outras aldeias, o território não suportaria, como não suportou a população que veio para Coroa, porque havia a imaginação que seria um lugar fácil de se ganhar dinheiro e não foi. Foi um projeto fracassado.

Como você avalia o que vem sendo feito hoje em dia visando o resgate da memória indígena?

Karkaju Pataxó - Não falamos de resgate da memória indígena, mas em manutenção da cultura. Temos hoje uma coordenação que cuida disso, que é a Coordenação Patchorrã, que trata da história e da cultura indígena, no caso a língua pataxó (o patchorrã), que era vista como uma língua morta, um dialeto e esse grupo é responsável por fazer todo esse projeto de pesquisa e registro. Todo índio é por si só um pesquisador, levantando histórias familiares, etc. Temos hoje o patchorrã sendo usado em todas as escolas indígenas de Minas e da Bahia, temos a competição de material didático na língua pataxó. A nossa cultura não ficou estática, sofreu influências e tem suas dinâmicas, com clãs familiares mantendo ou não a religião indígena, já que também há famílias evangélicas ou católicas. Temos nas aldeias as figuras do cacique e do pajé, mas na tradição pataxó não seria para ter nem cacique nem pajé, mas para ter clãs familiares, chefes de famílias. Quando se estabelece um pajé, deixa-se de dar atenção a outros conhecedores da ciência indígena, como uma parteira, um rezador, um raizeiro, os que detêm a ciência dos sonhos. Tem relatos da cultura pataxó que foram feitos a partir de sonhos, que não foram feitos de maneira escrita nem por entrevista, mas através de sonhos e quando se apresenta a figura do pajé, ele acaba eliminando todos esses conhecedores dessa ciência. A ideia de xamanismo, por exemplo, é muito ligada ao índio norte-americano, mas cada grupo indígena tem a sua maneira de lidar com sua cosmologia. Por exemplo, um povo pode ter uma ideia de um deus criador, mas sem a noção de medo, de pecado, de punição.

E em relação às políticas públicas para essa população?

Karkaju Pataxó - Porto Seguro tem cerca de 19 aldeias, com uma estimativa de 7.000 ou 8.000 índios. Os pataxós são o maior grupo representado, mas também há descendentes de tupinambás, pataxós hãhãhãe, xavante, caiapó, guaranis, entre outros. Não há uma intenção para se emancipar o índio, de forma que deixem de viver à margem da pobreza. É interessante para os políticos manterem-nos como coitadinhos, não para transformar os territórios homologados em territórios produtivos, de maneira que os índios tenham sua autoestima elevada e conquistem um papel mais proeminente na sociedade. Entretanto algumas pessoas

esperam políticas de governo e até se fazem de coitadinhos, tendo condições de buscar evoluir como pessoa, social e materialmente.

APÊNDICE E – Transcrição da entrevista realizada com Dom José Edson Santana Oliveira – bispo da Diocese de Eunápolis

Dom José Edson Santana Oliveira – bispo da Diocese de Eunápolis

Qual o significado para a Igreja Católica da festa dos 500 anos do Brasil?

D. José Edson - Celebrar com a Nação os fatos e realizações que compõem a trajetória histórica do Brasil. De modo especial, celebrar a fé, porque associado ao marco do Descobrimento, a Igreja esteve presente como sinal profético e evangelizador, nesse sentido, celebramos também os 500 anos de Evangelização no Brasil.

Como foi a participação da Igreja no evento, em que esteve presente o legado do Papa João Paulo II, Cardeal Ângelo Sodano?

D. José Edson - A Igreja sempre esteve envolvida nas questões sociais, não poderia se ausentar de celebrar com o povo brasileiro a História do Brasil. Principalmente nos últimos anos, há uma ênfase muito acentuada na direção do diálogo, da acolhida e da participação nas questões pertinentes aos interesses da sociedade. A vivência da fé exige participação e compromisso, por isso, não podemos ser omissos às questões sociais. Impossibilitado de estar presente, o Santo Padre enviou o seu representante que em nome da unidade da Igreja, presidiu a Santa Missa Solene com todos os Bispos (do Brasil, Timor Leste, Portugal, África e os Bispos da América latina), Padres, Religiosos, Religiosas, autoridades civis e militares e todo o povo de Deus.

Tendo sido um dos pilares da colonização dos territórios ultramarinos portugueses, através da catequese, como a Igreja vê a questão do descobrimento do Brasil?

D. José Edson - Como todas as ações humanas, o descobrimento esteve cheio de contradições, excessos e erros históricos. Não podemos reivindicar da História o papel de juízes dos fatos do passado, não podemos avaliar o sentido dos fatos, mas sabemos que também coisas boas aconteceram. As conquistas, descobertas, colonizações e apropriações foram sempre invasivas, exploratórias e de imposição de uma cultura forte sobre a outra. Todos esses dados a história e a antropologia nos fornecem. A Igreja participou do processo da descoberta e colonização como qualquer outra instituição religiosa que estivesse ligada ao poder dos colonizadores participaria. Com certeza, muitos erros foram cometidos por pessoas

que queriam acertar, mas que não souberam usar as formas adequadas, no entanto, tudo que temos da cultura, da arte e da fé nos foram passados por esses homens de boa vontade. Somos herdeiros desse grande patrimônio cultural da fé, que não pode ser negligenciado.

Como é a relação atualmente da Igreja com os povos indígenas?

D. José Edson - A Igreja Católica no Brasil tem organismos e ações pastorais específicas para a assistência religiosa aos povos indígenas. Em nossa Diocese de Eunápolis há uma assistência permanente aos povos indígenas com diversas pastorais atuantes. Ao índio é dada atenção especial na Igreja, justamente pelos atrasos e prejuízos históricos. A nível nacional temos o CIME (Conselho Indigenista Missionário) que tem núcleo de assistência aos índios em cada uma das Dioceses do Brasil.

Sobre a cruz de Mário Cravo, erguida em Coroa Vermelha, onde teria sido celebrada a Primeira Missa do Brasil, qual a sua opinião?

D. José Edson - Nós, homens e mulheres, precisamos dos símbolos, sinais e referências que associamos a determinados fatos e pessoas. A cruz é um sinal cristão da fé. Alguns quiseram propagar um discurso de imposição e de opressão. A cruz para nós católicos sempre foi um sinal de redenção. Cristo do alto da cruz assumiu a condição humana e elevou ao Pai toda a humanidade. Aquela cruz, projetada pelo artista Mário Cravo, foi colocada naquele local histórico, marco da Primeira Missa no território brasileiro, como um sinal da presença da Igreja, da fé e da tradição do brasileiro. Hoje, como tantos outros sinais (somos uma sociedade imagética), a cruz continua eficaz e simbólica de uma tradição da fé e da história do Brasil.

Durante as comemorações do ano 2000, houve manifestações e repressão policial, noticiadas mundialmente, como a Igreja vê esses episódios?

D. José Edson - O espaço democrático permite que todos se manifestem livremente. Infelizmente, um grupo de pessoas, movidas por ideologias de esquerda quiseram tumultuar a cerimônia. Se houve excesso ou não, por parte das forças policiais, não tenho fundamento para afirmar, mas foi largamente noticiado pela imprensa que manifestantes foram contidos porque excederam em suas manifestações. É saudável que cada um possa reivindicar seus interesses e os do bem comum. Ocorre em alguns casos que os reivindicadores não sabem reivindicar, não escolhem o momento, a forma e o lugar adequado e acabam gerando

transtornos a pessoas que nem sabem a razão das manifestações, e sendo assim, essas reivindicações perdem quando nascem o seu sentido e objeto de alcance.

Sendo Porto Seguro o local onde se deu o descobrimento do Brasil, e onde teria sido rezada a Primeira Missa (no território atualmente pertencente ao município de Santa Cruz Cabrália), por que a Diocese é em Eunápolis e não em Porto Seguro?

D. José Edson - A cartografia estrutural das dioceses é desenhada por um conjunto de elementos. Basicamente a Nunciatura Apostólica, organismo que representa a Santa Sé no Brasil (Brasília-DF), é quem reúne os dados para compor o território de uma diocese. Quando da criação da Diocese de Eunápolis, predominou a cidade de maior movimento e melhor localização geográfica da região, calhou que Eunápolis reuniu essas condições. Parte do território foi desmembrado da Diocese de Itabuna e a outra parte da Diocese de Teixeira de Freitas. Nesse espaço geográfico, após várias consultas, entendeu-se que Eunápolis seria melhor para sediar o movimento e atuação diocesana. No entanto, vale ressaltar que dentro da diocese sempre há uma ou mais cidades que se destacam, isso é absolutamente normal.

Como V. EX.ª REVMA enxerga o legado dos jesuítas, ordem a que pertence o Papa Francisco, para Porto Seguro e o Brasil?

D. José Edson - Mais uma vez, estamos diante de um tema que já nos chega influenciado por tendências interpretativas positivas e negativas. Infelizmente, quase sempre nesse dualismo predominam as tendências negativas. Quem somos nós, para fazer um juízo crítico daquele momento histórico, próximo do 1549 da descoberta do Brasil, em que o território da colônia necessitava de professores, educadores, civilizadores e todo tipo de contribuição que servisse de base humanizadora. A Igreja trouxe a sua larga experiência humanizadora e intelectual, como já ocorria em Lisboa e Coimbra, centros de referência universitária na Europa e para a formação dos primeiros intelectuais para a colônia. Por razões diversas, desacordos e contradições sociais e políticas criaram um ambiente hostil em que os jesuítas foram atingidos. Os interesses do Estado foram personificados no Marquês de Pombal e a partir daí iniciou-se uma perseguição contra os jesuítas que na verdade escondia outros interesses. Quantas ruínas de escolas jesuítas temos em nossa região e quanto tempo a colônia e depois o Brasil ficou abandonado de uma educação que preparasse bem o cidadão. Na verdade, até hoje a educação no Brasil não é prioridade.

A Igreja está envolvida na luta pela terra, através das pastorais que tratam desse tema, como V.EX.ª REVMA vê as reivindicações dos pataxó?

D. José Edson - São reivindicações justas, históricas e que merecem a atenção adequada do Estado. Sem excessos e sem violência, há que se promover o respeito e o valor por nossos povos indígenas.

Na opinião de V. EX.ª REVMA, a importância de Porto Seguro para o credo católico (monumentos coloniais, festas religiosas, etc.) se mantém inalterados a despeito da exploração turística da cidade, em que é vendida como local de "licenciosidade" (bebidas, drogas, sexo promíscuo, etc.)?

D. José Edson - O mundo testemunha o progresso. O progresso nem sempre significa avançar, em alguns casos é retrocesso. É positivo que a cidade de Porto Seguro avance na direção do progresso e isso não colide com a vivência da fé. A fé deve dialogar com o progresso, com a sociedade, com as forças políticas e com os novos movimentos. Nesse ambiente, o católico é chamado a testemunhar a fé sem radicalismo, sem moralismo e sem querer impor nada a ninguém. A vivencia da fé é testemunho e não imposição. Um católico que viva bem a sua fé, naturalmente vai atrair outras pessoas para a Igreja. Ser católico com convicção é saber conviver com o diferente e testemunhar a alegria de ser de Jesus Cristo e da Igreja.

APÊNDICE F – Transcrição da entrevista realizada com o professor Francisco Cancela

Francisco Cancela -Professor adjunto de História do Brasil da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - e do curso de Doutorado da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB -, Doutor em História Social do Brasil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA -e autor do livro História da Capitania de Porto Seguro (Paco Editorial. São Paulo/SP, 2016).

Como você enxerga a questão do Descobrimento do Brasil?

Francisco Cancela – A chegada dos portugueses na América foi um capítulo da expansão comercial europeia no contexto da crise do feudalismo e ascensão do capitalismo. O que motivava os portugueses era o acesso a mercadorias que eram extremamente valiosas para o europeu e no centro da atenção era o comércio com o Oriente, no que se conhecia genericamente como Estado das Índias. Toda a preocupação com desenvolvimento tecnológico, com rotas marítimas, tinha como principal elemento vencer a concorrência com os muçulmanos, que controlavam a rota terrestre para esse mercado. Os cristãos buscavam uma rota alternativa para as Índias. Um outro aspecto que considero relevante é que a própria esquadra de Pedro Álvares Cabral tinha como objetivo central a conquista de Calicute. Cabral tinha como ordem régia usar o mesmo percurso que Vasco da Gama fez, usando inclusive anotações de Gama como referência para a navegação e um dos grandes desafios nessa rota que percorria toda a costa africana era encontrar postos onde as esquadras pudessem parar para poder reabastecer de água, de alimentação, fazer pequenos reparos, etc. Quando Vasco da Gama fez a sua viagem, dois anos antes de Cabral, ele observou que ao fazer a curva do mar, indo a Oeste, havia sinais de terra. Cabral teve a orientação de investigar essas evidências de terra para poder explorar aquele ponto para fazer um entreposto para as aguadas dos navios. E é nesse contexto que Cabral chega à América, num território que talvez já fosse conhecido pelas notícias de navegação dos espanhóis que tinham chegado na América Central um pouco antes; já era conhecida a cartografia que circulava na Europa apontando a existência do continente, não nas dimensões reais, mas já com indícios.

Qual era a importância de Pedro Álvares Cabral naquele contexto?

Francisco Cancela - Toda a estrutura da frota cabralina era militar, visando à conquista das Índias e um terceiro aspecto é perceber como a construção do mito da origem do Brasil em 1500, da transformação de Cabral em patrono do Brasil, se dá posterior ao evento, sobretudo a

partir do século XIX, até porque quando Cabral retorna das Índias, ele retorna como um verdadeiro fracassado, já que o objetivo principal da sua missão não foi alcançado, uma vez que ele não conseguiu conquistar Calicute, nem diplomaticamente nem militarmente, nem convenceu o chefe de Calicute a executar as transações comerciais com Portugal, fazendo com que fosse relegado ao ostracismo por completo. Cabral morre sem obter nenhum tipo de privilégio, de distinção pela Coroa Portuguesa, porque ele não conduziu os acontecimentos da forma com que a Coroa desejava, de tal modo que das 13 embarcações que saíram de Lisboa, apenas cinco retornaram. Houve perdas muitos grandes e as embarcações retornaram com poucas mercadorias. Houve uma frustração por completo. A terra encontrada em 1500 passou a ter intervenções da Coroa de forma muito pontual. Há documentação do período de 1500 a 1530 em que a terra era basicamente um entreposto no caminho para as Índias, inclusive com referências muito claras a Porto Seguro, dando conta de que a chegada de Porto Seguro era a mais curta para fazer essa aguada e seguir viagem. Óbvio que depois a cobiça por mercadorias, a exploração econômica, vai fazer com que a Coroa se volte para um processo mais efetivo de ocupação e colonização da América portuguesa, disse, reforçando que Pedro Álvares Cabral foi um verdadeiro fracassado para a missão a ele delegada e que só no século XIX é que a historiografia vai elevá-lo a condição de patrono do Brasil. Essa narrativa era necessária para a afirmação do estado nacional, que nasce inclusive guiado por um português, para justificar a própria condução do Estado Brasileiro por um Bragança, a grande contribuição de Portugal para a civilização que hoje é o Brasil.

Como se deu o início da ocupação do território do atual município de Porto Seguro?

Francisco Cancela - Em 1503 é instalada a Feitoria de Porto Seguro, que consistia num entreposto para armazenamento de pau-brasil e outros produtos, até que navios vindos da Europa recolhessem esse material. Havia, portanto um posto militar de um lado, para proteção contra inimigos internos e externos, ou seja, índios que não fossem aliados e também franceses e espanhóis que já visitavam o nosso litoral, e de outro lado uma igreja, onde hoje fica o Outeiro da Glória, que era uma obra missionária, por dois padres franciscanos. Perto do posto militar foi instalado o Fortim (guarnição de canhões estrategicamente posicionados para proteção da costa). Esses dois polos, a feitoria e a Igreja de São Francisco do Morro da Glória, podem ser considerados marcos iniciais da ocupação portuguesa. Entretanto padrões foram chantados no litoral brasileiro, não apenas em Porto Seguro, mas também em Salvador, no Rio Grande do Norte e em outros locais como marcos da presença do Rei de Portugal; era essa a sua maior simbologia.

Como você vê a temática do Descobrimento frente aos debates atuais em torno da identidade do povo brasileiro?

Francisco Cancela - A ideia do Descobrimento precisa ser repensada. Recentemente, em Lisboa, a Câmara Municipal aprovou a criação de um museu, intitulado, pelo presidente da Câmara, como Museu do Descobrimento e isso acabou tendo como reação um manifesto de mais de 150 historiadores portugueses de grande produção acadêmica, cujo argumento é que falar em descobrimento é incorrer num erro histórico, porque a narrativa do Descobrimento é uma narrativa que só tem como perspectiva o olhar do europeu, não levando em consideração o olhar de quem está do outro lado do Atlântico, seja os asiáticos, os africanos ou os americanos. Para esses povos, que possuem uma história, organização social e dinâmicas territoriais próprias e das mais variadas, tendo em vista que este território conhecido como Brasil era habitado por inúmeros grupos indígenas, com suas línguas, religiões, etc., aquele processo não foi compreendido como descobrimento. Eles não estavam perdidos para serem descobertos por alguém e a sugestão desses 150 historiadores é que o museu fosse um Museu da Expansão Portuguesa. É um contraponto numa narrativa que merece reflexão. A memória que circula em Porto Seguro é sempre a memória dominante, a memória eurocêntrica. Quando se chega à cidade, o primeiro monumento que se vê é a estátua de Pedro Álvares Cabral. As vias mais conhecidas são avenidas 22 de abril, Navegantes, Portugal, rua Pero Vaz de Caminha, etc. Toda a memória que circula na cidade é a que valoriza uma narrativa eurocêntrica da nossa história. Todavia usar o termo invasão em vez de descobrimento não resolve, é preciso entender o porquê dessa narrativa eurocêntrica e, através da valorização dos outros sujeitos que participaram do processo de formação da nossa sociedade, construir uma narrativa plural. Isso exige um repensar da ideia do Descobrimento.

E como ficou a memória indígena nesse processo de construção da história nacional?

Francisco Cancela – A memória indígena foi tratada pela historiografia a partir do século XIX. Os povos indígenas foram completamente excluídos da história. Francisco Varnhagen (1816-1878), que foi um dos grandes intelectuais do IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro -, foi autor da primeira grande síntese da história nacional, “A História Geral do Brasil”, e nesse texto ele vai afirmar que dos povos nativos, dos povos indígenas, não é possível se escrever história, mas apenas fazer etnologia, porque a perspectiva de produção histórica que havia naquela época levava em consideração a existência de documentos escritos e oficiais. Como as populações indígenas não produziam esse tipo de fonte de registo da sua dinâmica histórica, eles estavam fadados ao esquecimento da historiografia. Então, o

máximo que podia ser realizado era um estudo no campo da antropologia, que levasse em consideração sua organização social, suas características etnográficas, como o modo de se pintar, mas sem explorar as suas diversas formas de estratégias de resistência, de alianças, que esses povos construíram com a sociedade colonial. Além de excluir os índios da história como sujeitos, essa historiografia teve também uma perspectiva de silenciar a memória indígena, eliminar a presença indígena na formação da nossa sociedade. Para esses intelectuais, representantes das elites fundiárias do país ou entes estatais, interessava construir um discurso que justificasse a própria eliminação dessas populações. Essa historiografia vai ser construída a partir do binômio tupi-tapuia, como se só existissem esses dois grandes grupos indígenas no Brasil: o tupi, aliado dos colonizadores, de quem se pintava uma visão romântica, mas que ficou no passado, não existindo mais, e o tapuia, que era o índio inimigo, uma barreira à colonização, contra quem se justificava a "guerra justa", a escravização ou o extermínio. Essa historiografia vai acabar assumindo esse papel do silenciamento do protagonismo indígena a partir do momento em que usa esse binômio para analisar as relações interétnicas e ao mesmo tempo nega a possibilidade dos índios terem atuado enquanto sujeitos protagonistas de sua própria história, de modo que não conseguimos observar na narrativa histórica produzida no Brasil a presença dos índios nos episódios posteriores à chegada do europeu. Quando abrimos um livro didático, a presença do índio está exclusivamente nos primeiros capítulos. Por exemplo, quando lemos sobre os engenhos de açúcar, quase nada se fala sobre os índios, quando sabemos que eles participaram ativamente dos engenhos, seja na condição de escravizados, seja como aliados, em Porto Seguro, Salvador, São Vicente, etc., e não apenas no início da colonização. Esse processo de silenciamento, de exclusão, é a marca principal da nossa historiografia.

Em minha dissertação de mestrado, defendo que o monumento de Coroa Vermelha evoca duas potestas, Estado e Igreja respectivamente, como elementos formadores da nação brasileira sob o prisma dominante, como você analisaria essa proposição?

Francisco Cancela - Concordo que a cruz de Mário Cravo evoca as duas potestas pelas quais se fundamentou a sociedade brasileira, tendo em vista que não havia a presença portuguesa sem a presença do Estado e da Igreja. O rei era o prior da Ordem de Cristo, responsável legal por expandir a fé católica. Era a obrigação dele através do Padroado, que foi conveniado com Roma. Em relação a Primeira Missa, a historiografia vai transformar aquele ato num ato de fundação da sociedade brasileira, numa perspectiva extremamente eurocêntrica e, mais do que isso, civilizacional, porque o ato de rezar a Primeira Missa é o ato de apresentação dos valores

morais, éticos, sociais necessários para um novo futuro que seria implantado a partir dali. A historiografia, sobretudo no século XIX, embora já conseguimos notar isso nos escritos dos cronistas coloniais que vão fazer referência à ereção da cruz para a celebração da Primeira Missa, garantindo assim "a fé e a conversão do gentio". A partir daquele momento, os gentios passam a ser cristãos e sendo cristãos eles entram na sociedade colonial portuguesa, portanto, passam a ser agentes da própria colonização. Era um mecanismo muito simples na época e que a historiografia vai transformar no mito fundacional da nossa sociedade. Há uma coisa bem emblemática nessa historiografia: colonizar é o ato de "civilizar", mas que civilização é essa? É a civilização baseada na imposição, na violência, na usurpação territorial, na eliminação das diversas formas de pensar o sobrenatural, na forma de se relacionar com o outro. É esse tipo de civilização que vai ser imposta a partir daquele momento. O que é mais interessante é que não apenas a historiografia, mas também a intelectualidade do século XIX, imbuída da ideia da consolidação do Estado Nacional Brasileiro, vai fazer daquele ato o ato central para disseminar o ponto de partida da civilização brasileira. Se você pegar todos os escritos dos historiadores do século XIX, o início da civilização vai ser ali. Se observarmos as pinturas da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro desse período, cujos autores foram financiados pelo Estado Imperial, constatamos o incentivo a essa criação. O quadro de Vitor Meireles, da Primeira Missa, vai ser a grande referência desse ato fundacional da nossa sociedade. Aquele quadro é uma espécie de tradução visual da carta de Pero Vaz de Caminha; quem vagamente conhece a carta de Caminha e vê aquele quadro, parece que está diante do cenário descrito na carta, uma tradução imagética da carta. A missão desses intelectuais do século XIX era exatamente essa e desde essa época todas as produções nesse contexto vão ocupar os manuais de história. Em todos os livros de História da Educação Básica, vamos encontrar a imagem desse quadro de Meireles como símbolo do ato fundacional da nossa sociedade e desde esse momento se percebe que os índios eram testemunhas eventuais e que quem estava na centralidade do ato eram os portugueses. O que se eleva ali como símbolo da civilização é a fé cristã, é o protagonismo europeu. Os índios estão ali na periferia, eles estão "encantados", a expressão deles é de espanto diante daquele ato religioso, além da cena sugerir ainda que todos aqueles índios estavam ali para auxiliar os portugueses. A cruz de Mário Cravo, portanto, pode ser entendida como uma atualização desse mito fundacional. Ali tem uma guerra de memória: quem venceu nessa batalha foi o cristianismo, o Estado.

Em relação às comemorações dos 500 anos do Brasil, como você avalia os seus desdobramentos?

Francisco Cancela - Considero que foi, de forma muito caricatural, o modo como o Estado e as elites pensam a nossa formação. A exclusão e o silenciamento foram as pautas principais junto com a narrativa que só contemplava a visão eurocêntrica, que estava centrada muito mais num clima festivo do que reflexivo. A festa, nesse sentido, foi emblemática e ela revelou como a própria história motiva uma disputa pela memória, porque os outros segmentos (índios e representantes do Movimento Negro e de luta pela terra), os excluídos, estavam engajados na apresentação de uma outra narrativa, que nos permitisse repensar os marcos da nossa fundação. A comemoração em si pode ser pensada como um verdadeiro fiasco.

Em sua ótica, o que representa a data do 22 de abril?

Francisco Cancela – A data do 22 de abril tem uma relevância muito grande para Porto Seguro e o turismo local, porque houve a apropriação da narrativa tradicional da formação da nossa sociedade. Os primeiros slogans, da década de 70, faziam referência a "Terra Mater do Brasil". O 22 de abril como data magna do Brasil é fundamental, mas acredito que é incorrer num erro histórico imenso, porque o Brasil não começa em 22 de abril. O Brasil enquanto nação é algo do século XIX, com a Independência, e mesmo assim a Independência não ocorreu no 7 de setembro, tanto que nós baianos a comemoramos no 2 de julho, de 1823! Só vamos ter a consolidação do Estado Nacional com o Golpe da Maioridade, em 1840. A criação do Brasil é obra do século XIX, assim como é obra do século XIX a data do 22 de abril como data de fundação da nação. A narrativa tradicional chega a lusomania, pois incorporamos uma narrativa que é tão eurocêntrica, sem perceber que até os historiadores portugueses questionam essa visão. É preciso se pensar também nos movimentos de resistência indígena e negra como parte importante da formação da sociedade brasileira. Temos um museu em Porto Seguro que é uma exaltação da colonização portuguesa, onde você entra e não vê nada de Porto Seguro, exceto uma urna funerária indígena. Os outros objetos da sala indígena são dos índios do Norte, não dos daqui. Aí entramos numa sala da tecnologia, com vídeos sobre mapas e navegações. Precisamos repensar o Descobrimento.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevista de Eduardo Bueno concedida ao Jornal do Sol

Eduardo Bueno – escritor gaúcho, autor dos livros "A Viagem do Descobrimento" (1998), "Náufragos, traficantes e degredados" (1998), "Capitães do Brasil" (1999) e "A Coroa, a Cruz e a Espada" (2006). Entrevista concedida ao Jornal do Sol (Porto Seguro), em janeiro de 2000, edição nº 151, pp. 10-11.

Nesses 500 anos você acha que o Brasil tem o que comemorar?

Eduardo Bueno – Comemorar quer dizer rememorar juntos. Então nesse sentido temos muito o que comemorar, sim, porque é o momento da reflexão, é o momento em que você tem que olhar para trás e saber o que surgiu dessa mistura extraordinária que se deu no Brasil. A grande verdade é a seguinte: os seres humanos estão nesse planeta cometendo equívocos desde que foram expulsos do paraíso. É próprio da condição humana. Então dividir a história entre vencedores e perdedores é mais um equívoco. Só que alguns países cometem mais erros que outros e o Brasil tem cometido erros imperdoáveis, como a injustiça social, a concentração de rendas, o latifúndio improdutivo. A única verdadeira revolução é aquela que transformará o coração humano. E quem pode transformar o coração do homem? Agora, corrupção, injustiça, roubalheira, isso sim você pode transformar, como o Canadá transformou, como países igualitários o transformaram. Agora é um excelente momento para refletirmos sobre tudo isso.

Como você avalia a atuação da Igreja no período colonial?

Eduardo Bueno – Eu acho que é muito injusto você julgar homens do século XV e século XVI pela ótica do pré-século XXI. É muito cômodo para nós hoje dizermos assim: "malditos jesuítas, aculturaram os índios, aldearam os índios e nesses aldeamentos se espalhou a varíola e outras doenças, muitos deles morreram". Esses aldeamentos viraram verdadeiros currais de escravos indígenas. Ao mesmo tempo eu acho um equívoco você defender intransigentemente os jesuítas. Evidente que eles cometeram uma série de deslizes, mas uma vez deslizes humanos; agora, entre o processo brutal de escravização que os colonos nos submeteram e o projeto de educação pedagógica e religioso dos jesuítas, milhões de vezes o projeto dos jesuítas, embora, é claro, que ele era uma aculturação. Agora, pense como você se comportaria se o mundo estivesse te levado a ser um jesuíta no século XVI. Ou sendo um

português no século XVI chegando no Brasil e encontrando um território hostil aimoré ou goitacá. Você iria matar todo aimoré e todo goitacá que estivesse na sua frente. Hoje é muito fácil dizer: “ah, eu gostaria que os aimoré e os goitacá estivessem vivos”. Eu também gostaria, mas assim caminhou a humanidade.

Os índios receberam mesmo os portugueses tão amigavelmente?

Eduardo Bueno – É importante colocar que havia várias nações indígenas ao longo da costa, com comportamentos diferentes entre si. Os tupiniquim, não há dúvida, que receberam muito bem os portugueses, não só os de Pero Vaz de Caminha, mas os que se seguiram, estabelecendo com os portugueses uma aliança que durou 40 anos e que depois foi sordidamente rompida pelos portugueses. Agora, não há a menor dúvida de que os tupiniquim receberam bem os portugueses por uma questão estratégica. Eles perceberam que aquele povo tinha um poderia maior do que os seus inimigos. Se eles se aliassem àquele povo, eles teriam armas para combater seus inimigos.

Qual a imagem que você tem de Cabral, um herói para o Brasil e um personagem quase insignificante para Portugal?

Eduardo Bueno – Pedro Álvares Cabral foi uma figura muito imponente, a começar pela própria estatura – ele tinha 1,90 m. de altura numa época em que o português tinha em média 1,65. Ele circulava direto na corte, era um homem muito rico e nunca tinha navegado. Ele não era um navegador, era o chefe militar da missão. Mas isso era muito normal, porque aquilo eram quarteis flutuantes, havia 1500 homens na esquadra e provavelmente a metade deles tinha sido embarcada contra a sua vontade, era chantagem no sentido mais absoluto da palavra. Então, a única forma de você manter a lei e a ordem dentro daqueles quarteis que eram as naus e as caravelas portuguesas, era com uma disciplina férrea, militar, árdua, dura, com punição. E essas pessoas eram chefiadas por gente de origem nobre e em geral não navegadores e sim militares encarregados de uma missão diplomática, uma missão de conquista, que era a missão de Cabral e que não se dirigia ao Brasil e sim a Índia.

Por que a Capitania de Porto Seguro, que era tão próspera, acabou fracassando?

Eduardo Bueno – Uma das dificuldades que Porto Seguro tinha é que as naus que faziam ligação entre Lisboa e a Índia faziam escala no Brasil, mas não faziam em Porto Seguro, porque eles temiam os abrolhos, aqui ao Sul. Então, o Pero do Campo Tourinho tinha muita dificuldade de exportar para o reino as coisas que ele produzir aqui, especialmente peixe seco.

Nos próprios abrolhos eles deram início à caça à garoupa, porque a maior parte dos colonos de Porto Seguro era oriunda de famílias de pescadores de bacalhau. E uma das fontes de riqueza inicial foi a pesca da garoupa, só que eles não conseguiam exportar. Mas o que causou a derrocada da Capitania foi o levante sórdido dos colonos contra Pero do Campo Tourinho, acusando-o de heresia e enviando-o à Inquisição, porque ele dizia que a terra era nova, requerendo muito trabalho. Então queria que eles trabalhassem também aos sábados, e os colonos queriam folgar sábado e domingo; e havia uma profusão de dias santos e, às vezes, o Pero do Campo Tourinho os obrigava a trabalhar nesses dias. Eles queriam trabalhar menos e armaram esse ardil; o filho de Pero do Campo Tourinho assumiu a Capitania e liberou geral. Outro motivo é que houve uma revolta dos aimoré em Ilhéus, que chegou a Porto Seguro.

Você já conhecia Porto Seguro?

Eduardo Bueno – Olha, eu vergonhosamente não conhecia Porto Seguro como vários lugares na minha vida, em que cheguei com 25 anos de atraso. Quando eu chego, neguinho já destruiu tudo. Eu acho que é um lugar fascinante, maravilhoso, mas eu, infelizmente, fui forçado a ver os imensos, inúmeros, gigantescos problemas que atingem Porto Seguro. Eu acho que a situação especificamente de Cabrália, embora seja outro município, já é uma situação quase desastrosa. A Coroa Vermelha é de chorar. Eu acho que a parte final de Cabrália é horrível, me lembra Tramandaí, que é uma praia que a gente usa como exemplo de praia ruim, uma praia horrorosa do Rio Grande do Sul, que me perdoe o povo bom e gentil de lá. A coisa está chegando num ponto de saturação que, se a reação não for imediata, daqui a cinco anos danou-se, dançou Porto Seguro. Eu penso que o turismo de massa, como em todo lugar que já o fez, também o fará em Porto Seguro. Esse turismo predatório, depois de destruir um lugar, se muda para o próximo e destrói o próximo, sem deixar nada em troca. Se não for feita uma ação imediata, os problemas serão terríveis.